

PAULO ROGÉRIO SOARES DE OLIVEIRA

**RELAÇÃO ENTRE EMPRESAS FLORESTAIS E
COMUNIDADES DO ENTORNO: PROPOSTA PARA
SUPERAÇÃO DE CONFLITOS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2007

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

O48r
2007

Oliveira, Paulo Rogério Soares de, 1967-
Relação entre empresas florestais e comunidades do
entorno: proposta para superação de conflitos /
Paulo Rogério Soares de Oliveira. – Viçosa, MG, 2007.
xi, 110 f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Orientador: Sebastião Renato Valverde.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f. 102-110.

1. Gestão florestal. 2. Comunidade florestal - Aspectos
sociais. 3. Conflito - Aspectos sociais. 4. Pesquisa-ação.
I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

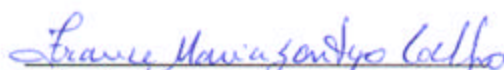
CDO adapt. CDD 22.ed. 634.996

PAULO ROGÉRIO SOARES DE OLIVEIRA

**RELAÇÃO ENTRE EMPRESAS FLORESTAIS
E COMUNIDADES DO ENTORNO:
PROPOSTA PARA SUPERAÇÃO DE CONFLITOS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 31 de julho de 2007.



Profa. France Maria Gontijo Coelho
Co-Orientadora



Prof. Laércio Antônio Gonçalves
Jacovine
Co-Orientador



Prof. Elias Silva



Dra. Aurea Maria Brandi Nardelli



Prof. Sebastião Renato Valverde
Orientador

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Avelino Soares de Oliveira (*in memoriam*), pela lição de fé, honestidade, simplicidade e perseverança, e à minha mãe, Nair da Silva Pinto Oliveira, pelo caminho, pela dedicação, pelo incentivo, carinho, amor e apoio sempre recebidos. Lembro, como hoje, o dia em que ambos foram me procurar para dar a notícia sobre minha aprovação no vestibular, quando eu era meeiro no sítio Nossa Senhora do Bom Conselho, em Bom Jesus dos Perdões-SP, em 1992.

Às irmãs, Célia e Cristina, pelo carinho e apoio.

À Ilda, ao Sereno e à Brisa, por todas as alegrias.

À Universidade Federal de Viçosa, em particular ao Departamento de Engenharia Florestal, pela acolhida e oportunidade de realização do curso.

Aos orientadores, professores Sebastião Renato Valverde e France Maria Gontijo Coelho. Trabalhando juntos desde a graduação, muito de minha vivência acadêmica deve-se às oportunidades abertas nos projetos coordenados por eles. Valeram muito a amizade, o diálogo e a orientação.

Aos professores Laércio Antônio Gonçalves Jacovine e Elias Silva, pelas valorosas sugestões e correções que aprimoraram o trabalho, e pelos incentivos recebidos durante o curso. À Dra. Aurea Maria Brandi Nardelli, que muito contribuiu com sugestões durante a banca de defesa.

Ao colega engenheiro florestal, Antônio Nascimento Gomes, pelo apoio e incentivo.

Aos moradores das comunidades do entorno dos projetos florestais, pela alegria, acolhida e amizade.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudo e pela pontualidade.

Aos sobrinhos colaboradores, deste trabalho e de minhas eternas lutas, os irmãos Roberto e Ricardo de Oliveira Gaspar.

Aos funcionários do DEF, pela simpatia e amizade no convívio de curso, em especial, à Ritinha da pós-graduação, ao Chiquinho, Adão e Paulo (da portaria).

Aos amigos de curso, pela ajuda e pelo compartilhamento de conhecimentos.

À equipe de pesquisadores do projeto PFNM, pela experiência vivida.

Aos amigos de Viçosa: Kerma, Lalau, Maurício's Bar, Vazim, Pataro, Guilherme e Wilsinho, e a tantos outros, pela presteza e solidariedade recebida.

À Deus, pela proteção no passado, presente e futuro.

BIOGRAFIA

PAULO ROGÉRIO SOARES DE OLIVEIRA, filho de Avelino Soares de Oliveira e Nair da Silva Pinto Oliveira, nasceu no Bairro do Belenzinho, em São Paulo-SP, em 18 de dezembro de 1967.

Em 1987, concluiu o curso de Técnico Agropecuário, pela ETAESG Cônego José Bento, em Jacareí-SP.

Em 2001, graduou-se engenheiro florestal, pela Universidade Federal de Viçosa, onde foi bolsista de iniciação científica pela FAPEMIG.

Desde 2001 presta serviços na área de consultoria em meio ambiente.

Em agosto de 2001, iniciou o curso de Mestrado em Ciência Florestal no Departamento de Engenharia Florestal da UFV, sendo bolsista da CAPES e defendendo a dissertação em 31 de julho de 2003.

Em agosto de 2003, iniciou o curso de Doutorado em Ciência Florestal no Departamento de Engenharia Florestal da UFV, como bolsista do CNPq, defendendo tese em 31 de julho de 2007.

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	viii
ABSTRACT	x
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Problema: o conflito.....	3
1.2. Configuração local do conflito	4
1.3. Justificativas	8
1.4. Objetivos	10
1.4.1. Objetivos gerais	10
1.4.2. Objetivos específicos.....	10
1.5. Metodologia.....	11
2. AS DEMANDAS SOCIAIS NO SETOR FLORESTAL	14
2.1. A estruturação da silvicultura brasileira.....	14
2.1.1. Por que a monocultura com espécie exótica?.....	14
2.1.2. A formação dos latifúndios: reflexos de um contexto político macro-econômico, técnico, legal e de mercado	16
2.2. As principais demandas sociais presentes na atividade de silvicultura advindas da concentração de terras pelas indústrias de base	19

	Página
2.2.1. O ingresso dos produtores rurais na produção de madeira.....	19
2.2.2. Demandas sociais advindas da concessão de terras.....	21
2.2.3. Demandas sociais nas comunidades rurais no entorno dos projetos florestais	23
3. RELAÇÕES ENTRE EMPRESAS FLORESTAIS E AS COMUNIDADES NO ENTORNO DOS PLANTIOS FLORESTAIS	28
3.1. Comunidade.....	28
3.2. Empresa.....	30
3.3. Algumas relações que se desenvolveram entre a mão-de-obra presente nas comunidades rurais e as empresas florestais	32
3.3.1. Uma abordagem da atividade de siderurgia	32
3.3.2. Uma abordagem sobre a atividade de papel e celulose	35
4. CONCEITOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DA PROPOSTA	41
4.1. Reciprocidade	41
4.2. Aspectos de reciprocidade no meio rural	45
4.3. Vínculos sociais na forma de reprodução e formação de mercados	48
4.4. Contramovimentos protetores e a responsabilidade social.....	52
4.5. A relação na situação de conflito	53
4.6. Contradição.....	55
4.7. Mediação	59
4.8. O conceito de mediação.....	59
4.9. Mediação e pesquisa interventiva	61
4.9.1. Ética e moral no campo de atuação profissional.....	63
4.10. Ética e responsabilidade social: o contexto do cenário alternativo.....	64
4.11. Prática, virtude e instituições: esferas que compõem a responsabilidade social	65
4.11.1. Prática.....	65
4.11.2. Virtude.....	66
4.11.3. As instituições.....	67
4.12. Uma abordagem crítica	67
4.12.1. As empresas e a ética pragmática	68
4.12.2. A responsabilidade social e o moralismo.....	69
4.12.3. Discursos críticos abordando a responsabilidade social: correntes funcionalistas e marxistas.....	70
5. CENÁRIO ATUAL E CENÁRIO ALTERNATIVO	73
5.1. Cenário atual: o caos	73

	Página
5.2. Cenário alternativo: proposta de modelo de parceria no projeto florestal..	78
5.2.1. Origens da proposta.....	82
5.2.1.1. As instituições promotoras do desenvolvimento local, no cenário atual, a partir da percepção de uma comunidade	82
5.2.1.2. Registro de falas e percepções	84
5.2.1.3. Possíveis atividades para gerar trabalho e renda na comunidade ...	85
5.3. Modelo proposto e explanação seqüencial	87
5.3.1. Gargalos para a adoção do modelo	92
5.3.1.1. Abordagem sobre a utilização de APP e RL.....	93
5.3.1.2. As relações empresa-comunidade	94
5.3.1.3. Organização entre as pessoas	
5.3.1.4. Estudos para prospecção de mercados e capacidade de suporte das áreas com florestas nativas	98
5.3.1.5. Relação entre empresas.....	99
6. CONCLUSÕES.....	100
7. RECOMENDAÇÕES	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

RESUMO

OLIVEIRA, Paulo Rogério Soares de, D. Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2007. **Relação entre empresas florestais e comunidades do entorno: proposta para superação de conflitos.** Orientador: Sebastião Renato Valverde. Co-orientadores: France Maria Gontijo Coelho e Laércio Antônio Gonçalves Jacovine.

Este trabalho traz à discussão as demandas sociais presentes na silvicultura brasileira, que se deu em moldes concentradores de terra. O foco é sobre a retirada irregular de madeira dos plantios florestais pelas comunidades do entorno, o que pode ser explicado pela alta demanda por trabalho e emprego. O objetivo foi equacionar a situação de conflito e elaborar propostas de superação. A metodologia se fundamentou na observação participante de uma pesquisa ação e caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória em razão de sua proposição de construção de uma hipótese que se apresenta na forma de proposta. Como hipótese de trabalho tem-se que, a partir da perspectiva da nova sociologia econômica, que explica como se estabelecem os laços, obrigações e compromissos morais nas relações de troca (dar-receber-retribuir), acredita-se que há possibilidade do encontro que permita a sustentabilidade entre as empresas florestais e as comunidades rurais do entorno, em razão da alta demanda por trabalho, emprego e renda e frente aos riscos criados pela situação de conflito na retirada irregular de madeira. O processo que favoreceu o modelo concentrador na produção de florestas ocorreu em um contexto político, técnico, econômico, legal e de mercado, sendo delineados pela inovação tecnológica (obtenção de fibra curta), pelas políticas macroeconômicas orientadas pelo BNDES, pela escassez de madeira no

mercado (fornecida por produtores rurais naquela época), pela obrigação legal de atender ao plano de auto-suprimento (Segundo Código Florestal) e pela característica de sensibilidade ao custo de transporte da madeira em tora. As principais demandas originadas na estruturação desse modelo estão ligadas ao ingresso de produtores rurais na produção de madeira, à resolução de conflitos com populações tradicionais e ao atendimento às demandas por trabalho e emprego nas comunidades do entorno dos projetos florestais. Com relação a essa última demanda, associada às situações de conflito pela retirada irregular da madeira, verifica-se um cenário caótico tanto para empresas florestais como para as comunidades, com custos e riscos para ambos. O conflito em torno da retirada irregular de madeira requer para sua superação uma nova síntese na relação entre esses atores. A construção de propostas mediadas e ações de pesquisa interventiva participativa podem se constituir em uma proposta na busca pela construção de uma metodologia, que almeje delinear as dimensões da sustentabilidade entre as indústrias de base e essas comunidades. Espera-se que o modelo proposto, de um acordo para uso das áreas florestais sob pressão negativa, ao gerar trabalho, emprego e renda de forma digna, dê início a um novo ciclo de reciprocidades entre as empresas florestais e as comunidades. Este modelo, num cenário alternativo, possibilita a convergência das ações de responsabilidade social com as atividades operacionais das empresas florestais. Os aspectos que influenciam a superação do conflito no cenário do caos estão ligados à internalização de novos conceitos de economia e sociedade, de metodologias que primem pelo diálogo e transposição das dificuldades, estruturais e conjunturais, implícitas nos contextos que historicamente estiveram presentes na formação do modelo concentrador de terras para a silvicultura. A participação do Estado, como principal mediador no modelo proposto, é necessária para que a questão do conflito seja tratada como uma política pública específica.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Paulo Rogério Soares de, D. Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2007. **Relations between forest companies and communities of around: proposal for overcoming of social conflicts.** Adviser: Sebastião Renato Valverde. Co-advisers: France Maria Gontijo Coelho and Laércio Antônio Gonçalves Jacovine.

The work discuss social demands presents in the brazilian forestry, which posses a land concentrative model. The focus is on the irregular withdrawal of wood the forest plantings for the communities of around, that they demand for work and job. The methodology was based in the participant observation of the research action and in exploratory research. As work hypothesis is had that, starting from the perspective of the new economical sociology, that it explains as they settle down the bows, obligations and moral commitments in the change relationships (to give-receive-reward), it is believed that there is possibility of the encounter that allows the complementary sustainability between the forest companies and the rural communities of the around, in reason of the high demand for work, job and income and front to the risks created by the conflict situation in the irregular withdrawal of wood. The process that favored the model concentrative in the production of forests felt in a political context, technician, economical, legal and of market, being delineated by the technological innovation (obtaining of short fiber), for the politics macroeconomics guided by BNDES, for the wood shortage in the market (supplied by rural producers), for the legal obligation of assisting to the solemnity-supply plan (Second Forest Code) and for the sensibility

characteristic at the cost of transport of the wood in log. The main demands originated in the structuring of that model are linked to the entrance of rural producers in the wood production, to the resolution of conflicts with traditional populations and to the service to the demands for work and job in the communities of the around of the forest projects. Regarding the that finishes demand and the conflict situations for the irregular withdrawal of the wood, a chaotic scenery so much is verified for forest companies as for the communities, with costs and risks for both. The conflict around the irregular withdrawal of wood is contradictory and his overcoming requests a new synthesis in the relationship among those actors. The construction of mediated proposals and actions of research intervention it participate can be constituted in a proposal, in the search for the construction of a methodology, that longs for to delineate the dimensions of the complemental sustainability between the key industries and those communities. It is waited that the proposed model, of use in commodate of the forest areas under negative pressure, when generating work, job and income in a worthy way, give begin to the one new cycle of reciprocities between the forest companies and the communities. This model, in alternative scenery, makes possible the convergence of the actions of social responsibility with the operational activities of the forest companies. The internal goods of that practice can also join value to the actions of social responsibility. The aspects that influence the overcoming of the conflict in the scenery of the chaos are linked to adoption of new concepts of economy and society, by dialogue and overrun of structural difficulties implicit in contexts that historically were present in the formation of the land concentrator model. The participation of the state, as the main mediator in the proposed model, is needed so that the issue of conflict is treated as a specific public policy.

1. INTRODUÇÃO

A esfera privada do setor florestal brasileiro vem apresentando resultados econômicos positivos, que são evidenciados pelo seu desempenho, colocação e projeção no mercado mundial de produtos florestais. Verifica-se também um amadurecimento quanto às novas concepções ambientais no manejo florestal, que podem ser traduzidas, como exemplo, pela regulação e uso múltiplo da floresta, pela implantação de corredores ecológicos, pela adoção de sistemas agroflorestais em programas de fomento e pela institucionalização da relação com comunidades, entre outras.

A contribuição do setor florestal na formação de indicadores macroeconômicos positivos ao País também é inegável, como da mesma forma também tem sido para o fortalecimento da economia regional. Entretanto, em nível local, para algumas situações, percebe-se em trabalhos acadêmicos, em relatórios de sustentabilidade das empresas florestais, nas consultas às partes interessadas e na mídia, a presença de conflitos, gerados na esfera de atuação e estruturação da atividade de silvicultura no País.

Via de regra, esses conflitos tem de um lado as indústrias de base¹ com atividade florestal, e de outro, indígenas, quilombolas, agricultores familiares, trabalhadores

¹ Indústrias de bens de produção ou de bens de capital ou indústrias de base: elaboram matérias primas para outros tipos de indústrias e, por isso, são consideradas como uma infra-estrutura ou base necessária para a existência das demais fábricas. Exemplos: indústrias siderúrgicas, de celulose, metalúrgicas, petroquímicas e outras. Indústrias intermediárias – constituídas pelas fábricas que produzem máquinas (indústria mecânica) e equipamentos (indústrias de peças, ferramentas, etc.). Indústrias de bens de consumo ou indústrias leves – são aquelas que são consumidas diretamente pelas pessoas. Elas costumam ser, divididas em: bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, móveis, vestuário, etc.) e bens de consumo não-duráveis (bebidas, cigarros, alimentos e etc.).

rurais, sindicatos, ONGs e outras organizações dos movimentos sociais, formais ou não. A presença do arbítrio do Estado se faz por meio de suas várias instituições, que atuam desde a regulação de questões econômicas, bem como nas atividades de coerção e fiscalização ambiental, o que pode, às vezes, favorecer tanto um lado como outro do conflito.

Esses conflitos sócio-ambientais também estão presentes na esfera pública do setor florestal, e se dão devido aos contextos nos quais acordos tornam-se impossíveis. Exemplos nesse sentido podem ser observados pelas dificuldades na indenização de terras e regularização fundiária quando da criação de unidades de conservação², e que se desdobram em pressão sobre os recursos naturais. Isso reflete aspectos negativos no sistema administrativo, legal e técnico que tende a inviabilizar as possibilidades de aproximação e entendimento das instituições públicas com populações em seu interior e, ou, no entorno, frente aos diversos interesses presentes em uma área florestal pública.

No mesmo sentido, na esfera privada do setor florestal, os conflitos também ocorrem nas mais variadas formas. Foram observadas alegações que se dão em torno da questão fundiária, como a ocupação de terras que estavam em posse de populações tradicionais, nos anos do regime militar, concedidas às empresas reflorestadoras. Existem ainda questionamentos originados pelo impacto ambiental causados pela planta industrial e pelo projeto florestal da monocultura em grandes extensões, que se estendem até as comunidades rurais, em seu aspecto antrópico.

Percebe-se assim, que o setor florestal convive com um ambiente de conflitos, que se dão tanto na esfera privada como na pública. Ambas as esferas sofrem os efeitos de todo um sistema político, administrativo, legal, técnico e institucional que, por diversas vezes, vem proporcionando contextos ambientais e conjunturas lógicas e estratégicas que dificultam o encontro de alternativas para a superação de tais conflitos. Nesses contextos e conjunturas o acirramento do enfrentamento entre as partes é uma implicação óbvia.

1.1. Problema: o conflito

O problema aqui apresentado decorre diretamente dessas constatações e foca na esfera privada. Em várias regiões do País, há a presença de um modelo concentrador de

² Casos como o do primeiro Parque Nacional brasileiro, o Parque do Itatiaia.

terras para a produção florestal que vem associado à falta, ou insuficiência, da presença do Estado que, por políticas públicas, promova a inclusão das famílias que nessas regiões habitam.

O conflito se instaura quando comunidades próximas aos maciços florestais fazem a retirada irregular de madeira das plantações florestais, na forma de resíduos da colheita florestal ou mesmo das toras.

Essas ações configuram-se como um problema local, não só para empresas, mas principalmente para as comunidades. Essa opção de retirada irregular reflete a insuficiente oferta de trabalho e, ou, emprego e evidencia em determinados casos, uma situação caótica criada pelos empreendimentos do agronegócio sobre o modo de reprodução dessas comunidades.

Para as empresas, essa situação possui não só caráter local, em razão dos problemas no suprimento, rendimento operacional e ambiente interno, mas apresenta desdobramentos regionais e globais, no que se refere aos processos de certificação, responsabilidade social e imagem no mercado interno e externo.

Para o Estado, nas questões referentes à formulação, comando e controle de políticas florestais, o problema revela-se como um reflexo histórico de políticas sociais e econômicas e da forma como o Estado se relacionou com o setor florestal.

Contudo, essa razão histórica não tem sido capaz de fundamentar a legitimidade das posses territoriais e de produção das empresas. Vem daí a motivação de ações irregulares pelas populações próximas aos maciços florestais privados.

1.2. Configuração local do conflito

A retirada irregular da madeira pelas comunidades vem sendo observada também em regiões de destacada produção de madeira para celulose, como o norte do Espírito Santo e o sul da Bahia. Nessa região há plantações florestais de grandes extensões, pertencentes a diversas empresas, e que, conforme ARACRUZ (2004a) e MEDEIROS (2004), apresentam problemas de retirada irregular de madeira.

Especificamente, no eixo da BR-418, há a presença de várias comunidades, que ao longo de décadas vem sentindo o descaso das políticas públicas frente aos projetos de desenvolvimento e encontram-se num estado de estagnação e falta de perspectivas, principalmente no que se refere ao trabalho e emprego.

Em 1967, quando o então presidente Castelo Branco determinou a desativação de 10.000 km de estradas de ferro em todo o País, incluindo os 578 km, que, durante 84 anos, ajudaram na formação de várias cidades e vilarejos naquela região, provocou uma desaceleração para a economia local (DNIT, 2004).

Os projetos ligados à agropecuária e, posteriormente, a presença de grandes empresas florestais neste eixo, não conseguiram efetivamente eliminar tal prejuízo a ponto de absorver a grande disponibilidade de mão-de-obra não ocupada ou desempregada na região e promover a distribuição dos benefícios à essas populações. Salienta-se que dessa mão-de-obra disponível, grande parte possui baixa qualificação para o trabalho.

Para minimizar este problema, uma alternativa de renda para as comunidades foi a autorização de utilização do material lenhoso residual da colheita florestal nas plantações das empresas, que os doavam às pessoas das comunidades. Em outros casos, algumas empresas doavam os resíduos à outras empresas, em troca da limpeza para área de plantio, e este então era negociado com as comunidades.

Este resíduo é constituído do material lenhoso que não é aproveitado na indústria, por estarem com diâmetros e comprimentos fora do padrão estabelecido no processo. Na maioria das vezes, o resíduo refere-se aos galhos e à parte fina da copa das árvores de eucalipto. Via de regra, esse material é utilizado para energia, como lenha e carvão.

A história de como as pessoas dessas comunidades começou a utilizar o recurso florestal plantado ocorreu quase que concomitantemente entre a doação, por parte das empresas e a própria retirada irregular do resíduo das áreas de plantio florestal.

Houve conhecimento também, a partir de informações colhidas em um projeto que antecedeu a essa pesquisa em uma comunidade situada no eixo da BR-418, que num dado momento, as pessoas se organizaram e começaram a comprar o resíduo florestal das empreiteiras que atuavam no corte e transporte florestal.

Foi levantado pelos moradores que alguns aspectos que explicam essa situação insustentável de exploração do resíduo para carvão era de que eles tinham prejuízo na compra, devido à medida do volume da carga, que era variável³ enquanto o preço era fixo.

³ Na medida em que a acomodação da carga não segue um padrão, há uma variação muito grande no volume de madeira transportado em cada frete.

Também na transformação, a insustentabilidade é aguçada, pois além de todo o saldo negativo referentes às questões trabalhistas e sociais presentes na forma e estrutura de produção utilizada⁴ há também baixo rendimento, e na venda, devido à desarticulação com o mercado e a falta de informação sobre o a variação diária no preço do produto carvão. Esse conjunto de fatores é que acabou por gerar uma situação insustentável.

A doação do resíduo florestal a algumas comunidades é uma prática comum que as empresas florestais adotaram. Entretanto, diante de novas pesquisas, as atuais preocupações com a matéria orgânica no solo, a fertilidade do solo, as empresas perceberam a importância em manter no campo todos os resíduos da colheita florestal para garantir a sustentabilidade do projeto florestal.

Essa é uma tendência de manejo na área pós-colheita das toras. Além disso, doações em maior volume acabam por gerar processos de transformação e comercialização que fogem ao controle das empresas, por exemplo, dada à característica da atividade, as questões ambientais e trabalhistas do carvoejamento irregular, praticado pelas comunidades, colocam as empresas como co-responsáveis em algumas situações. Esse fato, em concomitância com a redução no diâmetro médio do resíduo, resultou em uma maior pressão na retirada de madeira empilhada, ou mesmo em pé.

O avanço tecnológico objetivando um maior aproveitamento da madeira para a indústria, como a regulação nos cabeçotes das máquinas colheitadeiras de madeira, implicou em um resíduo de dimensões reduzidas se comparado ao processo anterior. Nunca se tentou coibir a coleta de resíduos por esse processo.

O fato é que, com a redução na dimensão dos resíduos, diminuiu, ainda mais, os rendimentos do processo de carvoejamento. Este fato vem a se somar com outros, que levaram as comunidades a pressionarem também as toras, via de regra, que se encontram empilhadas, após o corte.

O contexto do conflito é acirrado quando se evidencia a baixa oferta de trabalho e emprego, para o perfil econômico e de qualificação profissional da maioria das pessoas em algumas dessas comunidades. Assim, o carvoejamento irregular tem sido a atividade capaz de gerar renda e absorver o não trabalho da mão-de-obra da comunidade do entorno, e em alguns casos, até mesmo torna-se uma questão estratégica de sobrevivência da mesma.

⁴ Predominantemente há utilização de fornos tipo “rabo-quente”.

Os conflitos gerados diante dessa situação têm se recrudesco e levado a uma diastemia entre empresas e comunidades e acabaram por gerar uma situação *sui generis*: é proibida a coleta do resíduo e, logicamente, a retirada das toras; contudo, o combate por meios legais a essa prática, com a utilização do aparato de coerção do Estado ou também do privado, gera mais caos social e tensão, mais violência e expõe a empresa a uma imagem pública e a um cotidiano de problemática crônica.

Nas comunidades, esse problema é visto com dimensão ainda maior. Nesse processo, a dependência da atividade de retirada de madeira e o carvoejamento irregular estão institucionalizados e vinculados a múltiplos aspectos. A ilegalidade, a clandestinidade, a corrupção das pessoas dentro e fora das organizações (formais ou não), a permanência dos moradores na condição de pobreza e a falta de perspectivas, em interação, criam um espaço socioeconômico e ambiental do tipo “barril de pólvora”, de alto risco à sustentabilidade de qualquer empreendimento privado florestal ou à legitimidade de qualquer ação estatal coercitivo.

Nesse contexto de conflito sobre a retirada do recurso florestal plantado, é preciso pensar todo o processo de expropriação e apropriação do trabalho, além da exclusão do trabalho, pelo qual historicamente passaram essas comunidades, considerando a própria característica das origens do conjunto dessas populações (negros, índios e brancos).

Soma-se a isso o fato de que nem todas as comunidades praticam esta atividade, e dentre essas, nem todas as pessoas assim o fazem. Esta é uma compreensão fundamental para mudar a visão e a forma de relação que os diversos atores devem ter frente ao problema. Hoje há um contexto inteiro de conflito que foi se desenhando através dos tempos.

Se percebermos a pouca importância dada a essas comunidades no planejamento governamental, principalmente quando se pensa nos grandes projetos de desenvolvimento dos diferentes governos ao longo dos últimos 40 anos, tanto em nível federal, estadual quanto municipal, é possível ver que, de fato, os problemas que se dão em torno da retirada de madeira por comunidades do entorno nas grandes empresas, foram também gerados por ações (ou não ações) do Estado.

Esses problemas são resultados das políticas públicas de desenvolvimento, conforme concebidas principalmente nos anos do “milagre”, mas são, também, resultados e impactos de uma gestão empresarial na qual não entravam em sua contabilidade os custos com a diversidade socioambiental.

1.3. Justificativas

Durante a fase exploratória deste trabalho, por ocasião dos trabalhos de campo do Projeto PFNM⁵, ficou evidente que essas comunidades, com origens negra, indígena e branca, possuem características de trabalhadores rurais. Esses moradores estão ávidos por ações que os tirem da situação de clandestinidade da atividade de carvoejamento de resíduos florestais. Além disso, eles demonstraram interesse por outras propostas que trouxessem trabalho, emprego e renda de forma digna, o que pode ser interpretado como busca de sua própria sustentabilidade.

Por ser uma demanda social com interface num importante setor da economia, acredita-se que algumas alternativas de sistemas produtivos podem ser interessantes para ambas as partes.

Este ponto é importante para a sustentabilidade empresarial, especificamente, nas regiões onde há empresas florestais atuando, com várias comunidades no entorno que demandam trabalho e emprego e onde ocorre a situação problema apresentada, é importante gerar alternativas de gestão por meio de estudos e ferramentas que favoreçam a superação de impasses.

A construção de estratégias e planos deve vir no sentido de que se internalize, nas empresas e comunidades, uma visão para a resolução positiva desses conflitos. Acredita-se que, para os dias atuais, esse seria um dos pilares de sustentação do investimento industrial já realizado.

Nesse sentido, Zoboli (2003) afirma que a gestão empresarial que tenha como referência apenas os interesses dos acionistas revela-se insuficiente. É necessária uma gestão balizada nos interesses e contribuições de um conjunto maior de partes interessadas (*stakeholders*). A busca de excelência pelas empresas passa a ter como objetivos a qualidade nas relações e a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Da mesma forma, Gomes (2005) aponta que as ações de responsabilidade social das empresas florestais devem ir além daquela de maximizar os retornos dos acionistas e devem agregar valor por meio da minimização dos riscos potenciais relacionados principalmente à má aceitação dos plantios de eucalipto.

⁵ Projeto de inclusão social das comunidades do entorno das propriedades florestais através do manejo sustentável dos produtos florestais não-madeireiros (PFNM) como ação de responsabilidade social. SIF/DEF/UFV (2006).

Este autor já concluía que as próprias empresas florestais devem reestruturar as suas estratégias e atuação de modo a agregar valor para as comunidades e para as empresas, contribuindo assim para alcançar a sustentabilidade empresarial.

Para a Ciência Florestal a proposta desse trabalho é mais uma possibilidade de entendimento e intervenção no modo de produção florestal, frente aos processos e efeitos nos quais estão presentes diversas formas de relação, dentre elas, a de conflito, que advêm de um contexto histórico, político, legal, econômico ambiental e social.

Há que se reconhecer nessa complexidade os campos onde a própria Ciência Florestal se desenvolve, e há necessidade de se trazer à atualidade, mais do que se discutir, a obrigação de se posicionar nesses contextos. Daí a importância da internalização, acadêmica, empresarial e governamental, do papel das metodologias que primam pelo diálogo e busca de consensos, a exemplo da mediação e da pesquisa interventiva participativa.

Numa situação de conflito, os interesses que balizariam o delineamento da sustentabilidade para a empresa e para a comunidade podem ser convergentes, mesmo que estruturalmente sejam antagônicos, ou seja, a melhora de um lado implica, em curto prazo, na redução de benefícios do outro. Espera-se assim, poder trabalhar com conceitos que fazem parte de uma construção de propostas e de ações mediadas. Contudo, acredita-se que, em longo prazo, a situação explicitada pelo conflito seja superada.

Assim, busca-se apontar questionamentos, conceitos e metodologias a partir de um problema, gerado e gerido no contexto histórico em que também se desenvolveu o setor florestal brasileiro. Espera-se com isso, trazer contribuições para superar as dificuldades nos aspectos legais, administrativos, corporativos, técnicos, metodológicos e cognitivos e que favoreçam a inclusão dessas comunidades nas diversas possibilidades presentes em um grande projeto florestal. Mas, para isso é preciso, pelo menos, admitir a possibilidade de alternativas nas reflexões que visam a elaboração de formas de produção silvicultural e novas relações com as comunidades.

Acredita-se que é possível encontrar a sustentabilidade entre as empresas florestais e as comunidades rurais do entorno. Isso porque, ao ficarem isoladas pelos projetos florestais, essas comunidades locais desenvolveram competências numa região com mão-de-obra familiarizada com o ambiente e com uma rede de trocas de produtos madeireiros e não-madeireiros.

A busca pela sustentabilidade entre comunidades do entorno e empresas florestais, essa se daria num cenário onde os elementos da ética, as práticas e as virtudes estão presentes para a superação das adversidades, principalmente relacionadas ao trabalho e emprego, geradas pelo modelo concentrador de terras e intensificadas pelos contextos políticos e desenvolvimentistas.

A possibilidade de ações que possam atenuar os efeitos do modelo concentrador frente às demandas das comunidades do entorno e que estão presentes na situação problema apresentada podem se dar a partir da postura de responsabilidade social incorporada pelas indústrias do setor.

Nesse sentido, há de se observar o trabalho de Gomes (2005), onde aborda que as ações de responsabilidade social devem agregar valor ao projeto florestal.

O autor conclui que as ações sociais das empresas têm sido realizadas de maneira reativa às diferentes demandas das comunidades ou de instituições externas, sem uma clara definição dos *stakeholders* prioritários, sem clareza nos objetivos a serem alcançados com o envolvimento com as comunidades e, principalmente, com pouco alinhamento com as atividades operacionais das empresas.

A maioria das ações que estão sendo feitas pouco ou nada tem a ver com as atividades principais nas empresas, não havendo indicadores estruturados para que os impactos alcançados possam ser avaliados. A avaliação dos projetos ainda é vista como uma atividade isolada, realizada geralmente ao término de um projeto, com o propósito de controle ou fiscalização. Dessa forma, conclui-se que as empresas florestais devem reestruturar as suas estratégias e atuação em relação ao envolvimento com as comunidades, de modo a agregar valor para as comunidades e para as empresas, contribuindo assim para alcançar a sustentabilidade empresarial. (GOMES, 2005).

É justamente na possibilidade de afinar as ações de responsabilidade social com as atividades operacionais das empresas florestais que reside o cenário alternativo, e é nessa possibilidade que se baseia a busca pela sustentabilidade para ambos.

Nessa busca, frente ao contexto de baixa oferta de mão-de-obra somada à situação de conflito em torno do recurso florestal, é que se propõe um modelo de parceria para o uso das áreas florestais das empresas pelas comunidades, através de comodato⁶.

⁶ Adotou-se ao longo do texto o termo comodato. O que de fato se almeja na proposta, é a possibilidade de uso das florestas mediante um acordo entre empresas florestais e as associações comunitárias. Nesse sentido, outros contratos, podem atender ao interesse de ambos, a exemplo do arrendamento das terras

Trata-se de mudar a relação hoje existente. Se atualmente as práticas quanto à situação problema, emanadas pelas comunidades do entorno refletem negativamente nos processos e nos negócios da empresas, nessa nova concepção elas tornam-se parceiras, detentoras de meios de produção e gerando melhores relações de produção, internamente e externamente à comunidade, do que aquelas que se estabelecem no cenário do caos.

Como hipótese de trabalho, a partir da perspectiva da nova sociologia econômica, que explica como se estabelecem os laços, obrigações e compromissos morais nas relações de troca (dar-receber-retribuir) – tratadas inicialmente por Mauss e posteriormente por Polanyi e Caillé, acredita-se que, há possibilidade do encontro que permita a sustentabilidade entre as empresas florestais e as comunidades rurais do entorno, em razão da alta demanda por trabalho e emprego e frente aos riscos criados pela situação de conflito na retirada irregular de madeira.

1.4. Objetivos

1.4.1. Objetivos gerais

Trazer à discussão na Ciência Florestal os problemas e as demandas sociais presentes na silvicultura brasileira, relativas ao trabalho e emprego.

1.4.2. Objetivos específicos

- Problematizar o contexto em que se deu o modelo silvicultural no Brasil, para o estabelecimento da silvicultura no atendimento às indústrias de base.
- Apontar as principais demandas sociais decorrentes desse modelo.
- Analisar a situação de retirada irregular da madeira por comunidades no entorno dos plantios florestais.
- Discutir os principais conceitos e aspectos que envolvem a relação entre empresa e comunidade nesta situação problema.

com pagamento em madeira ou, a concessão de áreas florestais com contrato de venda da madeira, semelhante a um contrato de fomento. Há uma série de possibilidades válidas para se transformar em proposta. Entretanto, são as partes que devem decidir sobre a modalidade e o conteúdo do acordo a ser mediado.

- Discutir sobre as metodologias possíveis frente à atuação profissional num contexto de conflito.

- Apresentar uma proposta para a questão da retirada irregular de madeira.

1.5. Metodologia

Esta pesquisa foi precedida pela execução do Projeto PFNM (SIF/DEF/UFV, 2006), considerada aqui como uma fase exploratória que permitiu uma rica aproximação com as comunidades da região do Extremo Sul da Bahia.

A pesquisa exploratória, segundo Lakatos e Marconi (1985), é vista como o primeiro passo de todo o trabalho científico. Este tipo de pesquisa tem por finalidade, especialmente quando se trata de pesquisa bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de uma temática de estudo; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou, forma de ação, ou ainda, descobrir um novo enfoque para o estudo que se pretende realizar.

Os autores entendem que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias e que na maioria dos casos, envolve: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que estimulem a compreensão do fato estudado.

No caso desta pesquisa, a proposta apresentada no Capítulo 5 tem natureza hipotética e coloca-se como uma proposição que se acredita viável, considerando a aproximação já realizada quando da realização do Projeto PFNM.

A partir dos resultados daquele projeto e da observação participante deste pesquisador, o problema e a revisão teórica deste trabalho foram elaborados. Além do registro de depoimentos com profissionais das empresas florestais e de comunidades do entorno dos plantios comerciais de eucalipto, foram feitas análises de documentos como relatórios de sustentabilidade das empresas e relatórios públicos de certificação. Assim, este trabalho se baseia nos resultados e percepções de uma pesquisa ação e também nos dados obtidos a partir de fontes.

O Projeto PFNM foi realizado no extremo sul da Bahia, com o intuito de levantar o potencial de exploração de produtos florestais não-madeireiros pelas comunidades do entorno dos projetos florestais (SIF/DEF/UFV, 2006). Tratou-se de uma pesquisa ação, cujos resultados e vivência motivaram a construção conceitual que é

apresentada neste trabalho, ao mesmo tempo em que viabilizou a elaboração da proposta final que aqui será apresentada.

É importante ressaltar a importância do Projeto PFNM no contexto do levantamento de dados de pesquisa. Tratando-se de uma região com áreas em condição de conflito e, ainda com os ânimos acirrados em virtude das ações de coerção para proteção ao patrimônio florestal, inicialmente, as comunidades encontravam-se num estado de “espírito armado” em relação às empresas florestais e a atuação de instituições de pesquisa na região.

A metodologia utilizada no Projeto PFNM procurou identificar líderes comunitários. A equipe alojou-se nas residências dos moradores. Isso favoreceu a quebra de resistências para o trabalho dos pesquisadores, dada a aproximação e a convivência por períodos mais prolongados.

Embora o trabalho de pesquisa do Projeto PFNM focasse o levantamento dos potenciais de exploração de PFNMs nas áreas de vegetação nativa próximas a essas comunidades, o projeto permitiu a vivência ao pesquisador de maneira que foi possível evidenciar diversos problemas que esses moradores enfrentam no seu dia-a-dia.

Nesse sentido, além dos levantamentos sobre os potenciais dos comunitários na exploração e transformação de PFNMs, houve também a atividade denominada Semana de Ação Social⁷, que surgiu em função da percepção dos pesquisadores das demandas imediatas da comunidade.

Estes trabalhos favoreceram um processo de melhoria na auto-estima das pessoas, propiciando também o estabelecimento de vínculos, compromissos e de relação de confiança entre pesquisador e comunidade que, a partir de um maior conhecimento da visão da comunidade captada por meio de depoimentos, o que até então era velado sobre as atividades de retirada irregular de madeira dos plantios florestais, passou a ser revelado como interesse de ser superado como atividade irregular.

A pesquisa ação, segundo Thiollent (1986), é uma estratégia metodológica da pesquisa social, na qual existe ampla e explícita interação entre o pesquisador e as pessoas envolvidas na situação investigada. Dessa interação resulta a priorização dos problemas a serem pesquisados e soluções a serem encaminhadas em ações concretas. O objeto de investigação não se constitui em condenação ou caracterização de pessoas,

⁷ Com a realização de palestras relativas à saúde, educação, sexo na adolescência, drogas e alcoolismo, produção de mudas, associativismo, assuntos de administração pública, cozinha alternativa, oficina de reciclagem de materiais, atividades de educação ambiental e recreação.

mas sim, em identificação e análise de situações sociais e seus problemas. O objetivo da pesquisa-ação é resolver ou esclarecer os problemas identificados na situação observada.

2. AS DEMANDAS SOCIAIS NO SETOR FLORESTAL

2.1. A estruturação da silvicultura brasileira

O setor florestal brasileiro tem grande importância na geração de trabalho, empregos diretos e indiretos, na geração de divisas e nos resultados positivos nos indicadores econômicos (SILVA, 2002; BRACELPA, 2006; POU, 2006).

Contudo, um dos paradigmas que cercam alguns segmentos do setor florestal é a necessidade da concentração de terras para atendimento da demanda industrial. Esse processo de latifundização teve suas origens no início do desenvolvimento do setor florestal brasileiro, com forte incremento durante os incentivos fiscais, onde se sobrepõe o período de importante apoio do BNDES ao setor, e esse processo perdura até os dias atuais, porém com menor intensidade.

De modo geral, o desenvolvimento da silvicultura brasileira esteve atrelado ao estabelecimento e ao crescimento das indústrias de base. Aqui o principal enfoque será dado sobre o segmento de papel e celulose.

2.1.1. Por que a monocultura com espécie exótica?

Em 1950, o Brasil era praticamente auto-suficiente em produção de papel, exceto em papel imprensa. No entanto, importava mais de 70% da celulose de que necessitava (HILGEMBERG e BACHA, 2001).

Até o fim da década de 1950, segundo o BNDES (2002), as formas de obtenção de celulose para a indústria eram bastante diversificadas. Utilizavam-se coníferas como *Araucária angustifolia* (Pinheiro-do-paraná, Pinheiro-brasileiro) para obter celulose de fibra longa, tal qual nos países do hemisfério norte. A ocorrência natural dessa espécie no Brasil, segundo Embrapa (1981), é verificada nas regiões Sul e Sudeste.

A exploração da *A. angustifolia* se intensificou a partir de 1934, suprimindo parte da demanda por madeira de coníferas durante a Primeira Guerra Mundial, e teve seu auge nas décadas de 1950 a 1970, com produção estável em torno de 2,8 milhões de metros cúbicos de madeira (MATTOS, 1994). No Estado de São Paulo, as reservas foram exauridas entre 1930 e 1940 (SHIMIZU e OLIVEIRA, 1981) e no Estado do Paraná, no fim da década de 1970⁸. A partir disso, as indústrias de papel e celulose, marcenarias e serrarias, começavam a ter dificuldades para a obtenção dessa matéria-prima.

O pinheiro-brasileiro apresentava então uma série de entraves para a sua continuidade no processo produtivo, pois além de sua ocorrência nativa restrita aos Estados do Sul e Sudeste é também uma espécie de crescimento lento, o que no longo prazo já prejudicava o suprimento das indústrias e, como as indústrias consumidoras estavam em grande parte no Sudeste, estas tiveram a necessidade de pesquisar outras alternativas para a obtenção de celulose.

Utilizou-se principalmente o bagaço de cana-de-açúcar. Anteriormente à década de 1950, o País importava tanto papel quanto celulose e, segundo o BNDES (2002), que concedeu aval para este segmento, as indústrias como a CeluBagaço e a Celulose e Papel Sul Fluminense (ambas de 1955) representam a aposta nesta matéria-prima. Esse empreendimento tinha importância por utilizar equipamentos nacionais e resíduos da atividade canavieira (BNDES, 1991).

Associado ao problema latente da escassez de *A. angustifolia*, há de se observar também que talvez, justamente o fato dessa outra matéria-prima, com demanda industrial, ser um resíduo proveniente de outra atividade, também tenha forçado a necessidade de pesquisa com outros materiais. Assim, alternativas como o sisal, palha de arroz, bambu e eucalipto já vinham sendo testadas pelas indústrias.

⁸ Lembrando que os primeiros engenheiros florestais formados no Brasil entraram no mercado somente em 1964.

Em 1952, segundo o BNDES (1991), técnicos da Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo conseguiram produzir papel para escrever com celulose de eucalipto. Em 1953, vários lotes desta polpa foram transformados em papel sulfite de 60 g/m², no primeiro fabrico de papel com 100% de polpa de eucalipto. O sucesso desse experimento levou algumas empresas a pesquisarem o processo industrial de produção de celulose de eucalipto em grande escala e sua aplicabilidade para a produção de papel de escrever de boa qualidade.

Para as indústrias, a produção de celulose a partir da fibra curta do eucalipto representou uma grande inovação tecnológica. Além de se caracterizar como uma matéria-prima de ciclo relativamente curto se comparado à do pinheiro-brasileiro, sua obtenção não dependia de outras atividades, como a canaveira. O Brasil foi o primeiro a produzir celulose a partir dessa matéria-prima, e houve uma aposta no mercado. Soma-se a isso o fato de que no processo industrial, ao utilizar uma única matéria-prima, possibilitou um processo industrial mais homogêneo, e com isso um maior controle sobre o processamento e a qualidade.

Assim se delineou o estabelecimento da espécie Eucalipto, que se traduziria em plantios em monocultura, para o suprimento de madeira nas indústrias de papel e celulose.

2.1.2. A formação dos latifúndios: reflexos de um contexto político macro-econômico, técnico, legal e de mercado

Em paralelo, um contexto político macroeconômico definia áreas prioritárias de investimentos e orientava as políticas de crescimento, que associadas a questões legais, técnica, econômica e de disponibilidade de madeira no mercado, se aglutinaram dando o delineamento à formação dos latifúndios.

Com o Plano de Metas do governo JK, houve uma grande ampliação da capacidade instalada na produção de celulose associada à perspectiva da integração gradativa desta indústria com a de papel, que se encontrava já consolidada no mercado (JORGE, 1992, p. 30). O Plano de Metas foi baseado nos estudos realizados pelo grupo misto CEPAL-BNDE, que definiu as áreas prioritárias para investimento e que, do total de recursos previstos, 22,3% seriam destinados às indústrias de base.

Simultaneamente, a atividade de silvicultura ganhou maior dimensão com a política de incentivos fiscais ao reflorestamento (Lei nº 5.106 - FISET) que surgiu como

uma contrapartida legal para apoiar as empresas consumidoras de produtos florestais que, pelo Segundo Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/65), os grandes consumidores eram obrigados a atender ao plano de auto-suprimento (VALVERDE *et al.*, 2004).

Essa situação mostra uma das faces do contexto legal para a formação do latifúndio, ou seja, a exigência de que os próprios grandes consumidores atendessem as suas demandas por produtos florestais.

Outra face do contexto legal é que, além da área necessária para o plantio florestal objetivando o suprimento industrial, era e ainda é, preciso incluir nesse cômputo as áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal (RL), para atender às exigências da legislação florestal brasileira que implicou em necessidade de aquisição de mais terras.

Quase uma década após a promulgação da Lei nº 5.106/66, surge o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que foi formulado como opção de priorizar a substituição de importações e a expansão das exportações, principalmente de manufaturados. Foi nesse contexto que, em 1974, técnicos do BNDES atualizaram o diagnóstico elaborado em 1966-67 para o setor de celulose e papel, gerando subsídios para o Primeiro Programa Nacional de Papel e Celulose (I PNPC).

O PNPC, coerente com as diretrizes macroeconômicas, tinha como objetivos tornar o Brasil auto-suficiente na produção de papel e gerar excedentes de celulose para exportação. O plano pretendia reflorestar uma área de 4 milhões de hectares (ROCHA, 2005).

A indicação e orientação de investimentos para tornar esse segmento mais competitivo, segundo Juvenal e Mattos, (2002), se deu em 1971. O BNDES enviou missão técnica ao Japão e à Suécia para estudar a produção de celulose em fábricas com capacidade de 1.000 t/dia. Esses estudos do BNDES relativos ao aumento de competitividade no setor subsidiaram a Resolução nº 11/72, de 9 de fevereiro de 1972, e a Portaria nº 78, de 24 de outubro de 1972, do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), as quais asseguravam a concessão de incentivos fiscais a projetos de instalação de fábricas de celulose e, ou, papel, desde que esses projetos contemplassem a escala mínima de 1.000 t/dia para celulose (exceto de fibra longa), 300 t/dia para papel de imprensa, 200 t/dia para papel *kraft* e 50 t/dia para outros papéis. As empresas poderiam atingir tal escala em etapas e deveriam comprovar a existência de suprimento de madeira adequado àqueles volumes de produção.

Esta foi a orientação do financiamento, a partir de macropolíticas econômicas, onde o órgão financiador público exigia o aprimoramento tecnológico das indústrias para a operação em maior escala do que as anteriormente praticadas, a fim de obter maior competitividade do produto no mercado internacional e o atendimento à demanda interna.

Nota-se que temas ambientais ou impactos sociais negativos não faziam parte das preocupações político desenvolvimentistas dos “anos do milagre”, ocorridos nos anos 1960 e 1970. Os incentivos à industrialização eram o foco principal.

Segundo Jorge (1992, p. 53), seriam criados os chamados Distritos Florestais, sendo que até 1979, seriam implantados 12 distritos de um total planejado de 30. Um primeiro grupo de 20 projetos seria implantado nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, no sul da Bahia, áreas de São Paulo e da região sul do país. Os dez projetos restantes seriam localizados no Norte e Nordeste do País.

Todos esses investimentos, subsidiados pelo Estado, para o atendimento das demandas das indústrias de base no País foram fatores que favoreceram a atividade de silvicultura, principalmente no apoio às indústrias siderúrgicas e de papel e celulose, porém, esse avanço se deu baseado num modelo concentrador de terras.

Além das ações estatais, as motivações de mercado também favoreceram a concentração de terras, em razão da incipiente oferta de madeira advinda de produtores rurais naquela época. Isso porque, alguns fatores afastaram os produtores rurais, daquela época, da atividade de silvicultura, dentre eles a baixa produtividade apresentada nos plantios florestais daqueles tempos, o longo prazo para retorno do investimento, que também implicava na mobilização de área por longo tempo em sua propriedade, a baixa atratividade em virtude do preço baixo, o desconhecimento de práticas silviculturais pelos produtores, bem como os custos envolvidos e o difícil acesso aos mercados consumidores, até então muito localizados.

Valverde *et al.* (2004:394) cita que durante muito tempo a baixa atratividade do reflorestamento para os produtores rurais deu-se principalmente pelo elevado risco, técnico e econômico da atividade. Os autores evidenciam também que outra característica negativa dos projetos de reflorestamento, era o baixo preço do produto florestal, em razão da existência de uma condição de mercado onde a competição se fazia de forma imperfeita, sendo prejudicial no curto prazo aos produtores rurais, e no médio e longo prazo, às indústrias e aos consumidores.

No contexto técnico, verifica-se que naquela época a questão do preço da madeira, aliada às características de peso e volume, faziam da madeira em tora um produto muito sensível ao custo de transporte. Isso representava um baixo coeficiente preço da carga/peso do produto, fazendo com que em distâncias muito longas o custo do frete fosse maior que o valor da carga transportada.

Esse aspecto implicou em que a distância de transporte entre o local da colheita florestal até a indústria tivesse um raio limitado. Assim, tornava-se inviável fazer o transporte da madeira a longas distâncias, sendo necessário então possuir plantios florestais relativamente próximos às unidades industriais, formando maciços homogêneos no seu entorno.

Todos esses fatores específicos, além do contexto político e desenvolvimentista que se firmava a partir de meados da década de 1950, impulsionaram a concentração de terras, para posterior implantação de maciços em monocultura. A associação desses aspectos com aqueles relativos à escolha da espécie, é o que pode ser denominado modelo concentrador de terras.

2.2. As principais demandas sociais presentes na atividade de silvicultura advindas da concentração de terras pelas indústrias de base

2.2.1. O ingresso dos produtores rurais na produção de madeira

Atualmente percebe-se uma série de demandas sociais em relação à atividade de silvicultura. A primeira a ser tratada decorreu da estruturação do mercado. Como já citado anteriormente, as indústrias quando consolidaram seus plantios florestais no entorno das fábricas, acabaram por gerar uma situação onde naquela região, elas tornaram-se as maiores consumidoras e, ao mesmo tempo, as maiores produtoras de madeira. Isso acabou por criar um mercado em competição imperfeita.

Essa situação colaborou para afastar, durante muito tempo, os produtores rurais da atividade de silvicultura. Contudo, frente às projeções de crescimento de alguns setores, como o de papel e celulose e de siderurgia, o fim da política de incentivos fiscais ao reflorestamento em 1988, que afetou drasticamente a área anual de plantio, conjuntamente com a entrada de novos consumidores nos raios de ação das grandes

empresas florestais e, diante um colapso entre a oferta e a demanda de madeira⁹, vem ocorrendo uma elevação dos preços do produto, tornando a silvicultura atrativa aos produtores rurais e outros investidores diversos.

Assim, atualmente, percebe-se uma tendência na estruturação do mercado, que com a entrada de outros consumidores e produtores de florestas, começam a surgir condições para uma estrutura de mercado com tendência a competição perfeita.

Os produtores têm entrado nesse processo de produção de madeira mais substancialmente através dos programas de fomento florestal, seja público ou privado.

Nos programas públicos ou naqueles público-privados, há um interessante aspecto para a estruturação do mercado que é a oferta dessa madeira a qualquer consumidor interessado, pois não há vínculos contratuais. No programa de fomento privado quase que a totalidade da floresta fica vinculada contratualmente a um consumidor, mas há uma pequena porcentagem que o produtor tem liberdade para venda. Evidentemente, a indústria fomentadora tem interesse em comprar essa porcentagem, mas em tese, é com essa porcentagem que o programa contribui para uma melhor estruturação do mercado, pois é livre de vínculo contratual.

Entende-se que a participação de produtores rurais na produção de madeira tem aspectos importantes no que se refere à distribuição da renda gerada pelas indústrias de base, na geração de trabalho e emprego e na redução da necessidade de concentração de mais terras para atender à demanda industrial, e, diante do grande nível de ociosidade das terras em diversas regiões onde há a presença de indústrias florestais, a inclusão de produtores rurais nesse processo atende uma demanda social.

Tanto se apresenta como uma demanda que, em alguns programas público-privados e programas de fomento privado das grandes indústrias há grande procura, gerando em certas ocasiões uma fila de espera, tamanho tem sido o interesse dos produtores¹⁰ e outros investidores.

Por outro lado, a entrada de produtores rurais na produção de madeira também traz condições para a estruturação de um mercado tendendo a competição perfeita. Oliveira (2003) observou que mesmo entrando na atividade de silvicultura via fomento privado, contratual, parte desses produtores não abandona a atividade, pelo contrário,

⁹ Previsão de “apagão florestal”.

¹⁰ Em Minas Gerais cita-se, a exemplo, o convênio IEF-Asiflor.

ela se fortalece após o produtor se capitalizar e conduzir a floresta com recursos próprios, seja na condução da brotação ou na reforma da floresta.

A silvicultura, em algumas propriedades, toma importância como atividade econômica na composição da renda e, em algumas dessas, surgem pequenas e médias empresas florestais, como serrarias, marcenarias, caixotarias, usinas de tratamento de madeira e outros. Essa situação configura a possibilidade de entrada de novos produtores e também de novos consumidores de madeira, que também vão competir pela madeira livre no mercado.

2.2.2. Demandas sociais advindas da concessão de terras

A ação do Estado no estabelecimento das indústrias de base florestal ocorreu não só pelo apoio, aval e recursos provenientes do BNDES, mas também via concessão de terras denominadas devolutas. Assim, tanto a União quanto os governos estaduais realizaram ações com a finalidade de atrair investimentos, viabilizando a área necessária para obtenção da matéria-prima florestal.

Em algumas regiões, essas concessões feitas pelo Estado¹¹, e a posterior implantação dos maciços florestais homogêneos, iniciou um processo de desestabilização do uso comunal de terras por populações tradicionais.

Trata-se na realidade de populações que, em grande parte, não possuíam formalmente a titularidade da terra, e que além das terras que ocupavam, utilizavam terras devolutas em sistemas comunitários, que lhes permitiam garantir o atendimento de parte de suas necessidades, e ao mesmo tempo, era o território onde também foram construídos seus costumes e crenças.

A partir do final da década de 1960, são implantados os reflorestamentos comerciais em algumas regiões do País. Atualmente, os desdobramentos dos incentivos fiscais ao reflorestamento, como as pressões de grupos sociais atingidos, dada a quantidade e intensidade de interesses, são um dos principais desafios que o setor florestal está tendo que solucionar.

¹¹ Magalhães (2003) levanta que o ITER (Instituto de Terras de Minas Gerais) calcula que em 2003 havia em torno de 240.000 ha de terras devolutas em poder das empresas reflorestadoras. Iter (2007) cita que em Minas Gerais até o ano de 2003 só havia no estado comodatos com empresas reflorestadoras, que desde a década de 1970 atuam no norte mineiro.

Percebe-se em várias óticas¹² que esses conflitos são carregados de um sentimento de perda e impotência muito grande na população atingida. A forma de se relacionar com a natureza, tão peculiar nestas populações, foi afetada. Nessas populações a relação com o meio natural esta intimamente relacionada aos sistemas sociais. Na falta do recurso que antes “não era de ninguém”, pois pertencia ao Estado, e ao mesmo tempo, mas “era de todos” devido ao uso comunal, seus sistemas de reprodução e modo de vida ficam afetados.

Os indivíduos de cada comunidade (quilombolas, índios, pescadores, geraizeiros e outros), fazem uma representação própria do que esse conflito implica em sua realidade, e observando as manifestações e os embates em diversos fóruns. Fica a impressão de que tais representações, pelo sentimento de auto-afirmação e revolta que carregam, serão passadas de geração em geração.

As dimensões cultural, sociológica, política, legal e econômica desses conflitos trouxe, ao longo dos anos, modificações, em diferentes intensidades, nas relações sociais presentes nas comunidades.

Essa situação coloca também em risco a sustentabilidade empresarial das indústrias de base, que, como indica Gomes (2005), no caso das indústrias de base florestal devem primar pela melhoria nos índices de aceitação das florestas plantadas.

Mostra também a face para a qual o Estado hoje deve atentar, ao direcionar investimentos, de forma a identificar modos tradicionais de vida e articular os mecanismos para proteção dos interesses dessas populações, pois as linhas de crédito oficiais ao reflorestamento e os discursos do Presidente Lula, em campanha para reeleição a respeito da competitividade brasileira na produção de madeira, mostram o interesse do governo no setor.

Embora seja ainda motivo de denúncias e disputas judiciais, não especificamente e exclusivamente no processo de concessão de terras, e aqui não objetivando jamais definir a questão, mas sim mostrá-la num contexto de risco estratégico, os conflitos gerados com populações tradicionais afetam de fato a sustentabilidade empresarial das indústrias de base no setor de papel e celulose.

Vinha (2003) cita que o setor foi surpreendido pela agilidade das empresas estrangeiras concorrentes, que em parceria com agências estatais e ONGs, lançaram

¹² Ferreira (2002), em *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo*; FASE-ES (2003), em *Seminário sobre Silvicultura* (ALEMG, 2004); e Andrade (2000), em *Conflito, cooperação e convenções: a dimensão político-institucional das estratégias socioambientais da Aracruz Celulose S.A.*

novos *standards* em tecnologias ambientais e sistemas de certificação, criando uma barreira à entrada para a celulose brasileira, conhecida como “protecionismo verde”¹³.

Em realidade esses padrões são barreiras protecionistas contra a celulose vendida no mercado americano. Uma dessas barreiras foi imposta pela ONG *Rainforest Action Network*, que liderou um boicote a uma produtora de celulose brasileira, sob a alegação de que provinha de terras usurpadas dos índios.

Independente da interpretação de questões como essa, é importante verificar que, a existência de conflitos no planejamento estratégico já é uma grande preocupação, pois em relação à comunidade, como indica Vinha (1999), “a empresa deve negociar com as comunidades do entorno, porque precisa de uma licença social para operar”.

O momento atual contém um duplo ensinamento: revela que o movimento ambientalista mudou sua estratégia para atingir toda a cadeia, até o consumidor, e não apenas os fornecedores de celulose (ao focar sua ação sobre a empresa compradora, desencadeia uma pressão interna por parte das próprias firmas), e que os programas comunitários locais, ao contrário do que se supunha, exercem forte influência sobre os compradores estrangeiros (VINHA, 2003).

2.2.3. Demandas sociais nas comunidades rurais no entorno dos projetos florestais

Ao longo do processo de concentração de terras visando o estabelecimento da silvicultura, o próprio meio rural brasileiro foi se modificando. Ao se atentar para o que ocorreu a partir da criação do BNDES (em 1952, com Vargas) até o atual governo Lula, no meio rural brasileiro é possível enxergar algumas transformações importantes, que são reflexos de um contexto estrutural global, como a modernização da agricultura, os avanços tecnológicos, a reestruturação produtiva e o cenário do novo rural brasileiro. E é nesse contexto, que aqui é abordada a demanda por trabalho e emprego para as comunidades rurais do entorno das plantações florestais.

Segundo Ferreira (2002), o trabalhador rural sempre foi, historicamente, o mais penalizado entre todos do País. Foi discriminado mesmo quando os trabalhadores urbanos tiveram seus direitos previstos em lei, desde os anos 1930.

A modernização da agricultura no Brasil tem um marco delimitado à década de 1950 com as importações de meios de produção mais avançados. No entanto, é só na

¹³ Como explica Roxo (2005), no que diz respeito aos condicionamentos ambientais ao comércio internacional.

década de 1960 que esse processo vai se dar concretamente no espaço agrário, com a implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura (TEIXEIRA, 2005).

Neste processo, de acordo com Kageyama, *apud* Souza e Khan (2001), a modernização da agricultura brasileira pode ser vista a partir de três transformações básicas. Primeira, a modernização tratava, não somente da utilização crescente de insumos modernos, mas também, de mudanças nas relações de trabalho.

A segunda transformação é representada pela mecanização, que passou a atuar no processo produtivo desde o plantio até a colheita, substituindo, portanto, a força física e as habilidades manuais do trabalhador, resultando, assim, num salto qualitativo da produção agrícola. A terceira transformação é marcada pela internacionalização dos setores produtivos de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, a partir da implantação das indústrias de base (siderúrgica, petroquímica, borracha, papel e celulose, entre outros) no País, durante as décadas de 1950 e 1960.

As políticas governamentais, especialmente o sistema de fornecimento de crédito e financiamento à produção agrícola privilegiaram os produtos destinados à exportação e as grandes propriedades onde seriam aplicadas as inovações tecnológicas. Diante disso, percebe-se que houve marginalização das culturas para consumo interno e dos produtores que desenvolviam suas atividades em pequenas propriedades. A “modernização da agricultura” foi se revelando concentradora e seletiva (RIBEIRO *et al.*, 2002).

Os reflexos dessas transformações podem ser percebidas hoje no meio rural sob o prisma da demanda de trabalho e emprego, pois como aponta os trabalhos de Nascimento (2002), a modernização da agricultura reduziu as ofertas de emprego para grande parte da população residente hoje em fazendas, chácaras e sítios, que acabou sendo alijada de qualquer atividade agrícola.

Somam-se a esse contexto, a crise na agricultura, a própria legislação trabalhista e a modernização da agricultura no centro-oeste.

Vários autores indicam que a modernização da agricultura brasileira se deu em diferentes intensidades e sob diferentes padrões (ABRAMOVAY, 1992; RIBEIRO *et al.*, 2002).

Com o avanço do processo de modernização da agricultura brasileira, algumas regiões desenvolveram aptidões para determinadas atividades agropecuárias, em detrimento de outras regiões, e essa migração de atividades também foi percebida onde

ocorreu a concentração de terras para plantações florestais. Além da migração da atividade para outra região, houve a própria decadência de atividades agropecuárias, como por exemplo, a cultura do cacau e a do mamão na região do sul da Bahia.

Focando a região do sul da Bahia, que concentra grandes extensões de terra destinadas aos projetos florestais das indústrias daquele e de outros estados, há também efeitos da reorientação de políticas públicas e que implicaram na estagnação da economia regional e sobre as demandas de trabalho e emprego. Um exemplo disso foi o caso da desativação da estrada de ferro Bahia-Minas.

Segundo Estado de Minas (2004), a estrada de ferro Bahia-Minas, ligava o sul da Bahia aos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, em Minas Gerais e começou a ser construída em 1880, no distrito de Ponta da Areia, em Caravelas (BA). A Baiminas, como ficou conhecida, foi desativada em 1967.

Cerqueira Neto (2005) também cita que a Baiminas foi a responsável pelo aparecimento de alguns núcleos urbanos no trecho que percorreu (Araçuaí, no nordeste de Minas Gerais a Caravelas - Ponta de Areia - no extremo sul da Bahia). Este autor indica que a Estrada de Ferro Bahia-Minas estava também intimamente ligada a exploração vegetal, pois, era a principal via de escoamento da produção das madeiras.

O Smartwood-Imaflora (2004), também aborda sobre a chegada da estrada-de-ferro Bahia-Minas, em 1919, que possibilitou a interiorização da ocupação, até então litorânea e que muitos migrantes de Minas Gerais se estabeleceram na região, já no começo do Século XX, onde predominou a agricultura de subsistência baseada na pequena propriedade familiar.

Há também que se notar os efeitos do processo de reestruturação produtiva, que tem trazido mudanças no mundo do trabalho e emprego de forma global, mas que também produzem reflexos sobre as comunidades que ficaram no entorno dos projetos florestais.

O processo de reestruturação produtiva pode ser visto como um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes constituíram-se com o neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte. A isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho (ANTUNES, 2000, p. 31).

Santana e Ramalho (2004, p. 8) apontam que a reestruturação das atividades produtivas, que ocorreram principalmente a partir da década de 1970, inclui inovações tecnológicas e novas formas de gestão da força de trabalho. Como resultado, tem ocorrido um aumento significativo nos índices de produtividade, profundas alterações no relacionamento entre as empresas e nas formas de organização da produção, interferindo nas relações de trabalho e no processo de negociação com as organizações de defesa dos trabalhadores.

Além do enfraquecimento do poder sindical, podem-se citar ainda outras principais transformações na esfera produtiva. Como observa Santana e Ramalho (2004, p. 10), a atividade produtiva passa a exigir trabalhadores flexíveis que, de posse de ferramentas flexíveis, teriam como resultado de seu trabalho um produto flexível. Além disso, o setor industrial perde volume frente ao setor de serviços e a flexibilização das atividades produtivas leva também a um aumento da precarização nos contratos de trabalho.

Como observa Leite (1997, p. 10), as elevadas taxas de desemprego, que acompanham o processo, a tendência das empresas a abandonar os tradicionais centros industriais (com forte tradição operária e sindical) em direção a novas regiões sem passado industrial ou sindical (os *greenfields*), bem como o rápido processo de focalização da produção e desverticalização das empresas, que vem provocando a exteriorização de partes do processo produtivo para outras firmas (terceirização), estão entre as causas principais do grande enfraquecimento do poder sindical desde o início dos anos 1980.

Além disso, no mundo do trabalho a modernização da agricultura e a reestruturação produtiva favoreceram a inclusão ou permanência no mercado de trabalho de uma mão-de-obra mais especializada.

No caso que enfrenta o setor florestal, dado o baixo nível de capacitação para o trabalho em que se encontram determinadas comunidades, e, concomitante aos já apresentados efeitos dos processos de modernização da agricultura e das reorientações de políticas públicas, e à própria reestruturação produtiva das empresas, de um modo geral, há uma grande oferta local de mão-de-obra. Contudo, há restrições de acesso à oferta do trabalho local, explicada pela própria insuficiência da região em absorver essa oferta, em geral pela baixa média de capacitação para o emprego exigido no atual mundo do trabalho.

Há ainda os efeitos da política fiscal com relação a produtos para exportação, como a celulose. Produtos destinados ao mercado externo são isentos de ICMS. Deste imposto arrecadado nos estados, cerca de um quarto dele constitui receitas para os municípios. Assim, deixa o estado de arrecadar, e investir em programas, ações e obras que também beneficiem essas comunidades, como também as prefeituras, que além de terem uma redução na composição de seu “bolo”, também reclamam dos próprios critérios de distribuição do mesmo.

Do exposto, entende-se que as demandas por trabalho e emprego nessas comunidades que ficaram no entorno dos grandes projetos florestais, são resultado da concentração de terras, à qual, no País, está associado a um contexto legal, técnico, macroeconômico, e a movimentos globais. As políticas públicas de modernização da agricultura, com seus mecanismos de crédito e estímulo à mecanização, e que privilegiaram a grande propriedade e a latifundização, subsidiaram ações da reestruturação produtiva do setor florestal que, somadas, trouxeram efeitos sobre o trabalho e emprego.

É a partir dessas demandas por trabalho e emprego em algumas comunidades rurais que ficaram no entorno dos projetos florestais, delineados por todos os contextos até então apresentados, e que atualmente pressionam os recursos florestais, traduzido pelo conflito gerado na retirada irregular do resíduo florestal e, ou, toras, é que a seguir apresenta-se uma discussão conceitual sobre o significado de empresa e comunidade como uma estratégia de fundamentação que permita estabelecer uma relação complementar entre elas.

3. RELAÇÕES ENTRE EMPRESAS FLORESTAIS E AS COMUNIDADES NO ENTORNO DOS PLANTIOS FLORESTAIS

Neste capítulo será feita uma discussão acerca das relações entre as empresas florestais e as comunidades, em especial aquelas que ficaram no entorno dos projetos florestais. Inicialmente serão abordados os conceitos de comunidade e empresa.

3.1. Comunidade

A idéia de comunidade compreende relações muito abrangentes. Autores clássicos, como Ferdinand Tönnies, procuravam conceituar a comunidade em oposição à sociedade, criando assim um conceito de comunidade “pura”, idealizada, oposta ao conceito de sociedade, criado pela vida moderna (RECUERO, 2001).

Para Tönnies, *Gemeinschaft* (comunidade) representava o passado, a aldeia, a família, o calor. Tinha motivação afetiva, era orgânica, lidava com relações locais e com interações face-a-face. As normas e o controle davam-se através da união, do hábito, do costume e da religião. Seu círculo abrangia família, aldeia e cidade. Já *Gesellschaft* (sociedade) era a frieza, o egoísmo, fruto da calculista modernidade. Sua motivação era objetiva, era mecânica, observava relações supralocais e complexas. As normas e o controle davam-se através de convenções, lei e opinião pública. Seu círculo abrangia metrópole, nação, Estado e mundo. Para Tönnies, a comunidade seria o estado ideal dos grupos humanos. A sociedade, por outro lado, seria a sua corrupção.

Assim, como aponta Recuero (2001), para Tönnies, a mudança social resultaria de dois princípios aparentemente conflitantes: o aristotélico de que o homem é um ser social e o hobbesiano, no qual o homem é de natureza anti-social. Estes dois princípios constituiriam a natureza contraditória do homem. O ser humano, portanto, aspiraria à união e ao mesmo tempo, seria contra ela, oscilaria entre a conexão e a separação, o coletivo e o individual.

Embora trabalhasse seus conceitos a partir de tipos ideais platônicos, Tönnies não via essas características isoladamente: “Não conheço nenhum estado de cultura ou sociedade em que elementos de *Gemeinschaft* e de *Gesellschaft* não estejam simultaneamente presentes, isto é, misturados” (TÖTO, 1995, p. 50).

Para Durkheim, a sociedade não teria um caráter menos natural do que a comunidade, pois existiriam pequenas semelhanças de atitude nas pequenas aldeias e grandes cidades. Além disso, ele também afirmava que nem *Gemeinschaft* nem *Gesellschaft* possuem características que podem ser encontradas unicamente em um agrupamento social (ALDUS, 1995, p. 118). Durkheim acreditava, como Tönnies, na natureza da dicotomia entre sociedade e comunidade. Admite também que aquela se desenvolve primeiro e, a segunda, é seu fim derivado.

Outro autor que trouxe contribuições para ampliar o entendimento do termo comunidade foi Marx Weber. Para ele, o conceito de comunidade baseia-se na orientação da ação social. Assim, a comunidade funda-se em qualquer tipo de ligação emocional, afetiva ou tradicional. Como dizia Weber: “chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes” (WEBER, 1987, p. 77).

Assim, de certo modo, percebe-se nesses autores que a idéia de comunidade vem atrelada a algo que une (solidariedade) seus membros, numa relação ou sentimento de partilhamento de interesses comuns. Isso não quer dizer que na sociedade moderna ela prescindia de aspectos da individualidade, mesmo num contexto de coletividade e organizações formais.

De fato, nos dias atuais e nos agrupamentos concretos que se atribuem a denominação de comunidade há interesses comuns presentes em seu cotidiano que são percebidos como comuns por várias pessoas. Essa percepção mantém uma comunidade em torno de alguma questão. Contudo, essas mesmas pessoas podem não chegar a nenhum consenso para outras questões.

Esse é um ponto muito importante ao se analisar uma comunidade. Os interesses presentes podem ser muito variados. Na estrutura social de uma comunidade, numa sociedade moderna e capitalista, pode-se encontrar grupos (classes) que muitas vezes tem condições sociais e interesses conflitantes, ou até mesmo antagônicos. E da mesma forma podem ocorrer disputas internas dentro dos grupos que a constituem.

Nesse sentido, Pinto e Arrazola (1992) já alertavam que o conceito de comunidade é abusadamente utilizado para indicar qualquer tipo de grupamento humano e, intencionalmente ou não, ele está comprometido com várias outras conotações de caráter ideológico quando se quer atribuir homogeneidade e equilíbrio para esse grupamento humano, embora tais características sejam imaginárias numa sociedade onde existem diferenças e contradições sociais como a nossa.

3.2. Empresa

Define-se uma empresa como um conjunto de pessoas e meios materiais cuja atividade é orientada para a produção de bens econômicos, bens ou serviços que devem satisfazer necessidades humanas. Contudo, isso não quer dizer que essas necessidades são naturais, mas históricas e socialmente definidas. Por isso, essa definição se aplica tanto às empresas privadas, próprias do sistema de livre mercado, que buscam a obtenção de lucro e decidem sua própria política econômica, quanto àquelas que atuam em um sistema econômico coletivizado, e que têm como objetivo o cumprimento de metas impostas através de um plano traçado pelas autoridades econômicas do estado, como é o caso das empresas estatais.

Assim, como mostra Vidal (2003), mesmo nos países de economia de mercado existem empresas de propriedade pública, cujo objetivo principal pode ser ou não exclusivamente o lucro. Aquilo que dá a uma instituição o caráter de empresa, seja qual for o sistema econômico e social em que esteja inserida, é sua atividade e não o objetivo exclusivamente do lucro.

Observando que as empresas são também geradoras de trabalho e emprego, há de se perceber como através da história, as sociedades se transformaram e se urbanizaram em função de uma adequação à era industrial. As empresas moldaram um mundo: o mundo do trabalho assalariado e do capital.

Alves (2005), ao tratar do tema trabalho, aponta que este também é um intercâmbio interativo-social, pois a consciência e a técnica pressupõem, como

complexo de determinações reflexivas, a interação social, a socialidade, a relação do homem com outros homens, a cooperação social produtiva. No decorrer da história do homem a questão interativo-social adquiriu várias formas determinadas pelas relações de propriedade, apropriação dos resultados do trabalho e pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Embora autores como Offe (1994, p. 197) indiquem que o trabalho estaria deixando de situar-se como o fato social principal e que, as esferas do trabalho e da produção diminuiriam radicalmente sua capacidade de estruturação e de organização da vida social, abrindo espaço para “novos campos de ação caracterizados por novos agentes e por uma nova forma de racionalidade”, outro autor, como Antunes (2000), após análises sobre as implicações da reestruturação produtiva no mundo, verificam que não estamos caminhando para a eliminação da classe trabalhadora, mas para a sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada. Com a interação do trabalho vivo com o trabalho morto, pela tecnologização da ciência, embora não se consiga eliminar o trabalho vivo, consegue-se reduzi-lo, fragmentá-lo, alterá-lo, não podendo, contudo, eliminar a classe trabalhadora, mas subjugá-la ao sistema produtivo.

Enfim, mesmo frente às novas relações de trabalho, advindas dos processos de reestruturação produtiva, ainda hoje o trabalho fundamenta grande parte da vida social. Por isso é possível conceber a empresa como uma instituição do ordenamento social.

É interessante observar, conforme Vinha (1999) que, a implantação de um projeto industrial em uma região não-industrializada, resulta na introdução de uma outra ordem social e econômica, e sua superioridade altera profundamente as estruturas da ordem tradicional, a qual, a menos que estabeleça um mínimo de afinidade com a nova ordem, transforma-se em zona caótica. Denominado por Bruzeke (1996) de “enclave racional”, projetos deste tipo definem-se como “províncias de sentido” ao criarem estruturas próprias que seguem um sentido específico.

As indústrias do setor de papel e celulose, segundo Vinha (1999), tipificam um “enclave” em muitos aspectos, porque possuem uma autonomia e lógica próprias, conferidas pela produção de exportação, distinguindo-se claramente do que existe ao seu redor. Sob outro aspecto, dada a escala exigida pela produção, o grande porte das plantas industriais e a dimensão espacial e intensiva que caracteriza a forma de exploração dos recursos naturais, possuem grande potencial poluidor e degradador sobre o meio ambiente.

Com isso, possuem maior visibilidade, sendo os alvos privilegiados do movimento ambientalista e das normas de regulação do comércio internacional, cuja competitividade, hoje, baseia-se, em grande medida, na utilização de tecnologias limpas nos processos produtivos.

Consideradas as principais características, cabe atentar que são setores que têm como finalidade a produção de bens econômicos e cujo objetivo é o lucro. A lógica de acumulação de capital pela obtenção de lucros é a forma de reprodução dessas empresas e o processo histórico de constituição da forma de exploração do trabalho assalariado é que permite compreender suas razões.

Esta lógica do capital é abordada por Costa e Costa (2000) e se estruturou ainda nos antigos processos de transformação pela manufatura e se acentuou na revolução industrial, com a presença da grande indústria.

3.3. Algumas relações que se desenvolveram entre a mão-de-obra presente nas comunidades rurais e as empresas florestais

3.3.1. Uma abordagem da atividade de siderurgia

São apresentados a seguir alguns pontos sobre uma situação de estabelecimento de uma indústria de base e pontuado sobre a questão da relação de trabalho entre esta e a mão-de-obra situada nas comunidades rurais próximas às áreas da indústria.

Consenza (2005) analisou um processo social de transformação de relações de trabalho, destacando em um ambiente rural, a formação do assalariado florestal, categoria que este autor utilizou para se referir aos trabalhadores da silvicultura na região Central do Estado de Minas Gerais. Foi analisado o processo de expropriação de trabalhadores que vieram a trabalhar em áreas de terceiros, onde inicialmente eram trabalhadores tipicamente rurais, posteriormente vieram a trabalhar para empreiteiros da indústria siderúrgica, no corte da madeira e na fabricação de carvão e, mais à frente, vieram a trabalhar para reflorestadoras, na formação do plantio florestal.

A autora aponta inicialmente que o trabalhador rural objeto de seu estudo, desde o início de suas atividades nas áreas agrícolas e florestas nativas do distrito em questão foi um trabalhador para o outro, ainda que conjuntamente do trabalho para o outro também tenha trabalhado lavouras para si próprio. Mas, tratava-se de um trabalho para si permitido pelo outro, ou seja, pelos proprietários da área de floresta nativa.

Assim, para aquela comunidade em questão, Cosenza (2005), apontou a existência de trabalhadores despossuídos de terras ou que estavam em processo de perda ou venda de suas propriedades ou posses, em meados do Século XX. Contudo, segundo a autora, o fato de irem trabalhar nas florestas daquela localidade demonstra que são trabalhadores que não rompem de imediato com seu padrão de trabalho e reprodução da família, uma vez que já lhes era comum trabalhar plantando lavoura a meia ou a terça em terras alheias.

Verifica-se então que o trabalhador rural presente nos estudos de Cosenza (2005) e a natureza do seu trabalho com plantio de lavouras caracterizam-se como uma atividade de caráter familiar, dirigida para a produção de alimentos que seriam destinados ao consumo familiar, com pouca ou nenhuma existência de comercialização. Essa é uma situação muito semelhante ao que se pode verificar em outros contextos rurais brasileiros. A semelhança também se dá em razão do trabalho nos lotes de lavouras ter sido um trabalho que existia apenas por concessão.

Desse processo de formação do assalariado florestal questionado por Cosenza (2006), é apontado que a autonomia oriunda do acesso à propriedade agrícola, do trabalhador rural anterior às siderúrgicas, teve maior sucesso do que o atual assalariado florestal. Considerando para o primeiro momento, que havia um grau menos avançado da lógica do direito de propriedade, eles tinham liberação de terras para plantio de lavouras para autoconsumo. Essa atividade que permite um pouco mais de ação autônoma (decisões próprias) foi sendo proibida na medida em que ocupavam as áreas com plantios florestais.

Outro ponto questionado no trabalho da autora foi a abordagem dada ao processo de mudança das famílias, da área de mata para uma vila com casas financiadas.

Com a retirada dos trabalhadores das áreas que eram ocupadas anteriormente pela concessão dos antigos proprietários, houve uma ruptura nas relações de reciprocidade entre trabalhadores e empregadores, devido à eliminação dos lotes para plantio de lavouras, até então muito possivelmente apreendidos como uma dádiva, e à dissociação dos locais de trabalho dos locais de residência.

Esses fenômenos vieram a provocar transformações nas relações entre trabalhadores e seus empregadores e mesmo entre as famílias dos trabalhadores. No entanto, não houve ruptura completa das relações de reciprocidade. O fato de a reflorestadora ter concedido o terreno e ter mediado o processo de financiamento da construção das residências nas quais os moradores daquela comunidade vivem

atualmente é razão para que exista um sentimento de dívida para com aquela empresa (COSENZA, 2005).

No trabalho de Cosenza (2005) estão presentes depoimentos que apontam o fato de alguns moradores dessas casas financiadas (vila), após serem demitidos das empreiteiras ou mesmo da própria reflorestadora, em função da diminuição da demanda por mão-de-obra nos plantios por um período de aproximadamente 10 anos, não conseguiram arcar com as prestações do BNH. A autora aponta ainda o fato da construção da vila a esses comunitários servir como um instrumento de cerceamento e controle moral.

É necessário fazer algumas observações a partir do trabalho citado. A primeira diz respeito ao próprio manejo florestal. A produção de madeira destinada ao carvão teve um modelo inicial de reforma da floresta somente após a condução da brotação (talhadia), levando a um ciclo total de no mínimo 14 anos. Obviamente, nesse período, é de se esperar uma queda na demanda por mão-de-obra. Contudo, hoje, com a regulação da floresta, que é uma técnica já amplamente adotada, as demandas por mão-de-obra sofrem menores oscilações, pois em todos os anos ocorrem as três operações principais: plantio, manutenção e colheita florestal. Assim, pode-se assumir que essa técnica favoreça também as questões relativas ao trabalho e emprego.

Outra observação diz respeito à transferência desses comunitários para uma vila. Obviamente não era intenção dos gestores da empresa manter um “exército de reserva”, principalmente frente ao período de baixa oferta de mão-de-obra que se daria em função do manejo não regulado da floresta. Contudo, essa situação se desenhou e foi alvo de críticas. Somente hoje, com o próprio amadurecimento da concepção de projeto florestal e do planejamento deste, é que se poderia evitar essas situações.

O mesmo acontece quando se observa a questão da construção da vila ser um instrumento de controle moral, como atribuído por Cosenza (2005).

O fato é que, anteriormente às casas na vila, os comunitários estavam habituados a outro modo de vida, ou seja, possuíam mais área em torno de suas casas que lhes possibilitava criar pequenos animais, cultivar hortas e pequenos roçados. Na vila esse espaço foi drasticamente reduzido (lotes), e essa autonomia de “o que fazer em seu quintal” também fica reduzida, pelo próprio espaço e pela proximidade de vizinhança. Talvez isso nem chegasse a se concretizar num problema, não fosse o longo período sem oferta de trabalho pelos quais os moradores da vila atravessaram.

Acredita-se também que os gestores da empresa não tiveram objetivos de reduzir as atividades que contribuem para o auto-abastecimento daquelas famílias. Mas esse foi um aspecto que ocorreu e mostra como a intervenção de modelos produtivos em modos de vida comunitários deve ser amplamente discutida antes de ser operacionalizada.

3.3.2. Uma abordagem sobre a atividade de papel e celulose

Na atividade de silvicultura presente no setor de papel e celulose, afora o processo de assalariamento da mão-de-obra rural, possui semelhanças, em diferentes intensidades, com o caso anteriormente citado por utilizar mão-de-obra proveniente de comunidades de trabalhadores rurais desprovidos, ou em processo de expropriação, de terras e que passaram por um processo de mudança na forma e nas relações de trabalho¹⁴. As formas de conflito presentes entre comunidades e empresas, a retirada irregular de resíduos e, ou, toras dos plantios florestais, pode ser entendida como um reflexo da baixa oferta de trabalho e emprego nessas comunidades.

A demanda das siderúrgicas, que não investiram na formação de florestas para seu suprimento, contribui sobremaneira na configuração desse quadro de conflito.

A abordagem inicial será feita a partir de documentos de divulgação das empresas, como Relatórios de Sustentabilidade, Resumos Públicos de Certificação e outros.

Aguiar (2005) aponta que a retirada irregular de madeira dos plantios florestais também se dá pela presença de um crime organizado que ninguém enfrenta, e que com os aumentos no preço do carvão, as empresas do setor de celulose nesta região, como a Suzano, Aracruz e Veracel, têm suas florestas plantadas mais pressionadas.

Em 2004, a Aracruz Celulose, publicou seu relatório de sustentabilidade apontando o conflito sobre o uso de recurso florestal. Segundo Aracruz (2004), há algum tempo a empresa estava destinando socialmente os resíduos da colheita florestal (pontas e galhos), através de doações às empresas e cooperativas. Num contexto de aumento dos preços dos produtos da madeira, como o carvão vegetal, houve um grande aumento na procura por esses resíduos, que se destinam ao carvoejamento. Isso fez com que a empresa ampliasse as doações, passando a atender também as associações comunitárias.

¹⁴ Mudança provocada num contexto de modernização da agricultura, como já apontando anteriormente.

Ainda neste relatório, a empresa informa que as doações de resíduos em maior escala acabaram por gerar uma série de problemas, pois entidades conveniadas não cumpriram requisitos básicos da legislação tributária e trabalhista, e sujeitaram a empresa a ações judiciais por co-responsabilidade, além disso, a falta de uso de equipamentos de proteção individual e o desrespeito a práticas de segurança, aumentaram o risco de acidentes.

Cita ainda sobre invasão de áreas não autorizadas para retirada de resíduos e o aumento substancial dos focos de incêndio e que, o uso da maioria dos resíduos para a produção de carvão vegetal é feita em fornos rudimentares com péssimas condições de trabalho e freqüente uso de mão-de-obra infantil. O relatório indica também que as autoridades policiais informaram o envolvimento do crime organizado com parte das atividades de coleta de resíduos, bem como na produção e comercialização de carvão vegetal, estimulado pelo alto preço do produto.

A abordagem deste relatório termina indicando a decisão da Aracruz Celulose, diante da *dimensão* e da *gravidade*¹⁵ desses problemas, e sem ter legalmente poder e estrutura para controlá-los, de suspender todas as doações de resíduos, explicando a decisão às partes interessadas.

Já no Relatório de Sustentabilidade da empresa referente ao ano de 2005, há menção sobre a ação do Governo do Estado da Bahia, em setembro do mesmo ano, de uma operação, coordenada pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), contra o uso de madeiras obtidas ilegalmente, que resultou na desativação dos fornos de carvão em algumas áreas do sul da Bahia.

Durante a vivência em uma comunidade dessa região¹⁶, depoimentos permitem perceber que quando há ação do aparato de coerção do Estado, esta por vezes mostra-se truculenta. A desativação dos fornos implica em destruição dos mesmos, assim, foram investimentos em trabalho, tempo e dinheiro que foram perdidos. A divisão do trabalho nessa atividade coloca muitas vezes os homens para a coleta do material florestal e cabe às mulheres, em muitos dos casos, tomarem conta dos fornos durante o processo de carvoejamento. Assim, grande parte da coerção truculenta foi feita sobre as mulheres.

Essa percepção também foi observada e relatada por Smartwood e Imaflora (2005), quando citam que a intervenção da polícia em mobilização conjunta com o CRA

¹⁵ Grifo nosso: de fato, a dimensão se percebe ao longo da BR418 e a gravidade esta explicitada, em grande parte, no cenário do Caos, apontado no Capítulo 1 deste trabalho.

¹⁶ Através do Projeto PFM SIF/DEF/UFV.

para coibir as irregularidades da retirada de resíduos florestais e do carvoejamento foi excessiva e inadequada, evidenciada em depoimentos de alguns entrevistados da comunidade e da própria empresa¹⁷.

Segundo Aracruz (2005), em represália às ações de destruição dos fornos alguns desses grupos realizaram atos que resultaram em saques a ônibus e caminhões de prestadoras de serviços das empresas de produção de celulose, e incêndios em florestas de eucalipto.

Em conjunto com outras empresas florestais da região vem sendo realizada uma parceria com mais três outras instituições: o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), o Instituto de Estudos da Religião (Iser) e a Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), cujo objetivo é a elaboração de uma proposta de desenvolvimento regional voltada às comunidades de baixa renda do entorno dos empreendimentos florestais na região do extremo sul baiano.

No Relatório de Sustentabilidade de 2006 da Aracruz Celulose (p. 57) surge menção sobre a uma ação de manutenção de posse, em conjunto com as empresas Suzano Papel e Celulose S.A. e Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S.A., em face de uma associação de pequenos produtores de carvão e lenhadores do norte do Espírito Santo, que segundo o relatório, turbam diariamente a posse de áreas legitimamente ocupadas pelas empresas e nas quais desenvolvem atividades florestais, mediante ameaças de incêndio e retirada de madeira.

O mesmo relatório aponta ainda que ações que geram renda nas comunidades carentes vêm sendo implementadas por projetos como o de Viveiros Comunitários e o Programa de Agricultura Familiar, onde ocorre a interessante cessão em comodato de áreas agrícolas.

Traz ainda como metas para 2007, na sessão de relacionamento com as partes interessadas, uma indicação de contribuição para uma estratégia de desenvolvimento regional que contemple comunidades de baixa renda situadas no sul da Bahia e, na sessão de investimentos sociais, aponta um Plano Estratégico de Investimentos Sociais, enfocando as linhas de atuação e focos dos investimentos, uma nova estrutura de gestão; processo de monitoramento e avaliação e a contribuição para o desenvolvimento de três comunidades localizadas no norte do Espírito Santo, com programas de geração de renda e de promoção social.

¹⁷ No caso desse relatório produzido por Smartwood e Imaflora (2005).

Smartwood e Imaflora (2005) trazem também a dimensão do conflito com comunidades locais envolvidas na produção de carvão vegetal e a empresa Suzano Papel e Celulose. Os autores citam que a falta de alternativas de emprego e renda na região gera uma demanda local pelos resíduos florestais que alimenta carvoarias, atividade de sustento de centenas de famílias, em constante conflito com a empresa. O relatório do ano anterior, que se destina à certificação, também apontou o problema.

Esse relatório traz um foco importante: a produção de carvão faz parte de uma cultura local e, conseqüentemente, difícil de transplantar para uma realidade de formalização das relações de trabalho. É importante salientar que esta observação é relevante, devendo ser considerada pela empresa para o tratamento destas questões, porém, por outro lado, a “cultura local da produção do carvão” envolve uma série de condutas que não condizem com os padrões exigidos pela legislação e pela própria certificação florestal, como as atividades não-formalizadas, o trabalho de crianças, os problemas de saúde ocupacional, entre outros.

Cita também que, na comunidade de Juerana, no Extremo Sul da Bahia, a empresa tentou fomentar o surgimento de uma pequena empresa que pudesse coletar os resíduos florestais dentro do padrão por ela exigido. Porém, a complexidade da situação não permitiu o sucesso almejado.

Diante das informações obtidas nesses relatórios percebe-se o quanto essa relação conflituosa é crônica e preocupante, tanto para empresas florestais como para as comunidades. E isso de fato tem demandado, para ambos, novas visões e estratégias.

Evidencia também as dificuldades conceituais e metodológicas que tanto empresas como comunidade enfrentam para a resolução positiva de conflitos, o que coloca em foco a necessidade da construção de ações e propostas mediadas.

Mas é preciso lembrar que sem mudanças estruturais, não ocorrerá profundas mudanças nesse cenário. Há demanda contínua para carvão vegetal, os atravessadores continuam estimulando a retirada irregular, os comunitários continuam expropriados de meios de produção e em situação não favorável nas relações de produção¹⁸, e as empresas tendem a conceber essas comunidades não como parceiros, mas como pessoas que necessitam de assistência.

Em fevereiro de 2007, chamou a atenção um incidente com morte que ocorreu em Minas Gerais, envolvendo um segurança (terceirizado) da V&M Tubes, que possui

¹⁸ Em vivência em uma comunidade no sul da Bahia, observou-se entre os comunitários também a subordinação do trabalho de uns pelos outros.

atividades florestais e um comunitário ocorrido em área de reflorestamento, ele revela a gravidade do conflito.

Em nota à sociedade, a empresa declara que a reincidência da retirada irregular de madeira levou a empresa a colocar vigilantes munidos de máquina fotográfica buscando registrar os fatos para posterior apuração dos órgãos competentes. Este procedimento foi utilizado para o registro dos mais de 60 boletins de ocorrência na delegacia de Bocaiúva nos últimos anos.

Entretanto, explica a nota, neste incidente, o vigilante teve sua máquina fotográfica destruída pelos invasores e em busca de sua defesa pessoal se viu obrigado a disparar a sua arma de fogo. O assunto motivou uma reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais realizada em Bocaiúva em março do mesmo ano.

Segundo ALEMG (2007), a prova do acirramento dos ânimos é a quantidade de inquéritos instalados para se investigar roubo de lenha nessas áreas. São 48 somente na área subordinada à Delegacia Regional de Polícia de Montes Claros. “O conflito social está latente”, avalia o delegado. “Estamos diante de uma situação de exclusão social e de impactos ambientais incomensuráveis”, acrescentou o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Conflitos Agrários.

Esse incidente motivou a diretoria da empresa a comunicar o seu desligamento voluntário da certificação do FSC (*Forest Stewardship Council*) (FSC, 2007; VM, 2007).

Há nesse incidente em Minas Gerais, como naqueles ocorridos entre o Espírito Santo e Bahia, um aspecto em comum. Ambas as situações mostram o quanto pode ser crítica a atuação dos aparatos de coerção, seja privado ou público.

As empresas florestais ao acionarem um aparato público ou privado para a proteção de seu patrimônio florestal, precisam sempre pensar que existe a probabilidade de ocorrerem situações onde os princípios de não-violência se perdem, e isso pode trazer riscos para toda a organização, seja na forma de represálias ao patrimônio, processos judiciais contra ela e aos prestadores de serviço, ou a divulgação do incidente associado ao nome da empresa, que reflete nos negócios.

Ao terceirizar a atividade (vigilância) que está lidando diretamente em área de conflito, a atenção da empresa florestal sobre a atuação desta deve redobrar. Ao acionar a polícia e órgãos ambientais para repressão à retirada irregular de madeira é preciso recomendações expressas de não-violência.

Frente aos conflitos e reivindicações as mais diversas, as empresas florestais têm mantido um setor dentro de sua organização que se responsabiliza pelo relacionamento com comunidades. Talvez fosse o caso de se pensar em setor específico para a gestão de conflitos, pois, afinal, não são todas as comunidades que estão em situação de conflito com as empresas florestais. Evidentemente, esse seria um setor que quando atinge seus objetivos, perde sua necessidade.

4. CONCEITOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DA PROPOSTA

Há necessidade de discussão de alguns conceitos que estão presentes nas relações apresentadas. Elas compõem um cenário que exige uma conceituação mais acurada para melhor compreender tanto o problema do conflito quanto a proposta que aqui será apresentada.

Obviamente, processos como o de assalariamento de trabalhadores rurais pela atividade de silvicultura a partir da concentração de terras, e o processo de isolamento de comunidades com alta demanda de trabalho e emprego, não é idêntico por todo o país, nem mesmo por toda uma região. Entretanto, empiricamente é possível observar algumas semelhanças, com diferentes intensidades e em certos aspectos com diferentes setores que estabeleceram a silvicultura, como a mudança na forma e na relação de trabalho, como a não-possibilidade de acesso a terra, o processo de expropriação, a relação desses trabalhadores com o meio natural e as relações de reciprocidade entre empregadores e trabalhadores.

4.1. Reciprocidade

O primeiro ponto a ser discutido é o da divisão do trabalho que recairá sobre o conceito de reciprocidade. Pode-se trabalhar a discussão deste conceito a partir dos trabalhos de Karl Polanyi. Para este autor, o conceito de reciprocidade está inserido num âmbito maior, ele já estava presente nas sociedades tribais e pré-capitalistas.

Como indica Vinha (2003), Polanyi discordava da pressuposição de Adam Smith de que a divisão do trabalho dependia da existência do mercado, justificando a propensão do homem a permutar e barganhar.

Polanyi (1980, p. 60), aponta que a divisão do trabalho, é um fenômeno tão antigo como a sociedade, e origina-se de diferenças inerentes a fatos como sexo, geografia e capacidades individuais.

Como sintetiza Vinha (2003), estas sociedades se responsabilizavam pela sobrevivência do conjunto dos seus membros, já que isto significava a manutenção dos laços sociais, os quais, em última instância, definiam-nas enquanto coletividades. Logo, não existia a noção de lucro, nem a propensão natural à barganha, sendo o sistema econômico uma mera função da organização social, embora existissem sofisticadas transações comerciais.

Vinha (2003) observa que não havendo o objetivo do lucro, nem o princípio de trabalhar por remuneração e, principalmente, na ausência de qualquer instituição distinta baseada em motivações estritamente econômicas, a ordem na produção e na distribuição foi atribuída por Polanyi (1980) a dois princípios de comportamento: a reciprocidade e a redistribuição, que foram identificadas em todas as sociedades analisadas pelo autor. Observou também que, esses princípios eram sustentados por padrões institucionais, respectivamente, a simetria e a centralidade, levando-o a inferir que o ponto de partida para a compreensão da história das civilizações humanas é enxergar a economia enquanto processo historicamente instituído.

A partir dos trabalhos de Polanyi, Vinha (2003) também vê a economia como um processo instituído por que está definido pela interação, empiricamente construída, entre o homem e seu ambiente, resultando na satisfação tanto das suas necessidades materiais quanto das psicológicas. O termo "instituído" pressupõe que as atividades sociais que formam este processo, exercido por movimentos de mudanças locais ou apropriacionais estão, concentradamente, contidas em instituições. Seus componentes econômicos, agrupados como ecológicos, tecnológicos ou sociais, não interagiriam, nem formariam unidade e identidade estrutural, sem sua expressão institucional.

Contudo, Polanyi (1980) identificou quatro princípios: a reciprocidade, a redistribuição, a domesticidade e o mercado.

Segundo Langer (2007) o princípio da reciprocidade, elaborado inicialmente por Marcell Mauss, corresponde à relação estabelecida entre pessoas por uma seqüência

duradoura de dons¹⁹. A reciprocidade é em conseqüência fundada sobre o dom como fato social elementar, a existência do dom que é ligada a um contra dom.

Por trás da reciprocidade pode estar uma grande variedade de motivações possíveis. Apesar disso, o elo comum é a garantia de que as trocas não sejam despersonalizadas. O retorno do dom dado nem sempre é imediato e muito menos “material”. Pode estar em que, executando bem determinada ação, seu realizador ganha em respeito, em estima ou em reconhecimento diante dos outros membros.

Godbout (1999, p. 113) faz um paralelo entre a reciprocidade e a dádiva, apontando que se a dádiva representa uma forma de circulação distinta, não é por essa característica de não-retorno que ela se define. Cita que na dádiva existe retorno, de vários tipos, o que torna inadequada a noção habitual de reciprocidade associada à dádiva, que tende a confundir o que se passa entre as pessoas, entres os agentes.

Foi de Marcel Mauss o esforço de vincular a preocupação moral acerca das bases da solidariedade com a analítica do fato social. Quanto ao primeiro aspecto, observou que na troca há sempre três momentos que se revertem no princípio da ação recíproca – dar, receber e as obrigações de retribuir. A troca não é somente uma permuta de produtos, ela carrega a potencialidade da sociabilidade humana, sobre a qual se fundam a solidariedade, a integração social e as obrigações mútuas. O segundo aspecto complementa o primeiro. É por que estes fatos sociais são “totais”, isto é, as trocas são não só econômicas, que elas expressam também uma dimensão política e estão numa cosmologia simbólica, que deles se pode atribuir um sentido (RADOMSKY, 2006).

Assim, Mauss percebe que estas trocas não são somente econômicas, mas envolvem a economia, a política e os sistemas simbólicos destes grupos – se constituindo no fato social total. São totais (ou gerais) porque “põem em movimento, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições”, de acordo com Mauss (1974, p. 200). Por isso, não há apenas uma razão material que evoque a necessidade das trocas.

Recentemente, Alain Caillé, pesquisador francês, faz um retorno da obra de Mauss. Caillé define dádiva como qualquer ação sem expectativa imediata ou certeza de retribuição, mas com objetivo de “[...] criar, manter ou reproduzir a sociabilidade, comportando, portanto, uma dimensão de gratuidade” (CAILLÉ, 1998b, p. 76).

¹⁹ Leia-se também dádiva.

Godbout (1999, p. 23) chama a atenção para os espaços daquilo que se pode chamar de socialidade primária e socialidade secundária. Baseia-se em Caillé (1982), quando esclarece que ninguém vive principalmente do mercado e do Estado, no mercado ou no Estado. Mercado e Estado representam locais de socialidade secundária, aquela que reúne estatutos e funções mais ou menos definidos institucionalmente.

Dizer que a sociedade mercantilista e política é secundária não implica absolutamente que seja considerada não-essencial, da ordem de uma superestrutura. Trata-se apenas de lembrar que antes mesmo de poder ocupar funções econômicas, políticas ou administrativas, os seres humanos devem ter sido constituídos como pessoas, quer dizer, não como somas mais ou menos heterogêneas de papéis ou de funções particulares, mas como unidades autônomas dotadas de um mínimo de coerência própria.

E essa constituição de indivíduos biológicos como pessoas sociais não se opera inicialmente na esfera do mercado e do Estado, mesmo que ela contribua para isso, mas no registro da socialidade primária; aquele em que, na família, nas relações de vizinhança, de camaradagem, de amizade, é onde se travam, justamente, relações de pessoa a pessoa.

Assim, como observa Radomsky (2006), a reciprocidade, as relações sociais e familiares vêm a ser instituições capazes de regular a economia local e fornecer externalidades positivas para os mercados, como a confiança entre os atores sociais de uma região. E esse é um aspecto importante para o estabelecimento das novas relações que se pretende na proposta final desse trabalho.

Caillé (1998a) retoma a dimensão ética da reciprocidade e como ela pode estruturar relações de confiança. Logo, aparecem na obra deste autor as expectativas que os indivíduos constroem das atitudes dos outros e também o interesse na existência do outro. Isto, de certo modo, acentua as propensões dos sujeitos a estabelecerem alianças, não puramente obrigatórias (por necessidade), nem puramente livres (por mero prazer).

Polanyi (1980, p. 64) explica que a reciprocidade é enormemente facilitada pelo padrão institucional da simetria. A simetria nada mais é do que um arranjo sociológico que não dá origem a instituições isoladas, mas apenas padroniza as já existentes.

Já o princípio da redistribuição supõe a centralização numa autoridade de parte de toda a produção do grupo. Supõe o armazenamento da produção antes de ser novamente repartida. Do ponto de vista econômico, esta centralização é parte essencial do sistema vigente de divisão do trabalho. Para Polanyi (1980), essas funções de um

verdadeiro sistema econômico são inteiramente absorvidas pelas experiências intensamente vividas que oferecem uma superabundante motivação não-econômica em cada ato executado no quadro do sistema social como um todo.

A centralização para posterior redistribuição é fundamental para tribos de caçadores, por exemplo, uma vez que a natureza desta é sempre irregular e imprevisível. O produto da atividade de cada um é partilhado com as outras pessoas que vivem com ele. Inúmeros exemplos históricos²⁰ mostram que a redistribuição também tende a enredar o sistema econômico propriamente dito em relações sociais. O padrão institucional de centralidade, segundo Polanyi (1980, p. 64), está presente, de alguma forma, em todos os grupos humanos e fornece um conduto para a coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços.

O autor cita que, quanto maior for o território e quanto mais variado o produto, mais a redistribuição resultará numa efetiva divisão do trabalho, uma vez que ela ajudará a unir grupos de produtores geograficamente diferenciados.

Esse aspecto da divisão do trabalho, da quantidade de produtos e do tamanho do território presentes no princípio da redistribuição também se adequam à proposta final do modelo apresentado, uma vez que se propõe a implantação de uma determinada área com diversas atividades e produtos, com coordenações centrais.

4.2. Aspectos de reciprocidade no meio rural

Trazendo a questão da reciprocidade para o trabalho no meio rural, pode-se citar um caso específico do meio rural brasileiro, em que Sigaud (1979), mostra que na Região Nordeste, a saída dos trabalhadores para fora do engenho se deu, de certa forma, devido à ruptura com as condições de trabalho da mão-de-obra que residia no interior destes engenhos como moradores. Entretanto, a “dissolução da morada enquanto modo particular de vincular a força de trabalho ao proprietário” se deu a partir de mecanismos de pressão acionados pelos senhores de engenhos para romper com as relações de reciprocidade que existiam entre eles e os moradores. Estes passaram a perder progressivamente o acesso a seus sítios e roçados para plantar suas lavouras e criar

²⁰ Polanyi foca o princípio de redistribuição em sociedades tribais, como no *potlatch dos kwakiutl*, na civilização do antigo Egito com Hamurabi e em sociedades feudais na África oriental, e, mostra como foi elaborada uma complexa divisão do trabalho através do mecanismo de redistribuição.

alguns animais domésticos, bem como o acesso aos rios e as matas que lhes garantiam água e lenha.

Esses acessos, no sistema de morada, dizia respeito, na concepção dos moradores, a uma relação recíproca pela qual a contrapartida dos trabalhadores era o “compromisso em relação ao fornecimento de sua força de trabalho e de sua família para o trabalho na cana, como o compromisso de não trabalhar para nenhum outro proprietário” (op. cit., p. 34). Ao passar a residir nas cidades continuaram, no entanto, a trabalhar em engenhos de cana, tendo como diferença fundamental o fato de que a partir de então não eram mais moradores, quebrando as obrigações.

Outro exemplo que se transfere para o mundo do trabalho no meio rural pode ser observado no trabalho de Radomsky (2006), que trata de uma comunidade rural na serra gaúcha verifica que os ex-empregados (novos empresários) de depósitos de frutas preferem investir no mesmo ramo e não em diversos ramos da economia, como a indústria e serviços. O autor cita que o conhecimento da atividade do setor é absolutamente fundamental para iniciar os projetos.

Em razão disto, as redes de reciprocidade e de trabalho exercem efeito expressivo, visto que, se os novos empreendedores nunca tivessem feito parte delas, pelas quais obtiveram o emprego, jamais teriam a experiência que lhes é demandada para ser empresário do ramo. Neste caso, o trabalho como operário proporciona a “acumulação” de saber o que se torna basilar para orientar os investimentos, observada na fala de um entrevistado daquela pesquisa:

“Eu conhecia bem o ramo, trabalhei durante anos, e meu sócio conhecia bem como vender o produto, o tomate”.

Singer (2004) aponta os estudos de Lauren Benton (1992), que verificou as condições de emergência de distritos industriais na Espanha. Lá, assim como no Brasil, ocorrem localidades em que a maior parte dos moradores se dedica à mesma atividade manufatureira ou a fases complementares da mesma cadeia produtiva, geralmente organizadas em empresas familiares ou de pequeno porte. Mas isso só não basta para fazer destas localidades distritos industriais. É preciso que os moradores e seus empreendimentos formem uma comunidade, cujos laços se fortaleçam a ponto de ficar claro para qualquer um que o progresso dele depende do progresso da comunidade e, portanto, do progresso de cada um dos outros membros dela.

O trabalho realizado por Radomsky (2006) mostra que a peculiaridade dos fruteiros²¹ é que a rede inclui os atores sociais num círculo de relações que os prepara para serem comerciantes. Por isso as informações sobre os mercados, as interações pessoais, o conhecimento dos preços e dos bons e maus pagadores são essenciais para o sucesso. Num primeiro aspecto, a reciprocidade se manifesta no mercado de trabalho no qual a proximidade, o interconhecimento e as indicações por meio dos laços de amizade são os suportes para acessar as ocupações.

Num segundo ponto de vista, a reciprocidade aparece também entre os empreendimentos dos fruteiros, pois entre eles é preciso estabelecer e construir relações de cooperação, mesmo tendo que administrar a concorrência. A construção do mercado ocorre na mesma medida em que a rede de relações é constituída, visto que as informações sobre melhores rotas, clientes e fornecedores tornam-se centrais para que ela se estabeleça.

Os aspectos da construção de cooperação, presentes no princípio da reciprocidade, estão também muito presentes nas comunidades do entorno dos projetos florestais. Os vínculos estabelecidos por laços de amizade, pelo trabalho e até pelo não-trabalho podem favorecer a gestão das diversas atividades presentes na proposta final desse trabalho.

Da mesma forma, a postura das empresas, caso tomassem a iniciativa para implantação da proposta de modelo aqui apresentada (representada como dádiva), poderia vir quebrar o ciclo caótico delineado pelo conflito na retirada irregular de madeira, dando origem a um novo ciclo de reciprocidades. Acredita-se que novos laços seriam estabelecidos, e principalmente, a confiança entre esses atores tenderia a aumentar.

A busca da superação desses conflitos pode se dar pela possibilidade de afinar as demandas por trabalho e emprego nas comunidades com as ações de responsabilidade social e as atividades operacionais das empresas florestais, representada pela proposta do modelo de parceria apresentado no Capítulo 5. Mas para isso, outros conceitos de economia e sociedade necessitam ser internalizados pela ação empresarial. A reciprocidade e os compromissos positivos que ela pode implicar são possibilidades que muitas vezes são descartadas em razão das dificuldades imediatas encontradas nos contextos de conflito.

²¹ Atividade dos fruteiros, no caso de estudo de Radomsky (2006), foi iniciada em 1950 por colonos agricultores que possuíam caminhões e procuravam comercializar sua produção própria.

4.3. Vínculos sociais na forma de reprodução e formação de mercados

O trabalho de POLANYI (1980) serviu de base para a consolidação de uma vertente do pensamento econômico. Segundo VINHA (2003), Polanyi teve o mérito de realizar a distinção fundamental dos dois significados da palavra economia, abrindo com isso um novo campo nas Ciências Sociais, conhecido como Sociologia Econômica.

A autora aponta que em suas pesquisas, Polanyi observou que nem todas as sociedades humanas alocaram recursos escassos para incrementar a eficiência na produção, pelo contrário, através da maior parte da história, a satisfação das subsistências era estruturada seja por laços de parentesco, seja pela religião ou outras práticas culturais que tinham muito pouco a ver com a alocação de recursos escassos. O modelo de economia formal, no qual os indivíduos maximizam ganhos econômicos através do comportamento competitivo, não se aplica a todas as sociedades, levando Polanyi a questionar a universalidade de uma teoria econômica que não contempla as diferenças fundamentais entre sociedades capitalistas e pré-capitalistas.

Voltando aos princípios identificados por Polanyi (1980), resta ainda a abordagem sobre a *domesticidade* e o *mercado*.

O princípio da domesticidade consiste na produção para uso próprio (da pessoa ou do grupo), ou daquilo que os gregos chamavam de *oeconomia*. Quaisquer que sejam as entidades muito diferentes, o princípio era sempre o mesmo: produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo. O modelo da administração doméstica é o grupo fechado.

O mercado é o “local de encontro para a finalidade da permuta, da compra e venda”. Mas o princípio mercado, assim como os outros princípios, depende de um padrão. O padrão é capaz de criar uma instituição específica: de mercado. E isso tem conseqüências nada desprezíveis, pois significa uma radical mudança na maneira de conceber as relações sociais. “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 1980).

O mercado tem a particularidade de depender de um modelo institucional que é próprio: faz o intercâmbio repousar sobre um equilíbrio entre a oferta e a procura. Este intercâmbio pode ser feito em forma de compra e venda quando a oferta e a demanda se ajustam a um valor expresso numa equivalente geral, moeda que se traduz em “preço”. Os três primeiros princípios se baseavam sobre a “poli-valência”, ao passo que o

mercado necessita realizar a “equi-valência²²” (LANGER, 2007) concepção de Polanyi, segundo Vinha (2003), o padrão de mercado original confinou o próprio mercado a uma esfera de atuação que não comprometia os princípios de funcionamento baseados na reciprocidade e na redistribuição, uma vez que funcionava, apenas, como um apêndice. Esta interpretação sobre o papel desempenhado, historicamente, pelo mercado na economia é radicalmente diversa da defendida na teoria neoclássica.

Enquanto para Polanyi, a economia, por estar socialmente enraizada, organiza, orienta e impõe limites às funções do mercado, para a teoria neoclássica é o mercado que organiza e dirige a economia, porque sua concepção é ahistórica e asocial.

Polanyi estava preocupado basicamente em mostrar que mercado era uma, entre inúmeras formas que assumia historicamente a coordenação social na luta pela sobrevivência da espécie e se insurgia contra a tendência, de fato dominante à sua época, de fazer dele a expressão máxima da racionalidade econômica. Enfoca que a autonomia do mercado conduz à destruição social e que o mito do livre mercado, dominante no pensamento do Século XIX, felizmente nunca se realizou. (ABRAMOVAY, 2004).

É exatamente nesse sentido que Abramovay (2004) cita que se pode falar de uma Nova Sociologia Econômica. Assim, não se trata de encarar o mercado como uma entidade “auto-regulável”, para usar a expressão de Polanyi, que outras instituições sociais vão limitar: o objetivo é mostrar que, nos mercados, os vínculos sociais concretos, localizados, são determinantes de suas dinâmicas e que, portanto, sua auto-regulação depende da própria maneira como a interação social ocorre.

Apesar da importante influência de Polanyi para a Nova Sociologia Econômica, esta perspectiva procura se diferenciar da sociologia econômica clássica. Exatamente no ponto em que Polanyi reconheceu a existência de mercados auto-reguláveis é que a questão crítica da Nova Sociologia Econômica incide (RADOMSKY, 2006).

Segundo Abramovay (2004, p. 55), até mesmo a “auto-regulação depende da própria maneira como a interação social ocorre”, portanto o conceito de submersão (*enraizamento*), do próprio Polanyi, é tão fundamental a esta tradição. O que Abramovay insiste é que os mercados são realmente impessoais, mas que neles os vínculos sociais são concretos e localizados, influenciam as suas dinâmicas. Por isso as formas com as quais a reciprocidade assume em cada contexto específico podem

²² Tratado por Godbout (1999).

influenciar as relações econômicas e mesmo a impessoalidade é construída socialmente. Neste sentido, pode-se afirmar que o primado da Nova Sociologia Econômica é que as relações econômicas estão inscritas numa atmosfera social e cultural.

Apesar de Polanyi ter fornecido alguns dos mais contundentes argumentos para a inexistência de um mercado inteiramente auto-regulável, não conseguiu transpor sua teoria para o sistema capitalista do Século XX. Tarefa assumida pela geração de estudiosos reunidos em torno da Nova Sociologia Econômica (GRONOVETTER, 1992, p. 54, citado por VINHA, 2003). Autores como Radomsky (2006) apontam ainda que, as interpretações de Polanyi merecem tratar a seguinte questão: como continuar a considerar a reciprocidade, a dádiva e as relações econômicas “submersas” nas relações sociais, se a sociedade capitalista já fez a conversão para um sistema auto-regulado pelo mercado?

Vinha (2003) cita que ao resgatar e revitalizar noções fundamentais da Sociologia Econômica propostas por Polanyi, a chamada Nova Sociologia Econômica contribui para uma leitura contemporânea a respeito das formas de articulações de interesses no ambiente influenciado pelas convenções do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social corporativa. O pressuposto de ação econômica socialmente “enraizada” (*embedded*) permite um melhor entendimento sobre as interações entre o homem e o meio ambiente, bem como entre os arranjos institucionais que sustentam o relacionamento entre as organizações empresariais e seus *stakeholders*. Adicionalmente, sinaliza como este relacionamento evolui para a constituição de instituições híbridas e mais democráticas.

A autora vê que tanto a sociologia econômica de Polanyi, quanto a corrente mais recente, a chamada nova sociologia econômica, procuram integrar as teorias sociológicas e econômicas, e diferenciam-se das demais correntes de pensamento das ciências sociais por privilegiar a dimensão histórica e os estudos empíricos. A nova sociologia econômica é baseada na idéia de que economia e sociedade são mutuamente enraizadas.

Mesmo no plano da microeconomia, a simples relação de oferta e procura no estabelecimento do equilíbrio também começa a demandar outras abordagens, que não aquelas definidas como de microeconomia reducionista.²³

²³ Prado (2006).

Autores como Janssen (1993), Coleman (1994) e Prado (2006) apontam no sentido de que outra microeconomia metodologicamente diferente do reducionismo neoclássico está em processo de rápido desenvolvimento: a microeconomia sistêmica e evolucionária.

Segundo Prado (2006), na microeconomia reducionista os agentes, que são definidos por suas propriedades intrínsecas, são independentes entre si e as propriedades globais são obtidas por agregação. Na microeconomia sistêmica os agentes, que são definidos também por suas propriedades relacionais, encontram-se organizados pelas estruturas sociais e formam composições que tem propriedades emergentes. Na primeira, o sistema econômico é pensado no equilíbrio, na segunda este é pensado fora do equilíbrio.

O que se pretende mostrar, estendendo até aqui as abordagens ao mercado e à economia, é observar os desdobramentos de algumas de suas concepções e uma visualização da tendência na observação mais aprofundada das relações sociais a serem delineadoras das relações no mercado.

Essa tendência, no pensamento sobre as relações no mercado, tem muito de característico com as coisas que envolvem a produção florestal.

Várias indústrias de base que estabeleceram a silvicultura passam por processos de internalização, em diferentes graus, das convenções de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social.

As redes de Granowetter (1992), dada à abrangência da produção e circulação do produto florestal, podem ser enxergadas como rede de produtores (produtores rurais independentes ou fomentados, associações, empresários rurais, etc), que atendem a uma rede de consumidores (indústrias de base, estabelecimentos comerciais diversos, empreendimentos agrícolas, construção civil, etc.).

Mesmo no aspecto da relação de produtores e consumidores, como no aspecto a que se refere um ponto central da proposta desse trabalho, ou seja, a mudança da posse dos meios de produção e uma melhor posição nas relações de produção²⁴, é plausível aceitar que um sistema de reciprocidade, funcione, principalmente, através de *networks*.

Vinha (2003) identificou o segmento de papel e celulose por se distinguir nesse processo de internalização dessas convenções como diferencial de competitividade.

²⁴ Pela parceria na produção de madeira com comunidades do entorno.

Procurando mostrar num ambiente favorável às praticas do diálogo e parcerias, em particular, entre as organizações da sociedade civil com o segmento empresarial, aponta para que o enraizamento social das organizações tenderá a se aprofundar, resultando em novas formas de articulação de interesses e na criação de instituições híbridas e mais democráticas, capazes de administrar a emergência dos impactos socioambientais e reduzir seus efeitos. E que, cabe à pesquisa acadêmica investigar se, na dinâmica dessas relações ocorre reciprocidade ou se há possibilidade de ocorrer redistribuição, como se dá simetricamente, e se a rede que as envolve funcionaria como um modo alternativo de coordenação, isto é, se existe centralidade, representando, um dos “contramovimentos protetores”, que resiste ao avanço do sistema de mercado auto-regulado.

4.4. Contramovimentos protetores e a responsabilidade social

Polanyi (1980) observou o surgimento de uma instituição regida por interesses puramente econômicos, o mercado auto-regulável, e que este geraria muitos desequilíbrios sociais. Mas acreditava, também, que a sociedade criaria defesas (“contramovimentos protetores”) para preservar, em algum grau, os princípios que a regiam originalmente, isto é, antes da ascensão do mercado como padrão institucional. Os “contramovimentos protetores” podem ser aqui resgatados para explicar o comportamento socialmente responsável de determinados segmentos empresariais da sociedade industrial moderna ou as ações de resistência dos movimentos sociais, organizados ou não.

Sintetizando a narrativa de Polanyi (1980), os chamados contramovimentos protetores são ações tomadas pela sociedade, como forma de resguardar o homem e a natureza dos efeitos maléficos do mercado e do controle da esfera econômica sobre as demais esferas sociais.

Polanyi (1980) afirma que foi devido a estes movimentos que as sociedades capitalistas conseguiram evitar o caos social. A sociedade, ao perceber que os efeitos deletérios do mercado podem provocar a sua própria ruína, começou a desenvolver formas de suavizar estes efeitos, um exemplo disto foi a regulamentação do trabalho, quando a Inglaterra instituiu um conjunto de direitos ao trabalhador como forma de protegê-lo da pesada carga de trabalho.

Ebraico (2003) evidencia que atualmente, as empresas – particularmente, as grandes líderes de mercado – estão empenhadas em expressar idéias e atitudes socialmente aceitas, e a comportar-se de forma a demonstrar “reciprocidade” com os demais segmentos sociais e a contribuir para a “redistribuição” dos benefícios gerados por suas atividades.

Para a autora, este comportamento não é necessariamente simétrico, embora a rede constituída em torno dessas relações possa funcionar como uma instância de coordenação social, fazendo da empresa a instituição central, isto é, aquela responsável por um aspecto do bem-estar coletivo.

4.5. A relação na situação de conflito

Apresentou-se a situação problema (retirada irregular de madeira dos plantios florestais) como uma situação de conflito. Sobre o tema conflito há vários trabalhos à respeito, que abordam desde a esfera individual dos conflitos até aqueles que se dão entre as nações.

O conflito é um fenômeno inevitável na vida organizacional e emerge na relação entre indivíduos de um mesmo grupo, entre grupos, entre diferentes níveis organizacionais, entre organizações. Todos os aspectos da vida organizacional requerem interação e coordenação de esforços, e constituem uma fonte potencial de conflito (KATZ e KAHN, 1978; DEUTSCH, 2003).

Ao utilizar o conceito de conflito pode-se situar num nível intraindividual, e neste sentido fala-se sobre as ambivalências e dilemas individuais, ou a um nível interindividual, aquele que pode englobar indivíduos, grupos e, ou, organizações (DIMAS *et al.*, 2007).

Diante das diversas questões que se mostram na ocorrência de fenômenos sociais, a identificação das circunstâncias responsáveis pelo processo conflitivo é tarefa difícil e muito controversa nos meios acadêmicos. A análise das variáveis que se manifestam no conflito polariza os estudos e debates em duas justificativas fundamentais para sua origem: a perspectiva micro e macrocós mica.

Segundo Pereira (2006), a corrente micro compreende as causas do fenômeno conflitivo em razão da natureza dos seres humanos, cujas implicações biológicas e psicológicas teriam relação intrínseca com a disposição para o confronto social. A corrente macro compreende o conflito como decorrente da organização social, em que

as estruturas e instituições formadas promovem ou permitem a ocorrência de possíveis embates sociais ao longo do tempo.

Segundo Deutsch (2003), um conflito ocorre quando existem atividades incompatíveis: duas ações são incompatíveis quando a presença de uma inibe, obstrui, interfere ou, de alguma forma, torna a outra menos eficaz.

Dimas *et al.* (2007) apontam em vários conceitos de conflito a centralidade atribuída às idéias de incompatibilidade, irreconciliação, obstrução e alcance de objetivos ou redução de eficácia, e que muitas vezes isso acarreta, tanto nos estudos sobre o tema, como na vida quotidiana, a interpretação do conflito como competição.

Competição, para estes autores, implica uma oposição de objetivos entre as partes, de tal forma que a probabilidade de uma parte atingir um objetivo decresce quando a probabilidade de outra aumenta. O objetivo do jogo é vencer, derrotando o outro, que assume o papel de adversário ou oponente. Numa situação conflitual, vencer pode significar “ganhar em conjunto”.

Deutsch (2003) cita que o conflito pode surgir mesmo quando não existe incompatibilidade nos objetivos das partes, pois podem divergir quanto ao meio, mas não o fim.

É nesse sentido que Dimas *et al.* (2007) observa que um conflito é mais que um desacordo, que uma discordância entre os membros de um grupo. Implica um elevado envolvimento na situação, a emergência de certa intensidade de emoções e a percepção da existência de oposição e de tensão entre as partes.

Seguindo a linha de autores como De Dreu e Weingert (2003), Dimas *et al.* (2007) sugere como definição de conflito uma divergência de perspectivas, percebida como geradora de tensão por pelo menos uma das partes envolvidas no processo conflitual, e que pode ou não traduzir-se numa incompatibilidade de objetivos.

Partindo desse entendimento para a situação problema, é possível classificá-la como um conflito. A retirada irregular de recursos florestais é entendida como objeto do conflito, pois sua utilização tem diferentes perspectivas tanto para empresas florestais como para comunidades.

As empresas, como já abordado, por motivos de sustentabilidade tendem hoje a manter os resíduos na área de colheita florestal, tendem também a se distanciar de processos de doação de resíduos em maior escala, uma vez que seus desdobramentos na transformação e comercialização fogem-lhes ao controle, podendo ocasionar processos por co-responsabilidades e por fim, tendem a combater a retirada irregular de resíduos e,

ou, toras, das áreas de seus plantios florestais. Por outro lado, muitas comunidades já têm grande dependência dos resíduos florestais. Ao observar os plantios florestais, já como um estabelecimento nesta relação, mesmo que em casos informais, são vistos recursos, na forma de resíduos e posteriormente em carvão, verificado na fala de um comunitário da região do extremo sul da Bahia:

“Pra nós só interessa o resíduo... e o quanto ela tem (as empresas florestais) de floresta, nós temos também de resíduo...”.

Para a situação problema, os objetivos frente ao recurso florestal são incompatíveis. As empresas necessitam de matéria-prima na indústria e procuram praticar ações de manejo florestais sustentáveis, ao passo que, a situação problema traz implicações organizacionais em vários aspectos. As comunidades, que não plantaram florestas, mas que tem no resíduo florestal uma fonte de renda, não possuem outras alternativas perante sua realidade social econômica e geográfica.

Sendo uma importante fonte de matéria-orgânica ao solo, a utilidade do resíduo florestal é bastante relevante. Assim a visão das empresas florestais, com relação ao resíduo é manter a maior quantidade possível no projeto florestal, na sua maior parte no campo. A visão das comunidades é utilizar a maior quantidade possível de resíduos gerados no campo. E há tensões dos dois lados.

Tem-se que se molda uma situação de conflito com características de contradição. Com relação a esse termo, refere-se a uma situação na qual há condições múltiplas para a reprodução de um sistema que não pode ser simultaneamente atendido. Outras vezes, aplica-se a uma situação em que conseqüências não intencionais de uma estratégia subvertem a realização dos objetivos pretendidos. Mas o termo pode também indicar um antagonismo social subjacente que produz conflito (LIMA, 2001).

4.6. Contradição

O pensamento de Hegel e Marx a partir da contradição, cuja abordagem e comparação deram origem a inúmeros trabalhos, pode ser utilizado para uma perspectiva de abordagem na situação problema. Assim, inicialmente, será apresentado um paralelo entre Hegel e Marx, com referência à dialética.

Ambos não têm para si a dialética como mero procedimento lógico (ou retórico) como seria para Aristóteles. A dialética está relacionada indistintamente com uma

filosofia da história e, no caso de Marx, com uma teoria da práxis. Marx é um seguidor de Hegel, sendo a dialética idealista transformada em uma dialética materialista.

O processo é semelhante em ambos: a uma tese (determinada situação histórica) se antepõe uma antítese (contida na própria tese) que gera uma síntese diversa das partes que a originaram. Daí as diferentes fases da História. A diferença fundamental é que para Hegel o caminho dialético segue até o Absoluto, mediante um processo em que o Espírito ganha consciência de si (nos termos do idealismo alemão). A cada novo estágio o Espírito se conscientiza mais de si através dos elementos de contradição contidos em sua própria fase histórica.

Assim em determinado período “o homem é escravo”, entretanto a própria “idéia” de homem concebe a liberdade e se antepõe à escravidão. Homem e escravidão entram em contradição, então, o homem deve deixar de ser escravo, o Espírito ganha consciência (nova fase histórica)²⁵.

Para Marx não é a consciência que transforma as relações materiais, mas o inverso: é através dos processos sociais materiais, notadamente do trabalho, que a consciência é formada. Assim, embora o processo seja o mesmo: tese - antítese - síntese, em Hegel a Idéia entra em contradição com as relações materiais e transforma as condições históricas para algo novo.

Portanto, em ambos, para Hegel e Marx, a transformação ocorre na prática. A diferença é que o motor dessa transformação é, em Hegel, a idéia, a razão, e em Marx, são as forças produtivas e as relações de produção, isto é, a forma como o homem e as forças produtivas se relacionam entre si no processo produtivo.

Em Hegel, a dialética é o movimento racional que permite superar uma contradição. Não é um método, mas um movimento conjunto do pensamento e do real. Para pensar a história, diz Hegel, importa concebê-la como sucessão de momentos, cada um deles formando uma totalidade, momento que só se apresenta opondo-se ao momento que o precedeu: ele o nega manifestando suas insuficiências e seu caráter parcial; e o supera na medida em que eleva a um estágio superior, para resolvê-los, os problemas não-resolvidos. Marx faz da dialética um método. Insiste na necessidade de considerar a realidade socioeconômica de determinada época como um todo articulado, atravessado por contradições específicas, entre as quais a luta de classes (BRAGA, 2004).

²⁵ Aqui se expressa a famosa passagem da dialética do senhor escravo contida em *A fenomenologia do Espírito*.

Assim, a idéia desses autores é que há um “motor das coisas”. Um indica que este seria a idéia e a razão, outro indica que seriam as forças produtivas e as relações de produção²⁶.

A análise da situação problema apresentada pode ser feita por uma abordagem dialética do problema, onde uma mudança na situação de Caos se apresentaria como o resultado do conflito entre os opostos que se fundem num novo tipo de coisa que sintetiza ambos os opostos.

A tese viria das implicações advindas do modelo concentrador de terras somado aos processos de modernização da agricultura e de reestruturação produtiva, mesmo que em discurso, favoreceriam o desenvolvimento também na zona rural.

A antítese viria das comunidades. A comunidade de povos tradicionais e as comunidades que ficaram no entorno dos plantios florestais e que sentem a baixa oferta de trabalho e emprego, pressionando os plantios florestais. Algumas dessas mostrando-se como ilhas de pobreza em meio a bolsões de riqueza, contrastando com o poder econômico e nível tecnológico e organizacional do agronegócio.

Foi num processo histórico que esse modelo concentrador de terras foi adotado e defendido, e nesse mesmo processo, é que o modelo tem sido questionado. Uma primeira síntese dessa interação tese-antítese pode ser entendida como o cenário do Caos, inicialmente apresentado.

A mudança desse cenário, com notados ciclos viciosos, para um cenário de ciclos virtuosos, pode se dar por uma nova situação, que se construirá a partir de novas perspectivas para ambos, empresa e comunidade, frente ao objeto de conflito. Daí a necessidade de se encontrar formas alternativas a essa relação, objetivando a busca da sustentabilidade complementar para ambos, comunidade e empresas.

Nesse processo de nova síntese, ficam mais explícitos os aspectos da dialética de Marx, onde é possível perceber que os motores dessa busca pela sustentabilidade de ambos têm origem na pouca disponibilidade de meios de produção e a posição desfavorável na relação de produção dos indivíduos dessas comunidades, até então historicamente estabelecidas, e que deram origem a um processo de mudança nas relações de trabalho. Num contexto de modernização da agricultura e reestruturação produtiva, boa parte dessa mão-de-obra presente nas comunidades do entorno é

²⁶ Conceito de *forças produtivas* abrange os meios de produção, como o desenvolvimento tecnológico, as fontes de energia disponíveis, a organização do trabalho coletivo, entre outros, enquanto que as *relações de produção* são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas.

excluída. Isso favoreceu o estabelecimento da situação de conflito, que suscita um cenário diferente daquele caótico.

Como motor de uma nova síntese estão as demandas por novas concepções de gestão²⁷, as próprias percepções da experiência vivida em torno do resíduo florestal, tanto pelas empresas como pelas comunidades, as interações ocorridas nos processos de certificação que resultam em ações pró-ativas frente à situação problema, as pressões exercidas pelo mercado consumidor quanto ao manejo sustentável de florestas plantadas e os aspectos referentes à licença de operar. Esses aspectos totalizam um conjunto de coisas que conduzem a uma ação mais consciente do projeto florestal.

Entende-se que em muitos casos, onde a situação de conflito é crônica, o processo de síntese, deva ter a contribuição de uma ação de mediação. Como visto anteriormente, as empresas florestais vem amadurecendo as concepções ambientais do projeto, mas ainda enfrentam dificuldades conceituais e metodológicas para superar as relações de conflito decorrentes de todo um contexto que resultou num modelo concentrador.

Nesse processo de mediação, empresas e comunidades estão no nível superior do processo decisório (Figura 1).

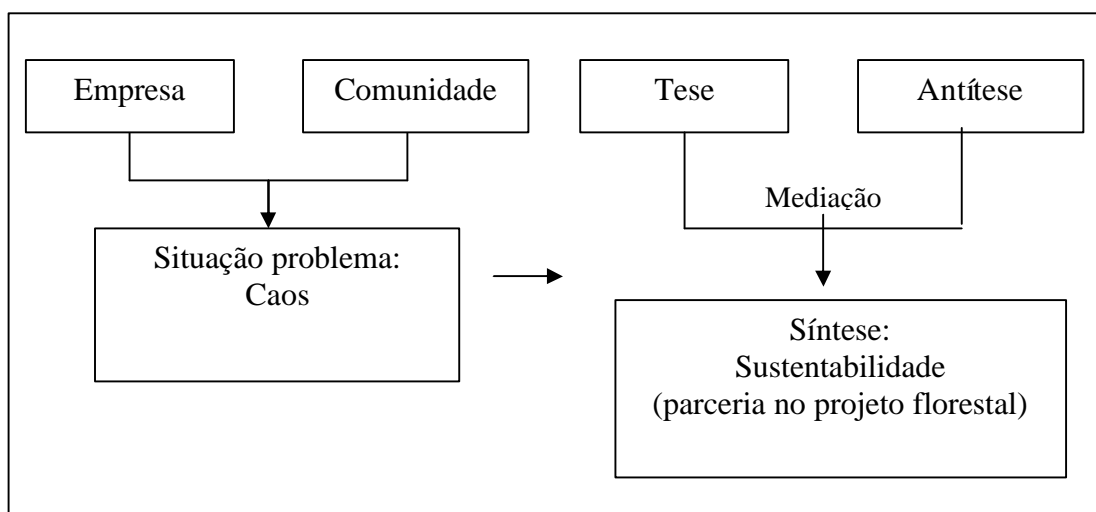


Figura 1 – Cenário atual e cenário alternativo mediado.

²⁷ Observadas em discursos oficiais das empresas, referente ao relacionamento com comunidades.

4.7. Mediação

Antes de abordar o conceito de mediação e suas aplicações para a formulação de uma proposta de modelo direcionado para a situação problema, cabe aqui uma citação de Konder (1987): a experiência ensina que em todos os objetos com os quais se lida existe uma dimensão imediata (que se percebe imediatamente) e existe uma dimensão mediata (que vai descobrindo, construindo ou reconstruindo aos poucos).

Em complemento a esse raciocínio, Braga (2004) cita que, para que o conhecimento avance e o laborioso (e interminável) descobrimento da realidade se aprofunde, ou seja, para que se possa ir além das aparências e penetrar na essência dos fenômenos, é necessário realizar operações de síntese e de análise que esclareçam não só a dimensão imediata como também e, sobretudo, a dimensão mediata delas, e em seguida o autor acrescenta: a realidade social é entendida como a experiência humana constituída por meio de práticas comunicativas ou simbólicas em que esse entrelugar é o *locus* da mediação.

A mediação torna-se um processo comunicacional e adquire um caráter não-previsível, dado que a dependência contextual da mediação - de cada mediação - provê tema, conteúdo, sentido e capacidade de estabelecer conexões possíveis no processo de significação e articulação do pensamento. Dialogar tanto pode significar aceitar o risco de não ver prevalecer seu ponto de acordo quanto ao essencial, quanto acreditar que, para além dos interesses e das opiniões que opõem os homens entre si, exista um lugar comum dependendo de um outro registro do ser do homem (distinto do mundo sensível) e que seja possível tomar um caminho capaz de superar as particularidades individuais (e passionais) e impor uma universalidade (caminho da verdade) (BRAGA, 2004).

4.8. O conceito de mediação

Na tentativa de definir o conceito de mediação, Houaiss e Villar apontam para o ano de 1670, onde o termo é utilizado para designar o ato de servir de intermediário entre pessoas, grupos, partidos, facções, países etc., a fim de dirimir divergências ou disputas; arbitragem, conciliação, intervenção. É o processo pelo qual o pensamento generaliza os dados apreendidos pelos sentidos. É também o processo criativo no qual

se passa de um termo inicial a um termo final, pressupondo a idéia de processo, elaboração, decorrência (de tempo) (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 1876).

Garcia (2004) identifica no pensamento de vários filósofos diferentes perspectivas do termo mediação, com elementos que contribuem para compreender a mediação desde o seu significado (a palavra em si) ao seu sentido: a atitude reflexiva de Sócrates, a metáfora de Platão, o termo médio de Aristóteles, a consciência em Hegel e o trabalho mediador da relação Homem-Natureza e Homem-Homem em Marx.

Na dialética hegeliana, e, posteriormente na marxista, a mediação representa especificamente as relações concretas, e não meramente formais, que se estabelecem no real, e as articulações que constituem o próprio processo dialético.

Assim, é possível perceber que mediador pode ser definido como um ser (indivíduo) que participa de um processo de conjugação de interesses entre pessoas ou grupos, ou uma realidade concreta de natureza ou função intermediária que exerce uma mediação.

É interessante observar que a mediação, na proposta final apresentada, trata de interesses que dizem respeito a geração de trabalho, emprego e renda, bem como, às relações de parceria, relações de trabalho e organização formal de pessoas. Em todo o processo, a comunicação é elemento central. Há também que se observar a importância da intersubjetividade do indivíduo na representação do grupo, já que essa pode ser vista como a resultante das intersubjetividades de cada indivíduo do grupo.

Num contexto de mediação de conflitos entre grupos, como se caracteriza a situação problema apresentada, e, como mencionado anteriormente, que a partir de uma nova situação (nova síntese) pretende-se encontrar caminhos para superar o atual quadro caótico, numa proposta que busque a sustentabilidade complementar entre empresas e comunidades do entorno, há de se atentar que a mediação neste estudo tem como proposição uma mudança estrutural baseada na utilização do recurso florestal.

Essa mudança estrutural se baseia numa proposta de mediação que tem como pressuposição que tanto as comunidades do entorno como as empresas florestais sairão do ciclo de riscos e custos inerentes ao cenário caótico da retirada irregular do recurso florestal²⁸. Essa pressuposição se baseia na possibilidade de uma parceria, na forma de uso em comodato de áreas do projeto florestal que sofrem essa pressão negativa, assim como pelas oportunidades presentes no projeto florestal.

²⁸ Apresentado como Cenário do Caos, na contextualização do problema.

Embora comunidades, assim caracterizadas, já tenham, via de regra, alguma relação com programas sociais das empresas florestais, a postura das empresas de se colocarem à disposição para a discussão, com uma comunidade-piloto, com a oferta de terras em comodato para a implantação de uma proposta nesses moldes, tende a gerar um novo ciclo de reciprocidades.

Esse é o preâmbulo da proposta, mas o que de fato importa neste momento da discussão é que, o uso em comodato dessas áreas, objetivando alcançar a sustentabilidade para ambos, suscitará dentre outras, a mediação também entre grupos internos da comunidade, bem como a prática de orientações técnicas²⁹. Tais orientações, a fim de atenderem a realidade local, em boa parte serão precedidas de pesquisas direcionadas ao ambiente florestal local e às pessoas na comunidade.

4.9. Mediação e pesquisa interventiva

O fato de haver um pesquisador³⁰, mesmo que este não aplique um único questionário, que se posicione somente na condição de observador na comunidade, implica numa intervenção. É nesse sentido que Coelho (2005) aponta duas concepções de intervenção, nas quais estão implícitas práticas metodológicas: a formal e a participativa.

Segundo a autora, na concepção formal entende-se que todo o processo é de responsabilidade exclusiva do técnico ou do profissional. Assim, a pesquisa de campo, via de regra, é feita por um contato inquisidor do pesquisador com o outro, que é entendido, quando muito, como objeto da ação da pesquisa em seu processo diagnóstico.

Outro aspecto negativo é que toda sistematização e análise dos dados coletados, muitas vezes inquestionáveis, restringem-se ao ambiente externo ao campo, ou seja, ao escritório, lugar privilegiado de produção do conhecimento pelo profissional. Contudo, Coelho (2005) argumenta também que essa concepção é apropriada quando da impossibilidade de contatos mais próximos e duradouros como os grupos sociais, em

²⁹ O modelo a ser apresentado posteriormente prevê manejo florestal para uso múltiplo e ainda processos de transformação da madeira, em pequenas unidades de processamento.

³⁰ GOFFMAN (2004) utiliza o termo “representação” para se referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência.

razão da abrangência espacial, ou como levantamento inicial para caracterização de algumas demandas sociais.

A proposta formal diagnóstica em razão de sua prepotência gnosiológica exclusivista, muitas vezes, faz com que o profissional se apresente incompetente para o trabalho com os grupos sociais, pois desenvolve certas dificuldades para lidar com a crítica dos que estão fora do universo acadêmico (COELHO, 2005). O principal aspecto nessa concepção é que, freqüentemente a idéia de participação dos atingidos pela pesquisa não é problematizada, visto que ela se restringe, apenas, ao momento da prestação de informações para o preenchimento de questionários.

Como salienta a autora, as verdades assim construídas, podem tornar-se apenas evidências relativas aos padrões culturais do profissional e descrever e caracterizar problemas relevantes apenas a ele, e com isso, as soluções orientadas a partir dessa concepção tem grande possibilidade de não se adequarem aos interessados.

Na concepção de pesquisa/intervenção participativa, Coelho (2005) aponta a intenção de partilhamento de horizontes no processo de construção de verdades como indispensável, pois essa intenção condiciona o método. A criação de espaços dialogicamente interativos e discursivamente mediados estabelece um processo no qual são estabelecidos compromissos de responsabilidade tanto entre indivíduos do grupo social envolvido, quanto do profissional com esses.

O que se observa, conforme aponta Coelho (2005), é que a proposta de intervenção na concepção participativa em muito se aproxima de um processo de mediação. Argumenta que, de maneira geral, intervenção significa mediação, que por sua vez, significa “fazer a ponte, estar entre, fazer o meio-de-campo, traduzir e, ou, introduzir falas e linguagens³¹. E surgem então os cuidados ao se mediar/intervir. A mediação pode assumir dois sentidos: mediar como apoio ao questionamento ou como manutenção de formas de dominação e exclusão social.

Assim, segundo Coelho (2005), a mediação pode ou não, aumentar as competências discursivas e argumentativas de certos grupos sociais. Se, por um lado, o processo de mediação pode facilitar a “quebra” do isolamento e a construção de identidades, por outro, pode também promover o acirramento e a não-resolução de conflitos internos e externos. A autora cita que esses resultados são ativados por

³¹ A partir dos trabalhos de Pereira (2004).

mediadores, mesmo quando ele está apenas na condição de observadores das dinâmicas sociais e modos de vida.

Os mediadores podem ser classificados como mediadores internos, que são os membros dos movimentos sociais; os mediadores externos, que são as universidades em suas práticas de extensão, ou os técnicos e assessores dos movimentos sociais; e os mediadores de cima, que são representantes do Estado e seu corpo burocrático, quando arbitram políticas públicas ou fazem uso da força em atividades de regulação (COELHO, 2005).

Quanto à condição dos mediadores no trabalho com as dinâmicas sociais e modos de vida, reside aí também implícitos aspectos éticos, pois como a autora observa, as formas de mediação e intervenção podem, ou não, desencadear processos comprometidos e intencionados com mudanças emancipadoras e construção de autonomia em determinado contexto ou grupo social, concluindo que é necessária uma posição metódica ao questionar o que se faz, pois essas ações lidam com a vida das pessoas.

É nesse sentido que se pode ver uma interface entre o posicionamento ético do pesquisador/mediador, das pesquisas, das pessoas nas comunidades e das pessoas nas empresas. Essa interface se dá na situação problema apresentada, num contexto delineado pela “licença para operar”, pelos processos de certificação, pela responsabilidade social e pelas próprias demandas sociais à Ciência Florestal, que surgiram da interação entre empresas florestais e comunidades.

Nessa interface é que se observa a possibilidade de um novo cenário, onde a busca pela sustentabilidade (uma nova síntese, mediada), entre empresas florestais e comunidades do entorno, pode ocorrer.

4.9.1. Ética e moral no campo de atuação profissional

Conforme Coelho (2005), moral remete à discussão sobre as tradições numa sociedade, apontando que, aquilo que foi consagrado pela tradição adquire autoridade sobre a ação e o comportamento humano. A tradição permite comunalidade de valores e idéias e garante a sociabilidade em determinadas sociedades ou grupos, pois ela viabiliza acordos sociais e ações tácitas, que se instituem e que são incorporados pelas pessoas em suas vivências sociais. Cita ainda que, no entanto, a tradição comporta uma

contradição, pois, ao mesmo tempo, ela comporta as formas de conservação e os fatores fundamentais aos processos de transformação social.

É por esse fato, segundo a autora, que em processos de intervenção social e técnica, a discussão sobre as tradições e a moral, além da eticidade, são tão importantes, apontando que o desafio ético é como proceder às traduções para apropriação social dos sentidos (dos fins) que orientam as ações.

O que se sugere é que, ao se pensar a relação indivíduo-sociedade, ou, indivíduo-grupo, percebe-se que, na realidade, a distinção entre moral e ética é apenas didática, visto que os termos se confundem à medida que configuram uma forma intrincada e complexa da relação entre esses dois pólos. Com isso, a autora atenta a necessidade de, ao se problematizar a relação indivíduo-sociedade, discutir as concepções de sociedade que orientam as ações individuais.

Na discussão do trabalho profissional no mundo moderno, a ética pública, mais que a privada, faz-se presente, porque as ações profissionais têm por intenção mudanças que não são só técnicas, mas sociais. Essa ética pública aproxima o debate das questões políticas (COELHO, 2005).

A autora coloca que a vida profissional coloca os indivíduos constantemente em uma tensão ético-moral que, em determinado espaços institucionalmente regulado por normas, força-os a agir autônoma ou heteronomamente, concluindo que o mundo do trabalho das orientações técnicas não estaria dado ou pronto, mas que muito dele é construído pela práxis que problematiza as ações e suas finalidades, definidas intersubjetiva, ou transindividualmente pelos agentes sociais com os demais membros dos grupos sociais, em determinado espaço institucionalmente estabelecido.

4.10. Ética e responsabilidade social: o contexto do cenário alternativo

Nesse cenário, que pode ser visualizado a partir dos conceitos de prática e virtude, presentes nos estudos de Belizário (2003) sobre ética e responsabilidade social, ocorre que é possível associar que, a virtude, tanto para comunidades como para as empresas florestais, será na busca pela sustentabilidade, frente a situação de conflito apresentada. Como prática efetiva da empresa, há necessidade de abrir oportunidades viáveis, no seu processo produtivo, para as comunidades, que por sua vez, terão de gerir organizada e sustentavelmente os recursos e oportunidades abertas.

A abordagem da responsabilidade social sob a ótica da ética, segundo Belizário (2003), deu-se por entender que este tema, que vem sendo tratado no mundo das empresas, tende a estimular o posicionado dos gestores (pessoas) destas a ampliar seu comportamento ético no ambiente interno e externo das empresas. Esta concepção é compreendida na dimensão ética, componente de um processo de sustentabilidade.

4.11. Prática, virtude e instituições: esferas que compõem a responsabilidade social

Para Belizário (2003), em uma análise dos discursos oficiais das empresas, responsabilidade social é uma prática empresarial virtuosa. Embora não expressamente, a doutrina da responsabilidade social supõe, necessariamente, uma empresa virtuosa conforme preconiza a linha de estudo da *Ética das Virtudes*³².

Para chegar a um conceito contemporâneo de virtude e associá-lo à responsabilidade social seguiram-se três passos básicos: primeiro, o entendimento do que é prática; segundo, a explicação de uma ordem narrativa que dá coerência à vida humana; e terceiro, uma breve abordagem sobre a tradição moral.

4.11.1. Prática

Segundo Macintyre (2001, p. 116), prática é “qualquer forma coerente e complexa de atividade humana cooperativa, socialmente estabelecida, por meio da qual os bens internos a essa forma de atividade são realizados durante a tentativa de alcançar os padrões de excelência apropriados para tal forma de atividade, e parcialmente dela definidores, tendo como consequência a ampliação sistemática dos poderes humanos para alcançar tal excelência, e dos conceitos humanos dos fins e dos bens envolvidos”.

Belizário (2003) faz uma abordagem sobre os tipos de bens que podem ser conquistados por meio das práticas, fazendo uma distinção entre bens internos e bens externos. Os bens externos são contingentes e ligados à prática pelo viver em sociedade, por exemplo, a agricultura (que é uma prática) pode trazer bens como prestígio, status, dinheiro e vários outros bens externos a ela. Sempre há modos alternativos de alcançar

³² Uma das tendências mais recentes do desenvolvimento da ética foi a atenção que voltou a ser dedicada à virtude. Hoje, a chamada *Ética de Virtudes* apresenta-se como um modo peculiar de compreender a vida moral em que é preciso dar mais atenção às circunstâncias particulares dos agentes e à formação de seu caráter por meio do cultivo dos bons hábitos que formam as pessoas virtuosas.

esses bens, e sua conquista nunca se dá apenas engajando-se no exercício de uma determinada prática.

Os bens internos à prática são aqueles que não se pode alcançar de nenhum outro modo que não seja na ação, na realização da prática. Eles se chamam internos por dois motivos: só podemos especificá-los dentro da prática e por meio de exemplos dessas mesmas práticas ou semelhantes; em segundo lugar, porque só podem ser identificados e reconhecidos pela experiência de participar da prática em questão.

Os bens externos são, portanto, objetos de uma *concorrência* em que deve haver tanto vencedores quanto derrotados. Os bens internos são, de fato, conseqüências da competição pela *excelência*, mas é característica deles que sua conquista seja boa para toda a comunidade que participa da prática (MACINTYRE (2001, p. 321).

Segundo Pinto e Arrazola (2005), a prática não é o que os indivíduos fazem isoladamente, nem é o somatório das atividades de vários indivíduos de um grupo ou categoria social ou profissional. Ela é social, ou seja, é a ação de uma coletividade, conjunto articulado de ações que convergem para determinados fins ou objetivos.

Em toda sociedade dão-se múltiplas práticas, que podem ser diferenciadas por seus objetos e objetivos. Estes autores citam como exemplo, que há práticas produtivas, cujo objeto ou matéria-prima é físico-material e o objetivo é a geração de riqueza (produtos/mercadorias); artísticas, cujo objeto são as obras e o objetivo pode ser a expressão criativa do mundo; científicas, cujo objetivo é a geração de conhecimentos novos (teoria, conceitos) a partir de conhecimentos anteriores; e políticas, cujo objeto são as relações de poder e os objetivos se encontram nas representações de novas formas de geração e distribuição do poder na sociedade.

4.11.2. Virtude

A partir dos conceitos de bens internos e externos, Belizário (2003) apresenta uma definição para virtude: “a virtude é uma qualidade humana adquirida, cuja posse e exercício costuma nos capacitar a alcançar aqueles bens internos às práticas e cuja ausência nos impede de alcançar tais bens”. Embora esses bens sejam variáveis de acordo com a prática, há uma categoria que pertence a todas elas, ou seja, toda prática requer certo tipo de relacionamento entre os que dela participam.

As virtudes são esses bens que servem de referência, para definir nosso relacionamento com aquelas pessoas com quem compartilhamos os propósitos e os

padrões que configuram as práticas. Assim, as virtudes balizam o nosso “dever ser”, dão a indicação de como agir, ou, do melhor agir para atingir a excelência da prática.

Explicados os conceitos de prática, bens externos e internos, cabe ainda incluir um parêntese no que diz respeito às instituições.

4.11.3. As instituições

O jogo de futebol é uma prática, os clubes dos times são instituições. Essas se ocupam dos bens externos, envolvem-se na captação de verba e outros bens materiais, estruturam-se em termos de poder e status e os utilizam como recompensas, gratificações. Também não poderiam fazer de outra maneira se pretendem sustentar não só a si mesmas, mas também às práticas das quais são os suportes, pois nenhuma prática sobrevive nenhum período de tempo sem o sustento das instituições.

Para MacIntyre (2001), a relação entre práticas e instituições é tão íntima – conseqüentemente, entre os bens externos e internos da prática – que as instituições e as práticas formam uma ordem causal singular.

Este autor observa que, a capacidade de cada prática manter sua integridade depende do modo como as virtudes podem ser e são praticadas no sustento das formas institucionais, que são os suportes sociais da prática. A integridade da prática requer, causalmente, o exercício das virtudes por pelo menos alguns dos indivíduos que a integram em suas atividades; e, pelo contrário, a corrupção das instituições é sempre, pelo menos em parte, conseqüência dos vícios de parte deles.

4.12. Uma abordagem crítica

A responsabilidade social possui interface com a esfera da ética da virtude. Contudo, esta também tem interfaces quando vista na esfera da ética pragmática.

Se a responsabilidade social pode ser entendida como mais um dos contramovimentos protetores, emanados da sociedade para se proteger dos efeitos de um mercado auto-regulável, como relatado por Polanyi (1980), é necessário entender que a responsabilidade social ocorre num contexto de conflitos e consensos, mas que também é um contramovimento para superação de conflito. Nesse sentido, entende-se que a discussão acerca do pensamento sobre os conflitos e consensos, numa sociedade regida por uma economia capitalista, merece ser abordada, mesmo como

questionamento e visão mais crítica sobre os elementos conceituais (ética, práticas e virtudes) que o cenário alternativo propõe adotar.

4.12.1. As empresas e a ética pragmática

Ao contrário da ética de virtudes, o discurso crítico de empresas denuncia o “dever ser” estratégico. Um dever ser, que prevê o cálculo para se alcançar objetivos. Diferente da ética de virtudes, a ética pragmática não se impõe valores universais, ela flutua conforme os interesses do agente.

Para Belizário (2003), o pragmatismo é a corrente do cálculo e da estratégia, além de estar muito presente no senso comum, mesmo lugar onde habita a responsabilidade social. Seguindo o método pragmático, o objetivo da empresa é sempre o lucro, não perder. Os recursos para alcançar esse objetivo seriam todas as atividades internas como a produção, e externa, como as vendas e as finanças, mas também o aparato das representações sociais e os meios difusores dessas representações. Verificada a viabilidade de se pôr em prática determinada ação, calculando seus possíveis resultados, ela é colocada em prática e constantemente reformulada.

Para esta autora, por estar muito arraigada no senso comum, a visão pragmática integrada com a funcionalista é a fórmula empresarial perfeita. Embora possa parecer paradoxal, o pragmatismo justifica a responsabilidade social das empresas de forma muito peculiar: cada um tem o direito de levar a sua vantagem, então, a empresa lucra com a imagem e gasta ajudando a sociedade. Citando a frase “os meios justificam os efeitos” explica que, a empresa lucra (efeito) de forma legítima se investe na responsabilidade social (meios) para isso.

Aqui, aponta a autora, a ética pragmática cumpre um papel específico: ao estabelecer essa política de compensações, como reconhecer que ajudar os outros é melhor do que não fazer nada. O pensamento regido pela ética pragmática resolve este problema com a justificativa de que existem situações piores, e que, a empresa está fazendo o bem para os outros. Este é um cinismo repleto de boas intenções. Uma alienação para o próprio bem.

4.12.2. A responsabilidade social e o moralismo

Na abordagem desta autora, paralelamente aos primórdios da globalização, com a instalação de diversas multinacionais pelo mundo, a sociedade tem visto também a falência da função do Estado como provedor do bem-estar social. O Estado neoliberal, desacreditado e incapaz de criar políticas que garantam o pleno emprego e a seguridade social, faz com que as empresas sejam forçadas a fazer parte do papel que devia ser do Estado. As empresas, com os ganhos crescentes de competitividade passam a justificar sua presença cada vez mais forte no cenário econômico, social e político das nações.

Ainda contextualizando a situação, Belizáriio (2003) verificou que, o avanço da tecnologia permitiu também formar um consumidor mais crítico que exige da empresa que cumpra a sua responsabilidade social. Assim, na visão desta autora, o papel regulatório perdido pelo Estado é resgatado pela sociedade civil, que com a sua capacidade crítica estabelece sob quais valores uma empresa deve se pautar, a saber, sensibilizar as empresas para o fato de tudo estar interligado. A visão de somente produzir lucros torna-se ultrapassada a esse novo movimento. Ao movimento moralista³³ gerado por essa nova ordem social, é atribuído o nome de *humanização das relações da empresa*.

Em idéias gerais, o discurso da responsabilidade social é uma evolução, no sentido de definir melhor como exatamente a empresa deve entender a si mesma e como deve agir, na tentativa de manter funcional a relação comunidade empresa.

Dentre as mais diversas definições de responsabilidade social, todas terão um núcleo comum que a tratará como uma forma de gestão – um modelo disponível e autorizado a ser seguido – cuja autorização vem da sociedade civil, da atribuição de valor da sociedade civil às ações da empresa, o que nos estudos de ética, pode ser visto como moral.

Dessa forma, organizações legitimadas, revestidas de autoridade social para definir e criar mecanismos de aferição de responsabilidade social representam uma instância legitimadora por excelência do moralismo, dizem o que é legítimo e o que não é. Essas instâncias legitimadoras dedicam grande parte de seus recursos em criar mecanismos objetivos de aferição de responsabilidade social, como por exemplo, o

³³ O moralismo parte da idéia de que “O termo responsabilidade social encerra sempre a idéia de prestação de contas: alguém deve justificar sua própria atuação perante outrem. Durante muito tempo este foi entendido, em uma visão tradicional, como sendo a obrigação do administrador de prestar contas dos bens recebidos por ele” (OLIVEIRA, 2003).

Balço Social, os relatórios sociais das empresas, o Guia Exame de Cidadania Corporativa, os prêmios do Instituto Ethos, o prêmio Eco da Câmara Americana de Comércio e muitos outros (BELIZÁRIO, 2003).

A argumentação moralista do terceiro, que confere um valor à ação moral, é um dos grandes apoios do discurso oficial da responsabilidade social. Ele legitima o discurso como um terceiro que atesta a materialidade da ação, portanto, com mais autoridade do que a própria empresa.

Neste contexto, observa-se que os papéis do Estado, das empresas e da sociedade estão em transformação, pois, segundo Zoboli (2003), a gestão empresarial que tenha como referência apenas os interesses dos acionistas (*shareholders*) revela-se insuficiente. Ele requer uma gestão balizada nos interesses e contribuições de um conjunto maior de partes interessadas (*stakeholders*). A busca de excelência pelas empresas passa a ter como objetivos a qualidade nas relações e a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

4.12.3. Discursos críticos abordando a responsabilidade social: correntes funcionalistas e marxistas

O funcionalismo reitera a necessidade de valorizar o universo consensual em que todos têm o mesmo valor enquanto porta-vozes, seja porque cada um colabora da mesma forma para atingir os objetivos societários (todos têm importância), seja porque todos agem harmoniosamente rumo a esse objetivo.

Sob o enfoque funcional, Belizário (2003) afirma que, a empresa aparece como um agente dessas ações solidárias e, ao perceber as deficiências de outros agentes (como o governo) ajuda mais do que seria sua função para atingir os objetivos societários. Dentre essas substituições aparece a responsabilidade social para indicar a melhor forma de agir de acordo com os interesses da sociedade. Uma atitude virtuosa, pois ela sacrifica parte dos bens externos à prática empresarial em favor dos bens internos à essa prática.

No entanto, o paradigma funcionalista emerge como um conjunto coerente de explicação das ações empresariais partindo do pressuposto de que todos agem a favor do bem comum. As empresas são espaços de representações sociais³⁴ que visam uma

³⁴ Entende-se aqui “representações sociais” no sentido expresso por Serge Moscovici como as explicações que, unidas de forma coerente, chegam a formar uma ideologia convincente para explicar o mundo e lhe garantir certa coerência. Só elas existem, a partir do momento em que só temos a elas para entendermos o que nos cerca. Toda a relação de um indivíduo com o real passa por um processo

série de objetivos. Se a organização consegue imprimir sua marca sobre o pensamento e sobre o aparelho psíquico, ela poderá gabar-se de ter chegado a integrar seus colaboradores na cultura que ela propõe e impõe e a desenvolver sua motivação para contribuir na realização desses objetivos. Por outro lado, uma ideologia proposta é sempre uma possibilidade de dar aos indivíduos a oportunidade de se situar e atribuir significado à sua existência. Tende a encerrar os fatos numa representação única que dá conta do real totalmente e exprime a verdade daquilo que ela revela. Nesse sentido, como mito social, ela é o *corpus* das respostas adequadas. Dá à certeza status de verdade.

O paradigma funcionalista nos mostra que a sociedade é um todo em que cada parte exerce uma função, bem como as microssociedades (as empresas) são, além de um órgão do tecido social, elas mesmas um todo constituído por partes cada qual com as suas funções (BELIZÁRIO, 2003).

Assim, considerando a empresa um aparato que colabora para a edificação e prevalência de certas visões de mundo pode-se considerar o funcionalismo como uma das estratégias para a explicação do mundo.

A palavra conflito é a chave para entender a diferença nodal entre as duas correntes de pensamento. A primeira insiste em ignorá-lo (funcionalismo) e a segunda o coloca como princípio para a explicação de tudo (marxismo).

A autora afirma que, a empresa e outros organismos sociais, na concepção funcionalista, estão sempre em busca do consenso, da harmonia. Qualquer conflito implica em um problema no organismo que precisa ser resolvido. Assim, as relações de consenso dão à empresa uma idéia de grande comunidade.

Já o discurso crítico, na ótica marxista, sobre a responsabilidade social entende a empresa – e o próprio paradigma funcionalista – como aparelho ideológico cuja finalidade é ocultar a luta de classes e permitir a reprodução das relações de produção. Nesse contexto, a responsabilidade social revela estrategista e estratégia³⁵: a empresa

de significação inserido em um esquema já determinado de classificação, não guardamos as experiências na memória, pois, concretamente isto é impossível, mas guardamos suas representações; ou seja, guardamos a experiência com o valor que imputamos a elas. A esse fenômeno é dado o nome de *representação*.

³⁵ Belizário (2003) aponta os trabalhos de Maria Esther de Freitas (2002, p. 66): “Seria mais realista dizer que, para certas empresas, o discurso ético é um instrumento de gestão e até uma nova tecnologia de convencimento. A confiança, condição necessária para um banco ou banqueiro, é alardeada como uma virtude num jogo de palavras embaralhadas. Ou, como diz Le Goff, a ética das empresas parece transformar magicamente a necessidade em virtude. E isso permite relegar a segundo plano as vantagens materiais ou somente apresentá-las como uma contrapartida à adesão aos valores da empresa”.

como produtora de representações sociais interessadas sobre ela mesma, fazendo crer em qualidades redutoras de sua condição de espaço social em conflito e a responsabilidade social, aqui, muito mais concebida como uma estratégia de melhora da reputação, aumento da competitividade, por consequência, melhora na imagem e aumento dos lucros.

Para Moscovici (2003), o marxismo é, por essência, um paradigma em choque com o funcionalismo. Iniciando pelo tipo de relações naturais que as pessoas estabelecem entre si: o primeiro denuncia o conflito imanente à sociedade capitalista, luta de classes, luta simbólica; o segundo revela uma sociedade solidária e regida pelo consenso.

5. CENÁRIO ATUAL E CENÁRIO ALTERNATIVO

5.1. Cenário atual: o caos

Há então de se analisar os custos e riscos de dois cenários, para os dois principais atores dessa situação: as empresas florestais e as comunidades. No primeiro cenário, a situação se mantém: as comunidades permanecem inseridas no entorno do projeto florestal, retirando madeira (resíduos florestais e, ou, toras) para carbonizar e vender a preço baixo, numa atividade e num mercado clandestino.

Essa situação será inicialmente denominada CAOS e configurada nas Tabelas 1 e 2. A visualização destes cenários se deu com base na observação dos problemas vividos por uma dada comunidade próxima à BR-418 e se baseia na informação da saída de um caminhão de 15 t/dia de carvão proveniente de retirada irregular de resíduos e, ou, toras de florestas plantadas.

Os custos e os riscos de manter a atual situação são altos, quando tangíveis, e extremamente relevantes, quando intangíveis.

Ainda no cenário do caos, é possível fazer uma simulação, tomando-se por base uma produção diária, na área de abrangência dessa comunidade, de 15 t de carvão. Para a simulação apresentada, a geração de resíduo por hectare refere-se a um volume da estimativa do resíduo reduzido³⁶. As Tabelas 3, 4 e 5 mostram os recursos obtidos no carvoejamento e, considerando que pelo menos uma pessoa de cada família participe da atividade, é baixo.

³⁶ Resíduo reduzido: entendido como aquele originado da operação de colheitadeiras onde os cabeçotes são regulados para aproveitar diâmetros menores no comprimento da árvore. O Resíduo expandido, que será apontado à frente, seria aquele originado da operação de colheitadeiras com uma regulação intermediária entre aquela inicial dos cabeçotes.

Tabela 1 – Cenário do caos para as empresas florestais

Cenário do Caos para as Empresas Florestais			
Situação: retirada irregular de madeira (resíduos florestais e, ou, toras)		Custo	Risco
Item	Aspectos		
Carvoejamento de madeira: em média, 30 caminhões de carvão/mês, carga =15 t (somente na comunidade em estudo).	Densidade da madeira= 0,5 t/m ³ Rendimento gravimétrico de 32% Densidade do carvão à granel = 0,25 t/mdc. IMA = 43 m ³ /ha/ano.	<u>Tangível</u> : 1 t carvão = 3t madeira = 6m ³ madeira 1 caminhão com 15 t carvão = 90 m ³ madeira 90 m ³ x 30 dias x 12 meses = 32.400 m ³ /ano considerando que 40% desse volume vem de toras, equivale à perda do IMA em 301 ha.	Afeta o planejamento como um todo (suprimento, rendimento operacional, prescrições de manejo e investimentos) além de outros custos para proteção do patrimônio.
Favorecimento e, ou, estímulo à retirada de resíduos e toras das florestas plantadas.	Pessoas na prestadora de serviço de vigilância podem sofrer pressão por corrupção ativa/passiva.	<u>Tangível</u> : gasto com vigilância (estimado R\$36.000,00/ano) naquela localidade. <u>Intangível</u> : pessoas ou grupos na prestadora que atuam contra a missão da mesma.	Possibilidade de convivência com atitudes radicais.
	Região já conhecida por compradores de carvão produzido de forma clandestina, e que tendem a forçar o preço para baixo.	<u>Intangível</u> : influência externa à comunidade para continuar a produção de carvão clandestino.	A imagem das empresas. Setor metalúrgico se beneficia da prática na Comunidade e quem sofre o ônus social é o de celulose.
Baixa taxa de ocupação no trabalho e emprego em área inserida nos grandes projetos florestais.	Alimenta na comunidade a idéia do grande capital que muito lucra e pouco emprega.	<u>Intangível</u> : fomenta a aversão à atividade de florestas plantadas. <u>Tangível</u> : Gasto com campanhas para melhorar a imagem frente ao público.	Ambiente propício para difundir idéias de invasão dos plantios. Alimenta o sentimento de que a monocultura do eucalipto cerceou suas possibilidades
Acionar aparato policial contra o carvoejamento clandestino.	Ação de repressão.	<u>Intangível</u> : comunidade sente que as ações violentas, próprias do aparato de coerção, foram emanadas pelas empresas.	Reação também violenta contra o patrimônio das empresas.
Clima de tensão na região.	Alimenta nos funcionários da empresa o pré-conceito contra a comunidade e insegurança para atuar na região.	<u>Intangível</u> : Dificulta a comunicação entre a empresa e a comunidade.	Origina arestas que refletem nos processos de licenciamento e de certificação.

Tabela 2 – Cenário do caos, para a comunidade (base ago./2006)

Cenário do Caos para as Empresas Florestais			
Situação: retirada irregular de madeira (resíduos florestais e, ou, toras)		Custo	Risco
Item	Aspectos		
Carvoejamento clandestino como principal atividade econômica na comunidade.	Trabalho não organizado, no qual homens, mulheres e crianças estão envolvidos no processo de retirada e carvoejamento de resíduos e, ou, toras.	<u>Intangível</u> : baixa organização da comunidade impede oficializar o trabalho, o amparo social (INSS) e uso de EPI.	Risco de acidentes, à saúde e seguridade.
	Do trabalho: falta de perspectiva no futuro que seja diferente dessa forma de exploração da madeira e do carvoejamento.	<u>Intangível</u> : limita e oprime a situação dos jovens, frente a um contexto de conflito, baseado no recurso que existe para sobreviver.	Falta de esperança no futuro profissional.
	Familiar: mães que empregam seu tempo no carvoejamento têm baixíssima renda e sofrem os reflexos na estruturação da família.	<u>Intangível</u> : menor receita obtida, menos recursos para manutenção do lar e gastos com saúde e educação.	Exposição das famílias às questões inerentes à baixa renda (alcoolismo, drogas, prostituição infantil, evasão escolar, etc.).
	Investimentos gastos com construção de fornos.	<u>Tangível</u> : os fornos observados usam em média 2.000 tijolos + 4 dias de serviço + areia + liga = aproximadamente R\$600,00/forno.	Investimento sem garantia de sustentabilidade, pelas restrições para obtenção de madeira e o mercado clandestino, o material residual e a forma de carvoejamento tendem à baixo rendimento.
Atuar na clandestinidade.	Custos com a retirada da madeira.	<u>Tangível</u> : presume-se que há certo valor, em determinadas ocasiões, para obter facilidade na retirada da madeira. <u>Intangível</u> : situação que expõe pessoas à negociações obscuras.	Flagrante por delito e apreensão de pertences como caminhões, bicicletas e ferramentas.
	Clandestinidade da atividade.	<u>Tangível</u> : na clandestinidade não são arrecadadas as taxas (R\$0,92/mdc) e os impostos (ICMS entre BA-ES = 7% do valor da carga).	Comunidade ser co-responsável na sonegação de taxas e impostos.

Continua...

Tabela 2, Cont.

Cenário do Caos para as Empresas Florestais			
Situação: retirada irregular de madeira (resíduos florestais e, ou, toras)		Custo	Risco
Item	Aspectos		
Atuar na clandestinidade.	Atuação de compradores de carvão produzido de forma irregular, forçando o preço para baixo.	<u>Tangível</u> : o <i>spread</i> entre o valor pago na comunidade e o valor de mercado, em agosto/2006 era de R\$55,00/mdc.	Baixa lucratividade. Sem conexão com mercado consumidor e desconhecendo as variação no preço, não há estratégia para a venda dos produtos.
Baixa lucratividade na atividade de carvoejamento.	Fragilidade na formação de um tecido de relações comerciais e produtivas dentro da comunidade, devido a pouca renda obtida com a atividade.	<u>Intangível</u> : a renda é usada para sobreviver, não há investimentos em empreendimentos simples, que podem gerar trabalho e até emprego na comunidade (pequenos comércios, pequenas oficinas, etc.).	Comunidade se alicerçar numa atividade que está num contexto insustentável. A atividade de carvoejamento sendo o principal fio econômico, talvez não pelo volume, mas pela freqüência com que injeta dinheiro na comunidade, torna-a cada vez mais dependente, assim, para ganhar mais é preciso carbonizar mais.
Clima de tensão na região.	Desconfiança e violência.	<u>Intangível</u> : postura de “espírito armado” para propostas vindas do setor florestal e de pesquisadores.	Perder a visão sobre projetos que vão de encontro à sustentabilidade da comunidade. Aumento do isolamento. Não se posicionar como <i>stakeholder</i> diante das oportunidades.

Tabela 3 – Dados para simulação da atividade de carvoejamento na comunidade (base ago./2006)

Unidade	Quantidade	Item
t/caminhão	15	Carga de carvão diária (estimado)
m ³ /ha	11	Geração resíduo na colheita (estimativa para resíduo reduzido)
R\$/ m ³	35,00	Valor da madeira em tora
R\$/mdc	78,00	Valor recebido pelo mdc carvão na comunidade (médio)
m ³ /ha/ano	43	IMA
m ³ /ano	32400	Demanda de madeira total (tora+resíduos) para carvoejamento
Parâmetro	4	mdc em 1 tonelada de carvão
Família	800	Famílias presentes na comunidade (estimado)

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 4 – Estimativas atuais a partir da simulação para as empresas (base ago./2006)

Unidade	Quantidade	Item
%	40	Participação das toras na madeira total destinada ao carvoejamento
%	60	Participação do resíduo na madeira total destinada ao carvoejamento
m ³ /ano	12960	Volume de madeira com origem nas toras, para carvoejamento
m ³ /ano	19440	Volume de madeira com origem em resíduos, para carvoejamento
ha/ano	301,40	Área necessária para suprir procura por toras pela comunidade
ha/ano	1.767,27	Área necessária para gerar e suprir procura de resíduos pela comunidade
R\$/ano	453.600,00	Prejuízo com a retirada irregular das toras para carvoejamento
ha/ano	301,40	IMA=0, em uma área anual de, quando as toras são usadas para carvoejamento

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 5 – Estimativas atuais a partir da simulação para as comunidades (base ago./2006)

Unidade	Quantidade	Item
t/ano	5.400 ³⁷	Quantidade de carvão produzido pela comunidade
R\$/ano	1.684.800,00	Valor bruto gerado com o carvoejamento na comunidade
R\$/ano	1.044.576,00	Valor líquido para a comunidade (considerando 38% de custos diversos)
R\$/mês	108,81	Valor líquido por família

Fonte: dados da pesquisa.

³⁷ Quantidade equivalente à carga de um caminhão, transportando 15 t de carvão/dia, durante trinta dias, num período de doze meses.

Aponta-se que na Tabela 4 poderiam ainda ter sido consideradas as estimativas atuais para os gastos com serviço de vigilância, com a economia em fertilizantes (pela ciclagem de nutrientes presentes nos resíduos), bem como, por um valor estimado de um elemento muito importante, a matéria orgânica oriunda da decomposição do resíduo florestal, e de suma importância para o solo.

5.2. Cenário alternativo: proposta de modelo de parceria no projeto florestal

Propõe-se uma situação alternativa que, para as empresas, se realiza a partir da doutrina da responsabilidade social. Neste cenário alternativo, deve-se inicialmente a preocupação de natureza ética, prática e de virtudes. Para admiti-lo é necessário que se permita uma abertura para comunicação, entre os interesses da comunidade e os interesses da empresa. Ambas irão procurar obter os bens internos e externos à prática.

A partir desse cenário é possível propor um modelo onde a virtude se configura nos valores que orientam as ações propostas para ambos, comunidade e empresa, e o principal seria a busca de sua sustentabilidade complementar, pois parte-se da premissa de que esta é possível. A prática, para a empresa, será encontrar oportunidades, viáveis à empresa e às comunidades, no seu processo produtivo; já para a comunidade os desafios da prática serão gerir organizadamente os recursos e oportunidades construídas.

O ponto de encontro desse cenário fundamenta-se no objetivo dos principais atores. De um lado, para as indústrias o resíduo florestal é importante para a sua sustentabilidade, e a pressão que tem se dado pela retirada irregular do resíduo florestal e, ou, toras, apresenta efeitos caóticos frente ao cenário atual. Por outro lado, as comunidades clamam por níveis maiores de trabalho e emprego com qualidade e dignidade. Portanto, pode-se entender que este ponto é a primeira proposta a ser mediada para satisfação de interesses.

A concessão de uso das áreas florestais (nativas e plantadas) sob regime de comodato pelas comunidades pode ser interessante.

Para tanto, pressupõem-se que a operacionalização deste cenário conjuga uma série de ações que tendem a migrar, da atividade de retirada irregular de madeira, diversos grupos presentes na comunidade, para atividades que melhor remunerem e contribuam para formação de um tecido social baseado nas relações de produção, presentes no manejo de florestas plantadas através de produtos madeireiros, e não-madeireiros, no caso de florestas nativas.

A possibilidade de discussão desse cenário alternativo significa uma tentativa de contribuir na busca de consensos para uma mudança na relação e na visão que empresas e comunidades vem mantendo entre si. Assim, pretende-se, que na busca da melhoria das relações entre ambos, a comunidade saia da condição de risco à sustentabilidade empresarial do projeto florestal, para se tornar parceira na produção de madeira, sem perder sua autonomia, ao contrário, fortalecendo-a.

Da mesma forma, espera-se que a empresa saia, perante os comunitários, da situação de grande concentradora de recursos e realizadora de ações “assistencialistas”, agregando valor às ações de responsabilidade social voltadas para o enfrentamento desse problema crônico.

Na proposta do modelo a seguir apresentado, a atividade de carvoejamento com resíduos florestais torna-se, num primeiro momento, importante para a composição da renda familiar na comunidade, pois migra de uma situação de ilegalidade para a legalidade, juntamente com a produção de mudas nativas e a venda de sementes.

Contudo, com a proposta de uso das terras em, objetivando um acordo para uma parceria na produção de madeira, a atividade de carvoejamento com resíduos provenientes de áreas das empresas tende a diminuir nesta composição, dada à entrada de diversas atividades que podem alavancar trabalho e renda na comunidade (vide modelo na Figura 5). Acredita-se que o carvoejamento com resíduos tenderá a não ser mais realizado³⁸, e espera-se que este venha a ser praticado somente nas áreas destinadas ao uso próprio, uma vez que a comunidade poderá, nessa proposta, manejar parte da floresta para outros fins (semelhante a um contrato de fomento florestal).

Com a diversidade de atividades presentes na comunidade, espera-se que, diferentemente como acontece quando se tem o carvoejamento clandestino como o principal fio do tecido econômico-social, haverá uma tendência para a melhoria dos indicadores sociais e econômicos daquela comunidade, influenciando na mudança de percepção do ambiente e da própria atividade industrial do setor.

A agregação de valor se dará pela melhoria das relações entre as comunidades em conflito pelo recurso florestal e as empresas florestais, pela melhoria no ambiente empresa, frente ao clima de tensão no conflito e, pela própria ação de produção de madeira em comodato, que tem implicação local sobre a aceitação dos plantios

³⁸ As novas práticas, decorrentes do uso múltiplo da floresta proposta aos comunitários, espera-se a incorporação da importância do resíduo florestal permanecer no solo.

florestais pela sociedade, mas que pode ter desdobramentos positivos regionais e internacionais.

O processo de intervenção do homem na produção e no ambiente não é isolado, antes, é revestido de um caráter social, através de formas associativas de cooperação na comunidade e, entre esta e a empresa. Nesse sentido, a integração das questões sociais na estratégia e nas operações da empresa depende das percepções que se dão dentro da organização, da cultura organizacional, da liderança e estrutura gerencial, da série de eventos que levaram a organização à situação atual e do contexto dentro do qual a organização opera (GOMES, 2005).

Como principais eixos positivos dessa proposta, podem ser apontados a produção de madeira em comodato, o uso de florestas nativas em comodato, a produção coletiva por grupos de moradores associados, o deslocamento da mão-de-obra da atividade irregular, a agregação de valor ao produto com preocupação social. Além disso, é possível a formação de pequenas indústrias de beneficiamento e a criação de fundos para a comunidade e para os grupos a serem formados.

Nesse amplo propósito, é que a renda para as famílias, gerada principalmente através de atividades que permeiam o setor florestal, permitirá superar a pressão das comunidades sobre as plantações florestais.

Em linhas gerais, o modelo apresentado irá requerer uma série de colaborações participativas, tanto da empresa quanto da comunidade, no que se refere à constituição de grupos formais e, ou, associações, na legalização da atividade de carvoejamento com resíduos, na construção da proposta de uso das terras em regime de comodato objetivando o uso de PFNM e a parceria na produção de madeira, e principalmente, para viabilizar a gestão de seu último estágio (M), conforme modelo apresentado na Figura 4, onde se criam fluxos de serviços entre a comunidade e o projeto florestal (linha tracejada).

O recurso acordado em comodato é limitado àquela comunidade, devendo esta atuar no sentido de garantir que o recurso seja sustentável, protegendo-o contra pressões internas e externas à comunidade (linha contínua).

Os comodatos propostos seriam em áreas de florestas plantadas, que seriam manejadas em regime de uso múltiplo, e nas áreas de reserva legal e de preservação permanente, que seriam utilizadas em regime de manejo sustentável visando a exploração de produtos florestais não-madeireiros.

Associados a essa parceria nas florestas, estão também presentes as possibilidades de trabalho e emprego para atendimento ao projeto florestal, como a implantação na comunidade de viveiro de mudas nativas e, ou, de eucalipto, e há ainda a possibilidade de agregar valor à madeira, através de serrarias e marcenarias na comunidade, abastecidas com parte com parte da floresta em comodato.

Esses são os aspectos centrais da proposta final desse trabalho. Seus aspectos mais específicos, que apontam para questões práticas no atual envolvimento com a questão, serão discutidos após sua apresentação como modelo gráfico.

Essa primeira explanação da proposta de modelo, nesse momento, se faz necessária para atentar que dada à natureza da proposta, pode haver grande necessidade de mediação dos interesses de ambos.

Por outro lado, a nova perspectiva de trabalho que pode surgir para a comunidade, implica em novas habilidades e um repensar das antigas, que implicam em procedimentos de intervenção sob a forma de pesquisa interventiva e extensão.

Ambas as ações, mediação e pesquisa intervenção se constituem em procedimentos metodológicos que requerem posicionamento ético quanto às questões ambientais e sociais, mas principalmente, quanto ao aspecto gnosiológico no processo de construção de propostas.

Nesse cenário alternativo, o papel da mediação, dada a situação de conflito e o atendimento aos interesses coletivos, exige-se um processo de mediação institucionalizado, com forte presença do Estado.

Assim, o papel do Estado nesse processo é fundamental, na função de promover a mediação entre comunidades e empresas, através de políticas e programas para o atendimento da situação e, no fomento à interação e o trabalho conjunto de diversos atores mediadores.

O Poder Público, no processo de mediação, deve agir tanto na esfera de abrangência do governo federal, na definição de políticas públicas específicas para as comunidades do entorno de projetos florestais, como também na esfera do governo estadual, atuando através de programas de desenvolvimento local e no estabelecimento de convênios entre associações comunitárias, empresas e prefeituras.

Os trabalhos das Promotorias Públicas também colaboram para o processo mediador, exigindo ações dos governos, das empresas e das comunidades. Da mesma forma, são importantes para a viabilidade de propostas que apontem no sentido de controlar e coibir o uso, por parte de médios e grande consumidores, a exemplo das

siderúrgicas, do carvão sem procedência, que em parte, é produzido a partir da retirada irregular de resíduos e, ou, toras dos plantios florestais.

5.2.1. Origens da proposta

A proposta de acordo para uso das áreas florestais, pelas comunidades do entorno e que pressionam negativamente os plantios comerciais, pode ser vista como uma primeira proposta mediada no contexto do conflito. Mediada, pois é a resultante dos interesses de ambos os lados quanto à situação de conflito.

Além da própria observação do cenário do caos, outras percepções motivaram a construção do modelo proposto, que são apresentadas a seguir.

5.2.1.1. As instituições promotoras do desenvolvimento local, no cenário atual, a partir da percepção de uma comunidade

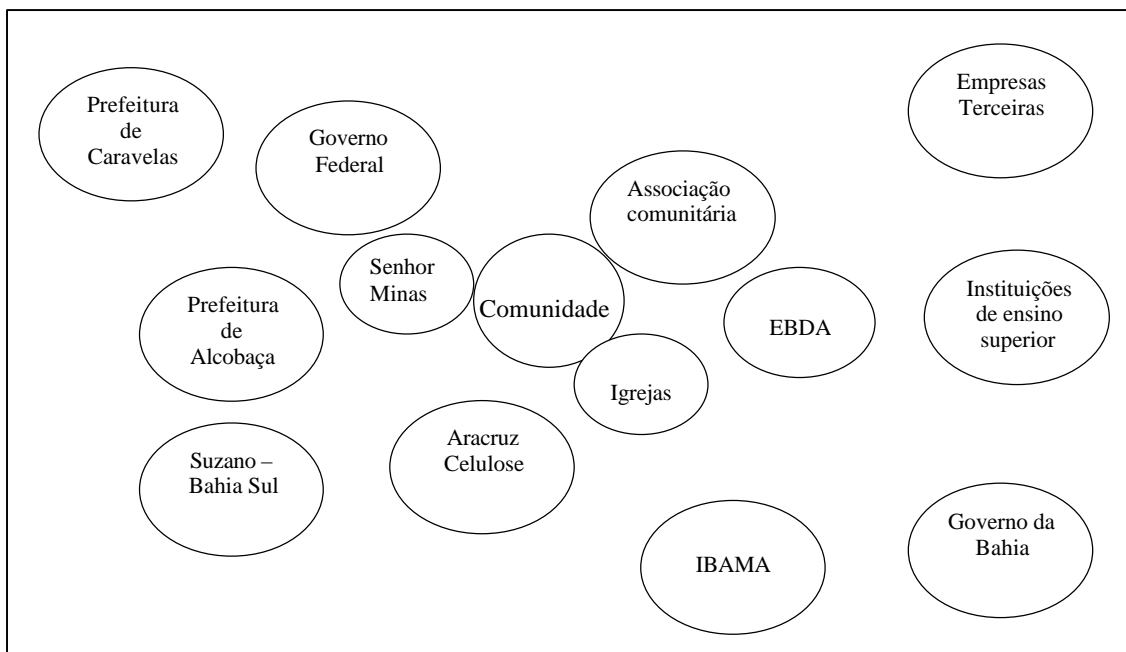
As comunidades presentes no entorno dos plantios florestais, e que sentem a baixa oferta de trabalho e emprego, configuradas nos contextos inicialmente abordados nesse trabalho, também possuem suas visões sobre as empresas florestais e demais organizações que estão mais ou menos presentes no seu dia-a-dia, e que tem influência com a promoção de trabalho e emprego.

Uma análise do contexto de conflito foi feita especificamente, no sul da Bahia, em uma comunidade no entorno de projetos florestais, que possui sua peculiaridade. Trata-se de um distrito localizado no entorno de áreas florestais de mais de uma empresa, pertencente parte a um município e parte a outro e tendo como linha divisória o leito da já desativada ferrovia Baiminas. Por meio de técnicas de mobilização social³⁹, durante a execução do processo de aproximação com a comunidade, foi construído um diagrama de Venn com essa comunidade que visava identificar as instituições atuantes no local, como ficou apresentado na Figura 2.

Na visão dos participantes, através do diagrama de Venn, quanto mais próximos os círculos, mais atuantes, quanto maiores, mais importantes.

Assim, o diagrama obtido mostra que, na visão da comunidade, existem várias instituições e pessoas importantes para o desenvolvimento local, e com diferentes intensidades de atuação sobre a questão.

³⁹ Atividades realizadas por ocasião do projeto PFM SIF/DEF/UFV, 2006.



Fonte: Projeto PFM (SIF/DEF/UFV, 2006)

Figura 2 – Diagrama de Venn construído em uma comunidade no sul da Bahia.

As instituições locais, como a associação comunitária, as igrejas e o chamado Senhor Minas (um proprietário rural que emprega e, ou, contrata mão-de-obra para trabalhos agrícolas e florestais), mostram-se mais atuantes, sendo que dos três, que associação comunitária é considerada como de maior importância. As empresas florestais terceirizadas também são importantes, mas mostram-se poucos atuantes (distantes) no desenvolvimento local. Essas configurações refletem nas questões de trabalho e emprego.

É manifestada a grande importância que é dada às prefeituras, Governo da Bahia e Governo Federal, contudo, a atuação do Governo da Bahia e das prefeituras mostraram-se pouco intensas. A maior proximidade do Governo Federal se deu principalmente em função dos programas sociais, como o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa-família.

Foi dada importância às empresas florestais. Suzano e Aracruz, que possuem florestas naquele distrito, foram mencionadas, e pelo diagrama, vê-se uma um pouco mais atuante do que outra na questão do desenvolvimento local.

Ao fim percebe-se pelo diagrama que, na média, a iniciativa privada está mais atuante no desenvolvimento local do que as instituições do governo nos seus três níveis.

Destacam-se as igrejas (representando templos evangélicos e igreja católica) que é também um local de sociabilidade, foi mostrada pelos comunitários como de muita intensidade, ao que se infere que a ação das igrejas é vista na importância do desenvolvimento local, e se dá também pelo estabelecimento e manutenção de vínculos sociais.

Importante é notar também que, tanto o órgão de apoio à agricultura do governo estadual (EBDA), quanto o órgão ambiental federal (IBAMA), pelo diagrama, mostraram-se menos atuantes do que a Associação de Pequenos Agricultores e do que o empregador rural local (Sr. Minas).

Por fim, é bem provável que a percepção de grande parte dos membros participantes da construção do diagrama, ao citar as Universidades, tenha se dado justamente pela presença institucional mediadora naquele período, objetivando o levantamento de dados sobre os produtos florestais não madeireiros presentes no entorno daquela comunidade.

5.2.1.2. Registro de falas e percepções

Por parte da comunidade várias falas traduzem o interesse em sair da condição de clandestinidade na retirada de resíduos e na produção de carvão, reforçando o anseio por formas dignas de obtenção de renda. Nesse sentido, algumas falas de moradores de uma comunidade no sul da Bahia podem ser explicitadas. Esses registros foram obtidos por ocasião da vivência no Projeto PFNM.

“Dos que vão pra robal⁴⁰, 80% tem medo... vai, mas tem medo...”

“Não sei quando vai aparecer outra coisa pra fazer que não seja carvão.⁴¹”

“Vamos ver se agora realizo meu maior sonho, que é ver um viveiro de mudas aqui...”⁴²

“Esse negócio tá assim... era tudo com as empreiteiras (a compra do resíduo)... aí parou. Agora o pessoal (da comunidade) andou falando da gente organizar... mas tá difícil⁴³.”

“Antes aqui tinha um monte de coisa pra trabalhar, tinha os japoneses. Eu fico pensando quando aqui vai ser assim de novo... só tem eucalipto aqui em volta, olha só⁴⁴.”

⁴⁰ Robal é a institucionalização, entre os comunitários, da prática de retirada irregular de resíduos e, ou,, toras.

⁴¹ Adolescente se referindo a falta de trabalho na comunidade.

⁴² Comunitária idosa, após um curso sobre produção de mudas na comunidade.

⁴³ Comunitário jovem falando sobre o processo de aquisição do resíduo para produção de carvão.

⁴⁴ Comunitária adulta, que saiu muito jovem da comunidade e voltou após longo tempo.

Outro ponto que merece ser abordado, e que converge para a necessidade de as ações sociais se alinharem com as atividades operacionais da empresa, subentendendo uma maior integração e cooperação entre as pessoas da comunidade com as pessoas da empresa, diz respeito ao clima de tensão e conflito, que inicialmente foi percebido tanto pelas falas de funcionários de empresas florestais como de comunitários.

Essas falas traduzem medo, que implica em distanciamento, em dificuldades de relação, em dificuldades para a construção de caminhos que busquem a sustentabilidade complementar, como percebido abaixo:

“Vocês vão lá pra faixa de gaza?... cuidado, hein!”⁴⁵”

“Eu?... andar por essas estradas à essa hora?...prefiro ir pelo asfalto”⁴⁶”

“Eles compraram toda a terra e agora mandam vocês aqui... pra que, pensa que somos bobos?”⁴⁷”

“Posso te fazer uma pergunta?... Vocês são da Polícia Federal?”⁴⁸”

“Você pode conseguir essa chave (ferramenta) pra mim? Eu espero aqui...”⁴⁹”

A colaboração acadêmica na construção da proposta mediada, se dá no entendimento dos problemas advindos da silvicultura a partir de concentração de terras e dos entraves para a sua superação, na preocupação com a sustentabilidade das comunidades e do setor florestal como um todo e na geração de trabalho e emprego.

5.2.1.3. Possíveis atividades para gerar trabalho e renda na comunidade

O uso de áreas das empresas florestais em comodato por associações comunitárias não é novidade. Várias empresas florestais cedem áreas agrícolas para associações comunitárias. O comodato das áreas florestais, tanto de florestas plantadas como de nativas é que pode ser a proposição desse tipo de contrato.

Durante a execução do Projeto PFM foi realizado um diagnóstico que apontou quais atividades a comunidade enxergava como promissoras para gerar renda na comunidade (Figura 3). Neste, são apontadas, dentre outras, as atividades de viveiro

⁴⁵ Funcionário de empresa florestal, falando sobre o trecho da BR418, onde a situação problema é muito freqüente.

⁴⁶ Funcionário de empresa florestal, ao optar ir por um caminho mais longo, mais demorado, mas que evitava a BR-418.

⁴⁷ Comunitária adulta, sobre a presença da equipe de pesquisa do projeto PFM na comunidade.

⁴⁸ Comunitário jovem, indagando à pesquisador do projeto PFM, após semanas de convivência.

⁴⁹ Funcionário de empreiteira florestal, com o carro avariado, parado, próximo a uma comunidade.

problema, além destas também servirem como área de caça. No caso das florestas nativas, estas são também fontes de recursos não-madeireiros, onde há conhecimento etnobotânico por parte de vários moradores.

5.3. Modelo proposto e explanação seqüencial

A proposta de modelo é apresentada na Figura 4, com suas seqüências e particularidades explicitadas, posteriormente, em seqüência alfabética.

(A) Esclarecimento dos níveis decisórios. Empresa e comunidade num mesmo nível, ambas em busca de sua sustentabilidade, diante da situação de conflito apresentada. A postura das empresas, ao abrir oportunidades em seu processo produtivo e, em oferecer a possibilidade de um acordo para o uso de parte de suas florestas, pode dar início a uma nova relação com base num ciclo de reciprocidades. O oferecimento de tal recurso pode ser entendido como uma dádiva, e esse entendimento pode fortalecer e até estabelecer novos laços de confiança e compromisso entre esses atores. Trata-se, como visto inicialmente, também de aspectos positivos para o estabelecimento de sólidas relações, respeito e o cumprimento de acordos.

Entende-se que o processo de mediação, dada a relevância e à própria raiz histórica da questão, deve ser tratado como política pública, com a presença e o compromisso do Estado, nos níveis federal, estadual e municipal, fomentando políticas e programas. A interação entre Promotorias Públicas, órgãos governamentais de fiscalização e extensão, universidades, ONGs e diversos outros atores, em fóruns mediadores, é de suma importância tanto no processo de mediação, quanto para o encaminhamento de ações objetivando a viabilização das propostas mediadas.

(B) Cenário do caos. A comunidade no entorno dos projetos florestais. Nessa situação ocorre a saída de resíduos e, ou, toras para a produção irregular de carvão. A linha que delimita a comunidade é contínua, indicando pouco fluxo de serviços entre o projeto florestal e a comunidade. A linha que delimita uma suposta área de abrangência da comunidade sobre o projeto florestal é tracejada, e nesse caso, indica uma maior possibilidade de movimentação e, ou, interferência de agentes externos (a exemplo de compradores de carvão produzido irregularmente e outros que possam também vir a realizar a retirada irregular de resíduos e, ou, toras nessa suposta área de abrangência da comunidade).

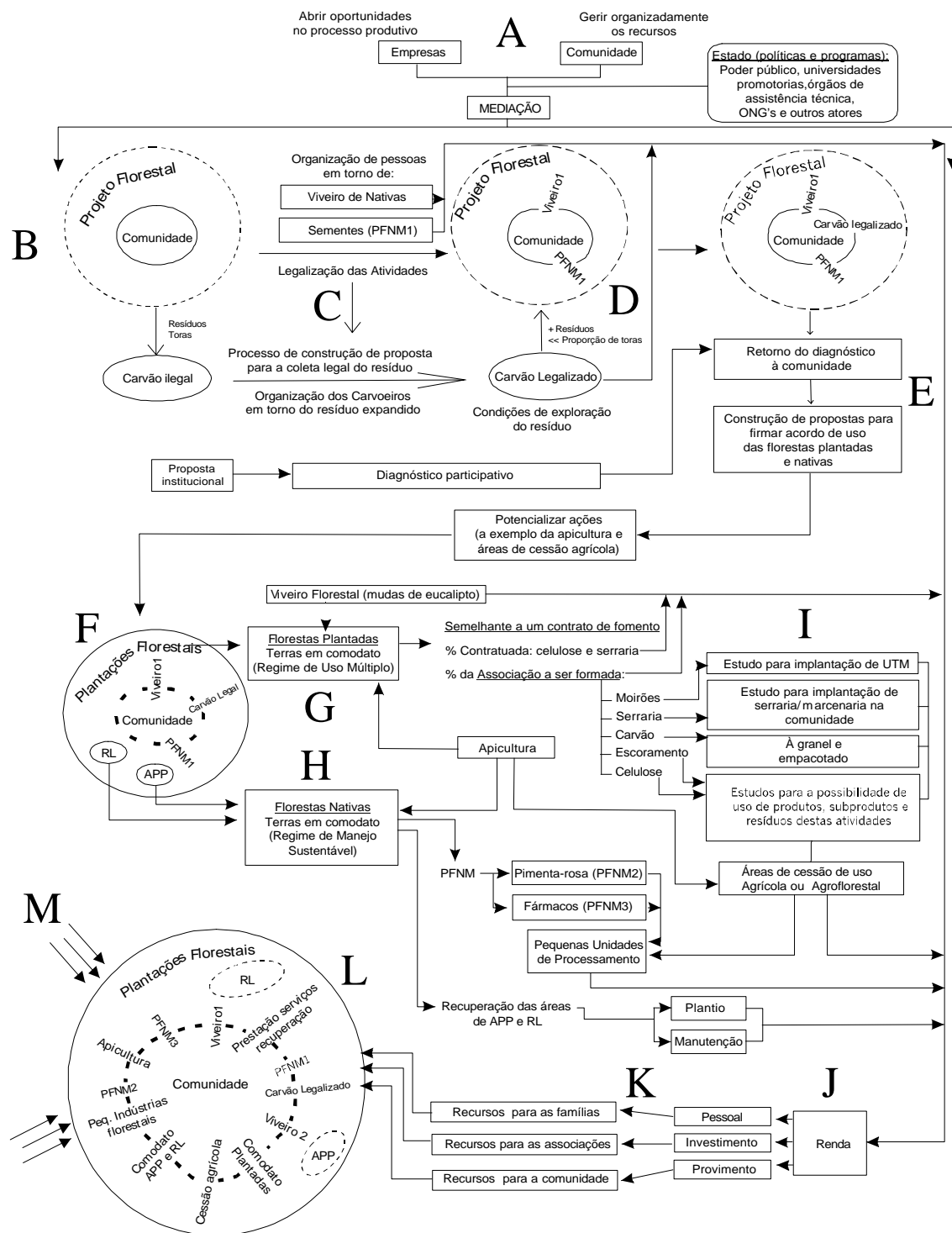


Figura 4 – Modelo proposto objetivando a sustentabilidade entre empresas florestais e comunidades, diante do conflito e contexto apresentados.

(C) Começa um processo de geração de trabalho e emprego. As empresas florestais, assim como outras da região, necessitam de sementes e mudas de árvores nativas. É possível a implantação de um viveiro de mudas no sentido de atender parte dessas demandas, bem como iniciar a exploração de PFNM⁵⁰, neste momento com sementes florestais (denominado de PFNM1 no modelo proposto).

Paralelamente, ocorre um processo de organização dos carvoeiros para a construção de uma proposta, a ser mediada, para a coleta do resíduo. Seria possível acordar algumas áreas onde haveria o resíduo expandido, ou seja, um resíduo de maiores dimensões que as atuais, a fim de diminuir a pressão sobre as toras e viabilizar a produção de carvão legalizado.

(D) Nesta fase a produção de carvão está legalizada. As condições para exploração, a serem mediadas, devem atentar para a integridade das instituições. Se antes (em B), a coleta se dava sem mecanismos de controle que observassem as questões de trabalho infantil e segurança, nesta fase eles estão presentes. Se em B era o indivíduo que coletava o resíduo, agora em D é a comunidade organizada formalmente (associação ou cooperativa). Já nessa fase espera-se uma grande redução na porcentagem de toras que compõem o total de carvão produzido sob abrangência daquela comunidade. Assim, soma-se ao leque de atividades econômicas legais na comunidade, também o carvão, agora legalizado.

É intenção que a quantidade de resíduo utilizado para carvoejamento vá se reduzindo conforme as atividades desenvolvidas em (I) venha a dar resultados, o que também depende da idade dos povoamentos acordados inicialmente para uso.

(E) Nessa fase, são retornados à comunidade e à empresa os resultados de levantamentos, diagnósticos e DRP, que problematizem o fato da questão da retirada irregular de resíduos e, ou, toras e a geração de trabalho e emprego, apresentando a proposta mediada, de uso das áreas florestais das empresas, que estão sobre a abrangência da comunidade. São também observados pontos para trabalhar a produção e a produtividade de atividades já desenvolvidas e que tem o apoio das empresas florestais (como apicultura e atividades agrícolas em áreas de uso agrícola).

(F) Após o início do processo de busca de consenso para a construção de propostas em torno de um acordo para o uso das áreas florestais, comunidade e empresas contextualizam um cenário que favorecerá mudanças estruturais na produção

⁵⁰ Produto florestal não-madeireiro.

de madeira. Assim, no modelo, a linha divisória contínua entre a comunidade e o projeto florestal, começa a ficar tracejada, indicando a criação de “aberturas” que vinculam as atividades do processo de produção florestal com as demandas por trabalho e emprego, ficando esse fluxo favorecido. O projeto florestal é visto agora como áreas de plantações florestais (APF), áreas de reserva legal (RL) e áreas de preservação permanente (APP).

A área a ser acordada como de abrangência da comunidade, tem agora sua delimitação ilustrada em linha contínua, indicando um recurso limitado para aquela comunidade, que deve ser protegido e manejado sustentavelmente.

(G) As áreas de plantações florestais em comodato serão manejadas sob regime de uso múltiplo. Dependendo dos acordos firmados entre as empresas há possibilidade de manejar para celulose e serraria, através de desbaste. Nessas áreas, a produção pode ser realizada conforme as condições de um contrato de fomento florestal, onde há uma porcentagem com venda vinculada à empresa e outra que pode ser utilizada pela comunidade formalmente organizada. Dessa porcentagem de uso da comunidade, conforme os acordos, é possível manejar para outros produtos, como o próprio carvão, moirões, madeira para escoramento, celulose e serraria. No caso das indústrias, isso implica em uma redução da produção de madeira para o fim específico, o que deve ser considerado.

É possível também realizar estudos para o uso de produtos, subprodutos e resíduos das atividades que venham a ser desenvolvidas a partir do uso das florestas e produtos florestais não-madeireiros. Este uso pode se dar nas áreas de cessão para uso agrícola e o excedente comercializado.

Da mesma forma, dessa porcentagem que cabe à comunidade, deve-se pensar em agregar valor à madeira, com a implantação de marcenarias, serraria, ou usinas de tratamento de madeira (UTM), ou seja, pequena industrialização. A atividade de apicultura pode estar presente em todas essas áreas. Há ainda, no sentido de florestas plantadas, a possibilidade de implantação, por parte das empresas, de um viveiro florestal, gerando empregos, e indiretamente trabalho.

(H) As áreas de RL e APP serão manejadas sob regime de manejo sustentável dos produtos florestais não-madeireiros. A complexidade dessa questão será abordada num item em separado.

Notadamente na região de conflito por recurso florestal, as florestas nativas apresentam grande potencial de uso de PFNM. Há potencial para exploração de matéria-

prima para fármacos e condimentos (PFNM2 e PFNM3). Também nessas florestas haverá uma organização formal da comunidade para sua exploração. Esses produtos também podem ter valor agregado, em pequenas unidades de processamento.

As empresas florestais possuem RL e APP, mas nem todas estão cobertas por vegetação arbórea. Em algumas delas são necessárias as atividades de reflorestamento, condução e manutenção dos mesmos. São demandas de mão-de-obra que podem ser supridas pelas associações comunitárias.

(I) Os estudos que vão ajudar a indicar as atividades com potencial para implantação, podem contar também com a utilização de programação linear.

A quantidade de APF, que pode ser inicialmente acordada para uso, pode ser balizada a partir do IMA = 0, estimado em uma área florestal de 301 ha, como apontado no cenário do caos. De acordo com a simulação apresentada nas Taelas 4 e 5, considerando-se que, das 15 t de carvão produzidas diariamente na comunidade, se 40% for proveniente da retirada irregular de toras, equivale dizer que anualmente não há incremento no volume de madeira em 301 ha.

(J) Várias atividades vão contribuir para a geração de renda: o viveiro de nativas, comercialização de sementes florestais, o carvão legalizado, apicultura e atividades agrícolas (a exemplo do uso de esteios para a cultura do maracujá e pela comercialização e economia no uso de produtos, subprodutos e resíduos das atividades desenvolvidas em I), o viveiro florestal (mudas de eucalipto), a venda da madeira manejada em uso múltiplo às indústrias (vinculada contratualmente), a industrialização da madeira de uso livre (fora do vínculo contratual), os PFNMs das florestas nativas, as atividades de plantio e manutenção de APP e RL. Não (neste caso pode-se usar outro critério que não a abrangência por pressão negativa).

(K) A baixa oferta de trabalho e emprego nessas comunidades, associada à pequena circulação de dinheiro, desestimula outras atividades como comércio e serviços, que também geram trabalho e emprego. Em muitos casos, a baixa renda nessas comunidades tem sido um grande fator de desagregação familiar.

Nesse sentido, as rendas obtidas, pela ou pelas diversas organizações formais que podem se estabelecer para gerar os recursos, podem ser vistas de três formas: renda pessoal, que são recursos que irão para uso direto das famílias, renda vinculada, que são recursos que são destinados a investimentos no *sistema comunitário de gestão dos recursos*, e renda comum, que é um provimento destinado ao atendimento de qualquer comunitário, mesmo aqueles que não queiram participar de nenhuma das atividades

geradoras de trabalho, emprego e renda. Esses recursos podem ser destinados, por exemplo, para a manutenção de um curso pré-vestibular, ou algo nesse sentido.

Acredita-se que essas rendas, circulando pela comunidade, também estimularão outras atividades que gerem trabalho e emprego.

(L) Chega-se a uma situação onde há vários vínculos para a criação de trabalho e emprego, nas possibilidades presentes num projeto florestal (linha tracejada). Haverá a necessidade da comunidade manejar sustentavelmente um recurso, que é delimitado em área, ou seja, limitado. E por isso, a comunidade, além de encontrar seus próprios caminhos para gerir seus recursos, deve resguardá-los.

(M) Esse modelo, num projeto piloto, tem grande potencial de geração de trabalho e emprego, o que leva a crer que outras pessoas de outras comunidades vizinhas terão interesse em se deslocar e residir na comunidade-piloto. Essa pressão é presumível e pode colocar em risco a sustentabilidade de um projeto-piloto deste tipo, sendo necessário esse aspecto ser observado e discutido, entre as empresas florestais, as comunidades e presumivelmente com as esferas estaduais e municipais do governo. Por outro lado, há uma tendência que, essas comunidades vizinhas à comunidade-piloto, e que também pressionam negativamente o recurso florestal as quais estão próximas, queiram aderir a um programa baseado nesse modelo. Espera-se também que os procedimentos de vigilância nas áreas florestais em comodato possam até ser transformados, afinal, agora os comunitários são co-responsáveis pela floresta⁵¹.

5.3.1. Gargalos para a adoção do modelo

Os principais gargalos previstos para implantação e condução de um projeto-piloto baseado numa proposta de parceria objetivando o fim do conflito estão ligados a questões conjunturais e estruturais.

Às questões conjunturais estão ligadas à resistência das pessoas, dentro das diferentes organizações, na busca de consensos. As questões estruturais estão ligadas aos paradigmas do setor florestal, à legislação florestal e à não contabilidade dos custos sociais no projeto florestal. De certa forma essas questões estão também interligadas, assim serão apresentados os temas que se mostram mais explícitos até o momento da compreensão da proposta.

⁵¹ Proprietários de floresta, porém, com acordo de uso sobre a terra.

5.3.1.1. Abordagem sobre a utilização de APP e RL

As empresas florestais são obrigadas, como qualquer outro proprietário de áreas rurais, a possuir um mínimo de 20% da área total da propriedade como RL. Em nível federal, a RL é passível de manejo sustentável, mas em nível estadual as legislações diferem, variando entre o uso doméstico (para a propriedade, com antecipada anuência do órgão competente) até a prática de manejo florestal (como na Amazônia).

Evidentemente, não se trata de as empresas florestais explorarem a RL. A questão é: muitas dessas comunidades que ficaram isoladas pelos projetos florestais, em condições de pobreza e exclusão, estão também próximas de áreas de florestas nativas de propriedade das empresas florestais, algumas dessas áreas são RL. No Estado da Bahia, como em Minas Gerais, não é permitido a comercialização de produtos da reserva legal, somente uso doméstico, sendo que a legislação mineira prevê a atividade de apicultura e trilhas para ecoturismo.

Há, no que diz respeito à concentração de terras e as comunidades do entorno, num contexto de baixas oportunidades de trabalho e emprego, uma necessidade de se repensar a legislação florestal.

A Legislação Florestal obriga os grandes consumidores de produtos florestais a terem seu plano de auto-suprimento, o que de certa forma, reforça a concentração de terras. A ação do Estado, através dos apoios dados aos processos de modernização produtiva (principalmente o crédito) e dos reflexos de políticas públicas, também favoreceu o cenário de baixa oferta de trabalho e emprego nessas comunidades.

Assim, tem-se por um lado a situação da grande empresa, concentradora de terras em monocultura e também com grandes extensões de terra com floresta nativa (ao menos 20%)⁵² da área total, e por outro, comunidades em dificuldades para a geração de trabalho e emprego, ao lado de florestas nativas com uma grande riqueza em PFNM.

Mesmo se empresas florestais, em conjunto, decidissem desenvolver um programa para geração de trabalho e emprego junto às comunidades, a partir da exploração de PFNM nas áreas de RL próximas a estas, teriam obstáculos legais.

⁵² Convém salientar que as florestas nativas de propriedade das empresas também são pressionadas, via coleta de PFNM, extração de lenha, de madeira, coleta de espécies da flora e caça. O uso organizado e sustentável de parte dessas áreas por comunidades carentes pode vir a colaborar, sem comprometer a função da floresta nativa, no atendimento de parte das necessidades que essas comunidades no entorno dos projetos florestais apresentam.

Mas é necessário levantar a questão. Discutir propostas, e não implementá-las, pois afinal a interpretação institucional dos órgãos ambientais da legislação não permite. Nem sempre é possível propor ações viáveis, devido à inviabilidade se dar por um contexto, nesse caso legal e institucional. Mas é possível propor objetivando discussões que promovam mudanças, porque essas mudanças podem trazer resultados na geração de trabalho e emprego, ao mesmo tempo em que, se mantêm os objetivos ecológicos da RL.

Espera-se com isto que, aumente a discussão e motive mais trabalhos a respeito dessa questão. A legislação florestal brasileira pode se adaptar a essa realidade, onde empresas florestais com extensas áreas de florestas plantadas, por exemplo, possam nas RL desenvolver programas de geração de trabalho e emprego com PFNM com comunidades que estão no entorno e demandam por trabalho e emprego.

Da mesma forma ocorre para a APP. Até meados de 2006, institucionalmente havia uma leitura institucional da lei que traduzia a total restrição de uso dessas áreas. Na realidade, a legislação federal diz sobre não ser permitido a supressão da vegetação. A exploração de PFNM não implica em supressão de vegetação. Recentemente, o CONAMA, por meio da Resolução nº 369/2006, deixa explícita a possibilidade de exploração de PFNM, entretanto, somente em pequenas propriedades rurais e, em somente 5% da área total de APP.

5.3.1.2. As relações empresa-comunidade

Há de se atentar que, como foi abordado anteriormente, de certo modo foi se construindo uma relação em torno do resíduo. No momento em que as empresas decidem, seja pela importância da matéria orgânica no solo, seja por motivos decorrentes de co-responsabilidades trabalhistas e ambientais, cessar a doação e, ou, negociação do resíduo florestal, percebe-se que a dependência gerada em torno atividade é tão grande que é quase impossível cessá-la, pois esta encontra-se institucionalizada.

A proposta em comodato das áreas florestais, conforme aqui apresentado, também abre “brechas” para o mesmo fato. Os comunitários, caso a empresa veja que não está obtendo resultados positivos, e decida por não renovar a cessão das terras em comodato, podem também não aceitar tal condição. Isso pode dar origem a processos tão ou mais conflituosos quanto os que hoje existem.

O caso da retirada irregular das toras é um problema grave. Quanto ao resíduo florestal, já há algum tempo, as empresas enxergam que manter o resíduo no solo é uma excelente prática de manejo, mas continuavam doando em razão das demandas das comunidades. O ponto crucial são as ilegalidades assumidas por co-responsabilidade, que hoje quando combatidas pelos aparatos públicos e privados de coerção, sem o devido cuidado em observar um conflito social, gera mais caos social e pressão sobre as florestas, seja pelos efeitos para ambos das ações de represálias, seja pelo efeito de diminuição de renda nas comunidades, além do próprio efeito na relação entre ambos.

A proposta atua observando uma possibilidade de vertente em desconcentração de terras sob situações de conflito, gerando valores e diminuindo custos e riscos para ambos, com atividades realizadas entre parceiros formais, na clara intenção de geração de trabalho e emprego de forma digna.

Por isso, a mensuração do investimento nessa proposta não pode ser somente uma avaliação de valores monetários, equivalentes, observando somente os volumes de madeira que chegam ao pátio da indústria, nem mesmo pelo valor da terra destinada à implantação de um projeto nessa proposta. Um possível risco de perda dessas áreas deve ser contrabalanceado sob a ótica do ganho por tomar a iniciativa, uma vez que os prejuízos financeiros e institucionais anualmente causados pela situação caótica, tanto para empresa como para as comunidades, são grandes.

E é nesse ponto que reside a questão da reciprocidade e de outras lógicas de avaliação e gestão econômica. A posição das empresas para agirem pró-ativamente, sinalizando com a possibilidade de uso das florestas em comodato por comunidades do entorno, pode vir a ser o elemento que solubilize as motivações e intenções contra o patrimônio delas mesmas, como incêndios florestais, retirada irregular de madeira e invasões de terras. E isso se dá, essencialmente, porque dado os processos de expropriação de terras, apropriação e exclusão do trabalho pelo qual passaram, historicamente, as pessoas dessas comunidades, a posse desses meios de produção e das possibilidades de melhoria nas relações de produção, traria uma situação que, dentro de sua atual realidade cotidiana, não se concretizaria. Essa possibilidade apresenta-se como uma dádiva, e nessa perspectiva, que este trabalho sugere que um novo ciclo de reciprocidades, que pode ser estabelecido com laços de respeito e confiança entre essas comunidades e as empresas florestais.

Para a comunidade, a melhoria nas condições e nas relações de trabalho, e na renda, tenderá a influenciar positivamente a estrutura familiar e comunitária,

diferentemente do que vem ocorrendo na situação apresentada no cenário do caos. Para as empresas, além da regularidade no suprimento de madeira para a indústria, traz outros benefícios, os bens internos, que são valores que, em tese, direta e indiretamente, tem potencial para ser muito maior que o valor das terras que estaria implícito num projeto-piloto para implantação do modelo. Essas são polivalências e não meras equivalências.

Por outro lado, é preciso pensar o quanto um modelo desse pode ser considerado uma forma de controle moral e cerceamento da autonomia, como apontado a respeito do processo de formação de vilas para trabalhadores na formação de plantios florestais.

Não se trata de formar vilas, os núcleos comunitários permanecem onde estão. Os locais de sociabilidade se mantêm, e novos, dentro do mesmo ambiente surgem. Há nas ações de implantação de viveiros de eucalipto, uma possibilidade de assalariamento por parte das empresas, uma vez que essa atividade por ser um momento fundamental na produção florestal, pode requerer maior atenção por parte das empresas. As outras formas de trabalho e emprego previstas no modelo se darão em torno da organização formal comunitária.

A terra, meio de produção, não será de propriedade dos comunitários. As florestas de posse dos comunitários, mediante os acordos de uso, viabilizam outros meios de produção que estão presentes na contextualização do modelo.

Por outro lado, o manejo das áreas pela comunidade, dada às diversas atividades presentes no modelo, tende a demandar trabalho de forma mais perene do que aqueles que ocorreram nos plantios comerciais, quando ainda não se utilizava a técnica de regulação da floresta.

5.3.1.3. Organização entre as pessoas

Nas comunidades rurais que ficaram no entorno dos projetos florestais, as práticas presentes nas atividades econômicas, formais ou não, as variadas formas de trabalho, de manifestação cultural, de organização em torno da produção, a religião, entre outras coisas, que compõem as esferas da sociabilidade, estabelecem, fortalecem ou desfazem laços entre pessoas. Existem já formadas entre os comunitários as redes de reciprocidades.

O ciclo de reciprocidades iniciado com o oferecimento das florestas em comodato, tende a influenciar as redes de reciprocidade existentes entre as empresas e

os comunitários e, entre esses e outras redes. De certa forma, podemos aceitar que o atual estado de sustentabilidade da comunidade está assentado sobre o desenho desta rede presente.

Como indicado, gerir os recursos organizadamente seria a prática para as comunidades. O quão e como organizadamente o é torna-se um espaço de extrema importância no contexto futuro do processo de sustentabilidade da comunidade. Via de regra, as comunidades assim caracterizadas possuem alguma organização formal dos comunitários (associação ou cooperativa) e que também, via de regra, possuem cada qual seus vícios e mazelas organizacionais e administrativos. Esse é um ponto que precisa ser observado, mas não significa, a priori, impossibilidade, mas desafio.

A discussão sobre como vincular um projeto-piloto a uma estrutura associativa que pode já existir, ou ser criada uma ou outras mais novas, necessita de preâmbulos, diagnósticos e discussão prolongada com os comunitários. Além desse momento, há outros previstos no decorrer dos processos decisórios implícitos no modelo, que podem gerar conflitos internos na comunidade, do tipo intergrupais e, ou, intragrupal. Estas são questões metodológicas da mediação necessária a implementação da proposta.

Esses momentos estão ligados à possibilidade de novas estruturas de poder, formadas em torno das atividades previstas no modelo, e dessas novas estruturas em confronto com as antigas, formadas em torno da situação presente. Em muitas dessas comunidades, existe uma relação de subordinação de uns pelos outros, ou seja, alguns comunitários com mais recursos, ou “empregam” outros comunitários na situação problema, ou compram também a produção destes.

A esse respeito cabem as observações de Coelho (2005), apontando os momentos de conflito interno que possam surgir em função de uma mediação/pesquisa interventiva. A autora aponta que questões estruturais, como relações de classes contraditórias, no sentido marxista, impossibilitam a construção de consensos entre os membros de certos grupos, ou seja, quando existe entre os membros do grupo relação de patrão e empregado, a melhoria para alguns pode implicar prejuízo para outros.

A autora vê isso como uma situação estruturalmente irreconciliável e, de fato, há possibilidade de gerar desacordos em função dos processos participativos, que visam decisões socialmente partilhadas e intersubjetivamente elaboradas.

Nesses momentos graves, Coelho (2005) percebe que não se trata apenas de um conflito momentâneo, tratando-se de um impasse contraditório que exigirá alterações estruturais nas relações entre os membros do grupo. Cita que esse desacordo perdura

quando a argumentação não consegue superar os obstáculos criados pelas contradições estruturais, sendo um dos momentos mais delicados dos trabalhos participativos, pois o grupo pode decidir pelo expurgo de algum ou mais de seus membros que não comungam com interesses gerais do grupo.

Se por um lado isso pode significar dificuldade de uma solução pacífica para dar continuidade à organização do grupo, desarticulando ou desestruturando alguns modos de vivência grupal, por outro, essa pode ser a solução encontrada pelo grupo e que, apenas no longo prazo, será mais bem assimilada. Nesses contextos, qual a melhor postura dos profissionais? (COELHO, 2005).

A autora cita que não há receitas ou uma resposta imediata para momentos de tensão como esses, e que, não se pode esquecer é que os membros do grupo é que arcarão com as conseqüências mais graves das deliberações, por isso, cabe aos profissionais sempre questionar, com eles, até que ponto estão claras as responsabilidades e as conseqüências.

Deixa explícito ainda que a formação teórica para perceber os fundamentos estruturais presentes nesses momentos de dissensos é uma medida preventiva aos efeitos perversos em um trabalho de intervenção social que pretende, a princípio, promover a valorização e a emancipação cidadã do grupo.

Outra questão são os laços que se firmarão formalmente, para a gestão organizada dos recursos. É importante observar que não é o fato de assinar um papel que contém um estatuto que irá garantir o objetivo da associação. Mais importante do que aquele tempo para a elaboração de um estatuto e a assinatura de adesão, foi a relação estabelecida (reciprocidades) durante todo um passado de convivência comunitária. Por isso as associações devem congregiar moradores em condições sociais semelhantes e serem capazes de internalizar práticas democráticas

Por fim, é necessário atentar que, tanto quanto gerar trabalho, emprego e renda, ou seja, coisas mensuráveis, é importante uma condução do processo de forma emancipatória no seu aspecto político.

5.3.1.4. Estudos para prospecção de mercados e capacidade de suporte das áreas com florestas nativas

No Projeto PFNM foram inventariadas série de espécies com potencial para exploração de PFNMs no extremo sul da Bahia. Entre elas estão a pimenta-rosa

(*Schinus terebinthifolius*) e a amescla (*Protium heptaphyllum*). Contudo, há necessidade de obter maiores informações sobre as demandas e o comportamento dos diversos itens que compõem o universo do mercado de PFNMs, para melhor visualizar e articular o potencial para geração de renda, em função da capacidade de suporte para exploração de PFNMs, nas áreas de florestas nativas a serem acordadas.

Há também aspectos técnicos que merecem ser levados em consideração, a exemplo da necessidade de aplicação e verificação de metodologias para amostragem, quantificação, e o nível de intervenção nas florestas, ao se tratar da exploração sustentável de PFNMs, para uma localidade específica.

Há de se atentar ainda que, a própria delimitação das áreas a serem passíveis de manejo de PFNMs, devem antes serem objeto de um zoneamento, para que áreas com alta prioridade de preservação não sejam utilizadas.

5.3.1.5. Relação entre empresas

Por se concentrarem em uma dada região geográfica, as empresas florestais tendem a ter seus problemas inerentes à concentração de terras potencializados. Contudo, na medida em que vários empreendimentos florestais numa mesma região realizam um “alinhamento do planejamento” de suas questões relativas ao relacionamento com as comunidades, o encontro de soluções também pode ser potencializado.

No caso das empresas que investem em plantios próprios ou fomentados, algumas ações conjuntas vem se realizando no sentido de identificar problemas na retirada irregular de resíduos e, ou, toras. Dessa forma, os espaços institucionalmente estabelecidos para o debate, o planejamento e as ações de interesse comum aos grupos empresariais devem continuar se fortalecendo.

Nesse mesmo contexto, é necessária também que, as empresas florestais afetadas pela retirada irregular de madeira, chamem à discussão os pequenos, médios e grandes compradores de carvão produzido de forma irregular nestas comunidades, especialmente, as siderúrgicas, que foram apontadas como destino final de grande parte do carvão vegetal produzido irregularmente. Enfim, é preciso também internalizar nas empresas consumidoras, a necessidade de aliar esforços para superar este desafio.

6. CONCLUSÕES

Existem demandas sociais na esfera de atuação do setor florestal; uma delas, a demanda por trabalho e emprego em algumas comunidades que estão no entorno dos plantios florestais das grandes empresas, em concomitância com o conflito gerado pela retirada irregular de resíduos e, ou, toras, tem gerado um cenário caótico, para comunidades e empresas.

Os conflitos que se dão em torno da retirada irregular de madeira, podem ser superados, a partir do estabelecimento de novos laços, obrigações e compromissos morais na relação de troca (dar-receber-retribuir). Contudo, há necessidade das empresas e comunidades buscarem sempre o Estado, como principal mediador, para a superação desses conflitos, procurando assim, dar maior legitimidade ao processo de mediação.

Dada às dificuldades estruturais e conjunturais para a superação dos conflitos sociais, que tanto empresas florestais como comunidades enfrentam, associada às dificuldades implícitas nos contextos que historicamente conduziram a formação do modelo concentrador de terras, contribuir para um maior entendimento desse contexto, em termos de concepção e propósitos, seria o primeiro passo para o encaminhamento de alternativas que por enquanto se apresentam teórica e empiricamente viáveis.

7. RECOMENDAÇÕES

A implantação de florestas plantadas nos dias de hoje, não podem prescindir de sua contabilidade do valor da questão social implícita aos grandes projetos. Nesse sentido, sugere-se uma política territorial, por parte das empresas, objetivando o estabelecimento e a melhoria das relações com as comunidades, durante todo o ciclo de manejo florestal.

Diante da situação de conflito em que algumas empresas e comunidades se encontram trabalhos que estimulem a melhoria da auto-estima nas pessoas dessas comunidades são favoráveis para a quebra de resistências no processo de aproximação entre comunidades e empresas.

Dado os contextos pelo qual parte da situação de conflito se delineou, e principalmente pela histórica ação ou não-ação do Estado nesse contexto, o setor florestal em conjunto com as comunidades deve se articular para, com o apoio dos governos federal, estadual e municipal, transformar a situação de conflito em objeto de política pública específica.

A proposta de parceria na produção de madeira, a partir de um acordo de uso das florestas, foi concebida neste trabalho como uma possibilidade de superação de um conflito já existente, em localidades onde os plantios florestais já estão estabelecidos. Entretanto, a essência da proposta, que é a parceria na produção de madeira, pode ser também uma alternativa viável para a implantação de novos empreendimentos florestais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

AGUIAR, C. L. **Aracruz**: impasse nas florestas. Disponível em: <<http://www.celuloseonline.com.br/Entrevista/Entrevista.asp?IDEntrevista=152>>. Acesso em: 28 mar. 2006.

ALDUS, J. O intercâmbio entre Durkheim e Tönies quanto à natureza das relações sociais. In: MIRANDA, O. **Para ler Ferdinand Tönies**. São Paulo: Edusp, 1995.

ALEMGO – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Notícias Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Geraizeiros x reflorestadoras**: um drama no Norte de Minas. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/not/bancodenoticias/Not_628786.asp>. Acesso em: 3 jun. 2007.

ALEMGO – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Seminário “o eucalipto”**, 2004.

ALVES, G. O futuro do trabalho – 2. **Revista do Autor – Política**, ano V, n. 44, fev. 2005. Disponível em: <<http://revistadoautor.com.br/artigos/2005/44gal.htm>>.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 258 p.

ARACRUZ. **Relatório de sustentabilidade 2006**. Disponível em: <http://www.aracruz.com.br/minisites/ra2006/doc/pdf/ra2006_pt.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2007.

ARACRUZ. **Relatório de sustentabilidade 2004a**. Relacionamento com as partes interessadas – Conflitos. Disponível em: <www.aracruz.com.br/ra2004/pt/ras_relacionamento_conflitos.html>. Acesso em: 13 ago. 2005.

ARACRUZ. **Relatório de sustentabilidade 2004b**. Disponível em: <<http://www.aracruz.com.br/doc/pdf/rs2004.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2007.

ARACRUZ. **Relatório de sustentabilidade 2005**. Disponível em: <http://www.aracruz.com.br/minisites/ra2005/localaracruz/ra2005/pt/rs/desempenho_relacionamento_residuos.html>. Acesso em: 30. mar. 2007.

BELIZÁRIO, F. B. **A deontologia da responsabilidade social: uma proposta de intersecção entre o funcionalismo e o marxismo**. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/ethos/docs/Fernanda_Belizario.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2005.

BNDES. **A participação do sistema BNDES na evolução do setor de celulose e papel no Brasil**. Rio de Janeiro: Derin/BNDES, 1991.

BNDES. **BNDES setorial: O setor florestal no Brasil e a importância do reflorestamento**. Rio de Janeiro, n. 16, p. 3-30, set. 2002.

BORGES, M.; DALL'AGNOL, D.; DUTRA, D. Coleção: o que você precisa saber sobre... **Ética**, Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 141 p.

BRACELPA. **Desempenho do setor em 2006 e projeção para 2007**. Disponível em <http://www.bracelpa.org.br/br/anual/perfil_setor2006.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2007.

BRAGA, W. D. **A estupidez heróica do capital (sob o risco de um novo contrato social): a redescoberta democrática do trabalho e a conversão do Estado em novíssimo movimento social**. In: Artigo apresentado no XII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS, GT Políticas e Estratégias de Comunicação. Recife-PE, jun. 2003.

BRAGA, W. D. **Operários de sentidos na aldeia global; mediação do trabalho, reestruturação produtiva e construção de identidades**. 2002. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO, Rio de Janeiro, 2002.

BRAGA, W. D. Mediação e processos de compreensão intersubjetiva das representações sociais do trabalho. In: DataGramZero. **Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 3 jun. 2004.

BRÛZEKE, J. **A lógica da decadência**. Belém: Cejup, 1996.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, p. 38, p. 5-38, 1998a.

CAILLÉ, A. Don et association. **La Revue de Mauss**, v. 11. p. 75-83, 1998b.

CERQUEIRA NETO, S. P. G. Contribuição ao estudo geográfico do município de Nanuque-MG.. **Caminhos de Geografia**, v. 9, n. 15, p. 82-92, jun./2005.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo**: concepções e métodos. Viçosa Ed. UFV, 2005. 139 p.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Harvard University Press. 1994.

COSENZA, R. A. **Do trabalho em matas à vila: As mudanças no trabalho em Minas Gerais e o assalariado florestal**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdalasru2006/04%20GT%20Rita%20Cosenza.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

COSENZA, R. A. **O trabalhador rural no contexto de formação do assalariado florestal de Minas Gerais**: o caso do distrito de Baixa Verde. Disponível em: <<http://64.233.169.104/search?q=cache:HoTpEdvxUfMJ:www.alasru.org/cdalasru2006/04%2520GT%2520Rita%2520Cosenza.pdf+%22trabalhador+rural+anterior+%C3%A0+s+sider%C3%BArgicas%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>>. Acesso: 8 fev. 2007.

COSTA, A. B.; COSTA, B. M. As transformações no processo de trabalho. **Rev. Univ. Rural**, v. 22, n. 2, p. 231-244, Jul./dez. 2000. (Série Ciências Humanas).

DEUTSCH, M. Cooperation and conflict: a personal perspective on the history of the social psychology study of conflict resolution. In: WEST, M. A.; TJOSVOLD, D.; SMITH, K. G. (Ed.). **International Handbook of Organizational Teamwork and Cooperative Working**, Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 2003. p. 8-43.

DIMAS, I. D.; LOURENÇO, P. R.; MIGUEZ, J. **Conflitos e desenvolvimento nos Grupos e equipes de Trabalho**: uma abordagem integrada. Disponível em: <http://www.google.com/search?q=cache:xFbJr7SAs_MJ:www.fpce.uc.pt/nucleos/nefoga/conf/publicacoes/files/conflitget+Conflitos+e+Desenvolvimento+nos+Grupos+e+Equipas+de+Trabalho&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>. Acesso em: 25. abr. 2007.

DNIT – **Minas Gerais**: estrada de ferro tem memória preservada. Clipping in Estado de Minas. Disponível em: <<http://www1.dnit.gov.br/download/clipping/2004/clipping%20regional/Clipping%20Regional%20290304.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2007.

ESTADO DE MINAS. **Estação desativada da Bahia-Minas é reformada para abrigar centro de informação sobre a linha que ligava os dois Estados.** 29 mar. 2004.

EBRAICO, P. R. B. M. **O diálogo com grupos de interesse (*stakeholders*) na indústria de petróleo e gás.** 2003. 46 p. Monografia de Bacharelado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2003.

EMBRAPA. **Genética de araucária no Sul do Brasil.** Curitiba-PR: Embrapa-URPFCS, 1981. p. 9. (Documento 4).

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE. **Projetos e ações do Programa Regional Espírito Santo.** Disponível em: <http://www.fase.org.br/regionais.asp?categoria=regional_espirito_santo>. Acesso em: 3 mar. 2005.

FERREIRA, C. Os troços da “modernização” agrária. **Cadernos LMD**, out. 2002.

FERREIRA S. R. B. **Da fartura à escassez:** a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no extremo norte do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. 167 p.

FERREIRA JR., S.; BAPTISTA A. J. M. S.; LIMA J. E. A modernização agropecuária nas microrregiões do Estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 42, n.1, jan./mar. 2004.

FSC – FOREST STEWARDSHIP COUNCIL – FSC – WATCH. **Brazil: V&M 'withdraws' from FSC.** Disponível em: <http://www.fsc-watch.org/archives/2007/03/22/Brazil__V_M__withdraws__from_FSC>. Acesso em: 18 ago. 2007.

GARCIA, S. R. R. **Um estudo do termo mediação na Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural de Feuerstein à luz da abordagem sócio-histórica de Vygotsky:** um estudo teórico. 2004. 210 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade São Marcos, São Paulo, 2004.

GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. 269 p.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985. 233 p.

GOMES, A. N. **Sustentabilidade de empresas de base florestal:** o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. 2005. 99 p. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

GRANOVETTER, M. S. Economic action and social structure the problem of embeddedness. In: GRANOVETTER, M. S.; SWEDBERG, R. (Ed.) **The sociology of economic life**. Boulder, CO: Westview Press, 1992.

HILGEMBERG, E. M.; BACHA, C. J. C. A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial. **Revista Análise Econômica**, ano 19, n. 36, p.145-164, 2001.

ITER – INSTITUTODE TRRAS DE MINAS GERAIS – Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária. **Governo de Minas firma contrato inédito**. Disponível em: <<http://www.iter.mg.gov.br/noticias.php?type=2&cod=41>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 1876-1877.

JANSSEN, M. C. W. **Microeconomics**. A critical inquiry. Routkedge, 1993.

JORGE, M. O. M. **Emergência e consolidação do “padrão eucalipto” na indústria brasileira de celulose de mercado**. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, IE, Campinas, 1992.

JUVENAL, T. L.; MATTOS, R. L. G. **BNDES 50 Anos - Histórias setoriais: o setor de celulose e papel**, 2002.

KAGEYAMA, A.; LEONE, E. Trajetórias da modernização e emprego agrícola no Brasil, 1985-1996. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 9-28, 2002

KATZ, D.; KAHN, D. **The social psychology of organizing**. New York: McGraw-Hill, 1978.

KONDER, L. **O que é dialética**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Coleção Primeiros Passos).

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1985. 138 p.

LANGER, A. **Pelo êxodo da sociedade salarial**. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz. Disponível em: <http://vinculando.org/brasil/conceito_trabalho/exodo_sociedade_salarial_introducao.html>. Acesso em: 1º fev. 2007.

LEITE, M. P. **O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1997. 255 p.

LIMA, M. G. Marxismo e ciências humanas. In: **Crítica marxista**. Resenhas. Campinas: Unicamp, 2001. p. 177-181.

MACINTYRE, A. **Depois da virtude**. 1. ed., Bauru: EDUSC, 2001.

MAGALHÃES, M. Centro de documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES. **Norte de Minas discute monocultura do eucalipto e terras públicas**. Disponível em: <<http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=2&tema=26&materia=808>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

MATTOS, J. R. **O pinheiro brasileiro**. 2. ed., vol. 1, Artes Gráficas Princesa Ltda., 1994. 225 p.

MEDEIROS, M. Juiz julga recurso em favor de quilombolas presos até esta quinta. In: Caderno de meio ambiente. **Jornal Século Diário**. Disponível em: <http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2004/julho/28/noticiario/meio_ambiente/28_07_07.asp>. Acesso em: 28 jul. 2004.

MÉSZÁROS, I. **Beyond capital** – Towards a theory of transition. London: Merlin Press, 1995.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais** – estudos em psicologia social. 1 ed. São Paulo: Vozes, 2003.

NASCIMENTO, C. A. **Evolução das famílias rurais no Brasil e grandes regiões**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, São Paulo.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. 4. ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, P. R. S. **Diagnóstico e indicadores de sustentabilidade em fomento florestal no estado do Espírito Santo**. 2003. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003.

PEREIRA, M. G. **Teorias de conflito e paz**. Disponível em: <http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=mariana_pereira>. Acesso em: 2 jun. 2007.

PINTO, J. B.; ARRAZOLA, L. D. **A comunidade em uma sociedade de classes**. SUDENE/PNUD, 1992. 9 p. (mimeo.)

PRADO, E. F. S. Microeconomia reducionista e microeconomia sistêmica. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 303-322, maio/ago, 2006.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980. 306 p.

POU, M. S. **O presente e o futuro do setor florestal brasileiro.** Palestra proferida na XIV Seminário de atualização sobre sistemas de colheita de madeira e transporte florestal. Curitiba-PR. Agosto de 2006.

RADOMSKY, G. F. W, As redes sociais da economia local: um estudo de caso na Serra Gaúcha. **Perspectiva Econômica**; v.2, n, 2: 75 - 107, jul./dez. 2006.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho:** as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RAMBALDI, E. Mediação. In: **Enciclopédia Einaudi.** Vol. 10, Dialéctica. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988. p. 143-174.

ROXO, C. A. **Condicionamentos ambientais ao comércio internacional.** Paper apresentado no Seminário Interamericano sobre Comércio e Gestão Ambiental no Contexto dos Esquemas de Integração. OEA, Buenos Aires, abr. 1995.

RECUERO, R. C. **Comunidades virtuais** - Uma abordagem teórica. Trabalho apresentado no V Seminário Internacional de Comunicação, no GT de Comunicação e Tecnologia das Mídias, promovido pela PUC/RS. RGS, 2001. Disponível em: <<http://www.pontomidia.com.br/raquel/teorica.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2005.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 63 p.

RIBEIRO, D. D.; MENDONÇA, M. R.; HESPANHOL, A. N. Relações de trabalho na agricultura mecanizada: a monocultura da soja em Goiás. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. 6, n. 119, p. 741-98, ago. 2002.

ROCHA, G. S. **Problemas políticos, socioeconômicos e ambientais de grandes projetos energo-intensivos:** o caso da indústria de celulose e papel no extremo sul da Bahia. 1992. Atualização em Energia, Sociedade e Meio Ambiente no Curso de Planejamento de Sistemas Energéticos do Departamento de Energia da UNICAMP. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/energia/Georges%20Souto%20Rocha.pdf>. Acesso em: 4 maio 2003.

SHIMIZU J. Y.; OLIVEIRA, Y. M. M. **Distribuição da variação e usos dos recursos genética de araucária no Sul do Brasil.** Curitiba-PR: Embrapa-URPFCS, 1981, p. 9. (Documento 4).

SIF/DEF/UFV. **Projeto de inclusão das comunidades no entorno dos projetos florestais via exploração de produtos florestais não-madeireiros.** Viçosa, 2006. (Relatório Técnico).

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, C. L. **Competitividade internacional da indústria de papel de imprimir e escrever brasileira sob a ótica da cadeia de valor**. 2002. 250 f. Tese. (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2004.

SMARTWOOD/IMAFLORA. **Resumo Público de Certificação FSC Programa SmartWood da Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A.** Unidade Mucuri, BA, Brasil. Certificado: SW-FM/COC-1377. Data da certificação: 14 dez. 2004.

SMARTWOOD/IMAFLORA. **Relatório de Auditoria Anual do Manejo Florestal para: Suzano Papel e Celulose S/A** – Unidade Mucuri em Mucuri, BA, Brasil. Tipo de certificado: individual. Disponível em: <<http://www.rainforest-alliance.org/forestry/documents/suzanopapelmucuripubsum05por.pdf>>. Acesso em: mar. 2005.

SMARTWOOD/IMAFLORA. **Resumo Público de Certificação** – Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A. - Unidade Mucuri 2, Bahia, Brasil. Disponível em: <http://www.imaflora.org/arquivos/SUZANO%20BAHIA%20SUL_Mucuri.pdf>. Acesso em: 2004.

SOUZA, R. F.; KHAN, A. S. Modernização da agricultura e hierarquização dos municípios maranhenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 81-104, 2001.

TEIXEIRA J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, Três Lagoas-MS, ano 2, v. 2, n. 2, set. 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TONETTO, M. C. O que você precisa saber sobre ética. **Ethic@**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 217-221. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/ethic@/ETICA8.PRN.pdf>>. Acesso em: dez. 2002.

TÖTO, P. Ferdinand Tönies, um racionalista romântico. In: MIRANDA, O. **Para ler Ferdinand Tönies**. São Paulo: Edusp, 1995.

VALVERDE, S. R.; SOARES, N. S.; SILVA, M. L.; JACOVINE, L. A. G.; NEIVA, S. A. O comportamento do mercado da madeira de eucalipto no Brasil. **Biomassa e Energia**, v. 1, n. 4, p. 393-403, 2004.

VIDAL, S. **Fundamentos de administração**. Disponível em: <http://www.unicap.br/salesvidal/arquivos_fisioterapia/ADMINISTRA%C7%C3O%20DE%20EMPRESAS.doc>. Acesso em: 17 mar. 2007.

VINHA, V. G. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. **Econômica**, v. 3, n. 2, p. 207-230, dez. 2003. consultado em 05/04/2007.

VINHA, V. G. Estado e as empresas “ecologicamente comprometidas” sob a ótica do Neocorporativismo e do *State-Society Synergy approach*: o caso do setor de papel e celulose. **Arché Interdisciplinar**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 25, p. 13-47, 1999.

VM – Vallourec e Mannesman Tubes. **Carta ao FSC**. Disponível em: <<http://www.vmtubes.com.br/vmbInternet/calandra.nsf/0/3F163A3ACA169C780325729F006BEE87?OpenDocument&pub=T&proj=Internet>>. Acesso em: 13 mar. 2007.

WEBER, M. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

ZOBOLI, E. L. C. P. **Ética nas organizações**. Cadernos do Instituto Ethos. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/publicações>>. Acesso em: 30 ago. 2003.